



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ
POS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO E CULTURA

GISLANE DAMASCENO FURTADO

**NO LAR, NAS ÁGUAS, NA VIDA: PRÁTICAS E SABERES DAS MULHERES
PESCADORAS EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS - CAMETÁ-PA**

PPGEDUC/UFPA - Cametá
2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS-CAMETÁ
POS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO E CULTURA

GISLANE DAMASCENO FURTADO

**NO LAR, NAS ÁGUAS, NA VIDA: PRÁTICAS E SABERES DAS MULHERES
PESCADORAS EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS - CAMETÁ-PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura - PPGEDUC, da Universidade Federal do Pará/ Campus Universitário do Tocantins/Cametá, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Benedita Celeste de Moraes Pinto.

PPGEDUC/UFPA – Cametá
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F992 Furtado, Gislane Damasceno
No lar, nas águas, na vida : práticas e saberes em comunidades ribeirinhas- Cametá-Pa / Gislane
Damasceno Furtado. - 2017.
148 f. : il.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC), Campus
Universitário de Cametá, Universidade Federal do Pará, Cametá, 2017.
Orientação: Profa. Dra. Benedita Celeste de Moraes Pinto

1. Mulheres Pescadoras. 2. Práticas e Saberes. 3. Trabalho. 4. Cotidiano. I. Pinto, Benedita Celeste
de Moraes, *orient.* II. Título

370.82098115

CDD

GISLANE DAMASCENO FURTADO

**NO LAR, NAS ÁGUAS, NA VIDA: PRÁTICAS E SABERES DAS MULHERES
PESCADORAS EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS - CAMETÁ-PA**

Esta dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Educação e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Educação e Cultura da Universidade Federal do Pará, Campus de Cametá.

Cametá, 28 de Abril de 2017.

Professora orientadora Benedita Celeste de Moraes Pinto, Dr^a.
Universidade Federal do Pará - UFPA

Prof. Ronaldo Marcos de Lima Araújo, Dr.
Universidade Federal do Pará - UFPA

Prof. Doriedson do Socorro Rodrigues, Dr.
Universidade Federal do Pará - UFPA

Prof. Mara Rita Duarte de Oliveira, Dr^a
Universidade Federal do Pará- UFPA

Apresentada em: 28/04/2017

Conceito: EXCELENTE

A minha amada avó Ana de Lima Damasceno (in memoriam), mulher de opinião forte que nas conversas iniciais sobre esta pesquisa me provocou a encaminhá-la, e com que aprendi valores morais e éticos, além da importância da educação. A você, meu carinho e eterna gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me iluminar nos momentos mais complicados de minha vida e por ter colocado ao meu lado as pessoas certas através das quais enviava palavras de sabedoria para superar os obstáculos.

Ao meu amigo, esposo e companheiro José Domingos por ser meu incentivador no processo de realização deste trabalho. Com ele aprendi a compreender e respeitar a luta dos pescadores e pescadoras.

Aos meus filhos Luciano, Gabriela, Giuliano e José Gabriel por compreenderem minha ausência nos momentos mais simples e importantes de suas vidas e por serem meus parceiros me acompanhando em todas as etapas deste trabalho. Essa foi a forma encontrada de nos mantermos unidos. Vocês são fonte de inspiração, força e determinação.

Aos meus pais Jarbas e Maria de Nazaré, que mesmo distantes acompanham cada momento de minha vida mantendo-se sempre presentes.

Aos meus irmãos Jarbas, Flávio e Fábio e as minhas irmãs Karlianne e Gisély, família que compartilha comigo os valores da educação e que está sempre ao meu lado, aplaudindo minhas/nossas conquistas e dividindo minhas angústias.

Aos meus sobrinhos, José Antônio, Jarbas, Wellerson, Hílquias, Laurinha e Camilly pelo carinho e inspiração

A família Damasceno, representada aqui pelo meu avô Antônio Damasceno Filho (in memoriam) tios, tias, primos e primas por celebrarem comigo os momentos de vitória e se mostrarem realizados através de minhas conquistas.

À minha orientadora Prof. Dr^a. Benedita Celeste pela confiança, dedicação e imensa contribuição a minha formação acadêmica.

À turma do Mestrado PPGEDUC-2015, por todos os momentos compartilhados.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura da UFPA e a todos os seus docentes, que criaram as condições para a formação desta pesquisadora e a realização da pesquisa.

Ao Prof. Dr. Doriedson Rodrigues pelas valiosas sugestões e contribuições emitidas durante o exame de qualificação que muito ajudaram no aprimoramento e crescimento deste trabalho

À Prof^ª. Dr^ª Andrea Domingues que carinhosamente contribuiu no exame de qualificação com observações para o enriquecimento de nossas interpretações e análises.

Ao prof. Dr. Ronaldo Marcos de Lima Araújo pelas importantes pontuações ainda no exame de qualificação, contribuindo para o aprimoramento metodológico desta pesquisa e para minhas reflexões.

À Prof^ª Mara Rita Duarte minha eterna gratidão e agradecimentos.

Às mulheres pescadoras de Mapiraizinho e Joroca de Cima em Cametá-Pa, pela acolhida e pelas preciosas informações concedidas ao longo desta pesquisa. Em especial à Maria Suely Ferreira, que me acolheu em sua residência e me proporcionou momentos de aprendizagem junto à sua família.

À Danieli Ferreira Chaves que dedicou atenção, carinho e cuidados com meus filhos.

À Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá, pelo apoio nas viagens e pelo incentivo à pesquisa compreendendo sua importância para a melhoria do trabalho que desenvolve junto aos pescadores e pescadoras e por isso é referência de organização.

A meus compadres e amigos Eliana e Radir Wilson que sempre me trouxeram palavras de conforto e coragem nos momentos de desânimo, especialmente naqueles em que a sobrecarga do trabalho na educação me exigia responsabilidade e comprometimento.

À minha amiga Rosciene Dias por me inspirar sempre com sua garra, força e vitórias.

Aos amigos Paula e Hamilton Ranieri pelos momentos de distração que ajudavam a relaxar e recuperar as forças para enfrentar os desafios da pesquisa.

Aos amigos da EMEF Dom Romualdo de Seixas, Prof. Deise, seu Pinho, seu Manoel, Érica, Dizonete, prof^ª. Lúcia Helena, prof^ª Sebastiana e prof^ª Rosa Helena que com muita competência me ajudaram a conciliar trabalho, estudo e pesquisa.

A todos, obrigado pelo estímulo, pelas opiniões, pelos textos enviados, pelos comentários compartilhados, pelas críticas, pelas conversas e, também, pelos momentos de descanso e renovação da alma para continuar trilhando esse caminho difícil, mas prazeroso.

No interior das redes de poder, pelas trocas e jogos que constituem o seu exercício, são instituídas e nomeadas as diferenças e desigualdades.

Guacira Lopes Louro

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAMUC	Associação dos Pescadores do Município de Cametá
CEBs	Comunidades Eclesiais de Bases
CPP	Conselho Pastoral da Pesca
CPTN	Centro Nacional Sustentado das Populações Tradicionais
GEPEM	Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes
MONAP	Movimento Nacional dos Pescadores
MOPEPA	Movimento dos Pescadores do Pará
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SINPESCA	Sindicato de Pescadores
UFPA	Universidade Federal do Pará
Z-16	Colônia de Pescadores Artesanais de Cametá

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1- Mapa político- administrativo do Município de Cametá/Pa
- Figura 2- Meninas observando o trabalho que a mãe realiza na camaroeira ou viveiro e ao mesmo tempo vão colaborando.
- Figura 3 – Pescadora revistando a camaroeira para complementar a alimentação
- Figura 4 – Pescadora voltando da captura do camarão em que utiliza matapis feitos de garrafa pet e de tala de timbuí
- Figura 5 – Ficha de cadastro de associação na Colônia Z-16
- Figura 6 – Instrumentos usados na confecção do matapi
- Figura 7 – Pescadora tecendo o matapi que se destina à comercialização e a seu trabalho de captura.
- Figura 8 – Espaço de trabalho dos pescadores e pescadoras anexo à casa
- Figura 9– Cozinha com jirau onde o pescado é “cuidado” para o consumo da família ou venda.
- Figura 10– Pescadora explicando a pesca nos igarapés utilizando o paneiro.
- Figura 11– Isca de babaçu usada para atrair o camarão.
- Figura 12– Pescadora revistando a camaroeira na vazante da maré.
- Figura 13– Pari, instrumento usado para tapar igarapé.
- Figura 14–Frente da casa ribeirinha onde é possível observar o tanque no início da ponte e do lado um outro tanque ainda em construção.
- Figura 15- Entrada do tanque por onde se realiza a pesca.
- Figura 16– Diferentes formas de preparo do pescado e do camarão.
- Figura 17– Pescadora e sua filha tirando o carvão da caieira feita para o consumo doméstico e venda.
- Figura 18- Jirau de plantas onde se misturam a horta com ervas medicinais aos cuidados da mulher pescadora.
- Figura 19- Menina cuidando dos animais criados para a venda ou consumo da família.
- Figura 20- Comércio de óleo diesel que garante renda extra para a família de pescadores.
- Figura 21- Menina subindo no açazeiro para apanhar o fruto.
- Figura 22- Casa de pescador que demonstra o impacto da tecnologia com o avanço do modelo e do conforto.
- Figura 23- Mulher amassando açaí usando peneira, carroceira e alguidar.

Figura 24- Mulher pescadora utilizando máquina de bater açaí em substituição a prática de amassar com as mãos.

Figura 25- Reunião de coordenadores e coordenadoras realizada na sede da Colônia Z-16/ Cametá.

Figura 26- Participação das mulheres em reunião setorial organizada pela Colônia Z-16 quando da discussão sobre o seguro- defeso.

Figura 27- Pescadores e pescadoras com crianças de colo enfrentando filas para ter acesso ao seguro- defeso.

Figura 28- Mulheres pescadoras em frente à casa lotérica para receber o seguro defeso.

Figura 29- Folder de encontro realizado pela APAMUC.

RESUMO

Este estudo, intitulado **No lar, nas águas, na vida: Práticas e Saberes das Mulheres Pescadoras em Comunidades Ribeirinhas no município de Cametá, Estado do Pará**, analisa como as práticas e saberes das mulheres pescadoras se processam no interior das comunidades ribeirinhas, evidenciando estratégias de trabalho, dinâmicas de participação e diversas formas de aprendizagens que as mesmas estão envolvidas. Metodologicamente, para dá sentido a este trabalho, adotamos uma abordagem qualitativa e uma pesquisa descritiva de um estudo de caso. Para coleta de informações utilizamos entrevista aberta e semiestruturada com mulheres pescadoras de duas comunidades do município de Cametá-Pará, além da observação participante e análise documental. Como referencial teórico-metodológico norteador deste estudo, para entender questão como mulheres, pesca, participação, cotidiano, trabalho, contou-se com ajuda de autores como, MANESCHY (2000), FURTADO (1993), LOURO (2003) DIAS (1995), PERROT (2007), PINTO (2004), RODRIGUES (2012), NETTO E BRAZ (2006), GOHN (2013), FISCHER e TIRIBA (2006), dentre outras. O trabalho revelou que as práticas e saberes das mulheres pescadoras instrumentalizado no lar, na relação social e na atividade de pesca, ainda é limitado a espaços próximos do lar e a sobrecarga dos afazeres domésticos. Espaço e tempo da atividade da pesca para as mulheres é diferenciado ocupando-se quase que exclusivamente ao preparo, armazenamento, beneficiamento do pescado, e confecção e manutenção dos instrumentos de pesca. Sua participação em organizações de classes ainda tímida como se observa nos estatutos das colônias e associações e ao seu próprio papel enquanto dona de casa. Identificamos, portanto, que as mulheres pescadoras do município de Cametá possuem com muita ênfase os saberes da pesca artesanal que se evidencia na prática, e que necessita cada vez mais serem visibilizados e incentivados.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres Pescadoras; Práticas e Saberes; Trabalho; Cotidiano

RESUMEN

Este estudio, titulado **En casa, en las aguas, en la vida: prácticas y conocimientos de las mujeres en la pesca en las comunidades ribereñas en el municipio de Cametá, Estado de Pará**, examina cómo las prácticas y conocimientos de pescadoras se procesan dentro de las comunidades costeras, las estrategias que destacan el trabajo, la dinámica de participación y diversas formas de aprendizaje que están involucrados. Metodológicamente, para dar sentido a este trabajo, se adopta un enfoque cualitativo y la investigación descriptiva de un estudio de caso. Para recoger información utilizada entrevistas abiertas y semi-estructuradas con pescadoras dos comunidades del municipio de Cametá-Pará, así como la observación participante y análisis de documentos. Como marco teórico guiar este estudio, para entender tema como las mujeres, la pesca, la participación, la vida cotidiana, el trabajo, contaron con autores como ayudar a Maneschy (2000), Furtado (1993), Rubio (2003) DÍAS (1995) , PERROT (2007), Pinto (2004), Rodrigues (2012), NETO y BRASIL (2006), Gohn (2013), y Tiriba Fischer (2006), entre otros. El estudio reveló que las prácticas y el conocimiento de las pescadoras explotados en el hogar, en las relaciones sociales y la actividad pesquera sigue estando limitada a las zonas cercanas a la casa y la carga de las tareas domésticas. El espacio y el tiempo de actividad de pesca para las mujeres se diferencian cuidando casi exclusivamente a la preparación, almacenamiento, procesamiento de pescado, y la preparación y mantenimiento de las herramientas de pesca. La participación en las organizaciones todavía tímidos clases, como se muestra en los estatutos de las colonias y de las asociaciones y su propio papel como ama de casa. Hemos identificado, de manera que las pescadoras de municipio Cametá tienen enfáticamente el conocimiento tradicional de pescadores que se evidencia en la práctica, cada vez que necesita para ser visualizado y alentó.

PALABRAS CLAVE: Mujeres en la pesca; Prácticas y habilidades; trabajar; diario

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	16
CAPÍTULO I	23
CAMINHOS DA PESQUISA: O PERCURSO METODOLÓGICO	23
1.1- A abordagem qualitativa: trajetória percorrida	24
1.2- As comunidades de Joroça de Cima e Mapiraizinho	26
1.3- Referências Teóricas	29
1.4- Categorias de análise – dialogando com os sujeitos	31
1.5- Tipo e os instrumentos de pesquisa	31
CAPÍTULO II	36
NOS CAMINHOS DA PESQUISA OS SABERES FEMININOS SE REVELAM	36
2. 1- Mulheres e mulheres pescadoras: um caminhar sobre a literatura produzida	37
2.2 – O cotidiano das Mulheres pescadoras e as diversas formas de trabalho	43
2.3- Mulheres em Movimentos: A Luta Coletiva	47
CAPÍTULO III	52
TECENDO UMA REDE DE ATIVIDADES: SABERES E PRÁTICAS DAS MULHERES PESCADORAS	52
3.1- Saberes: A Constituição na relação com o outro e com o meio ambiente	53
3.2- A Constituição dos saberes femininos na pesca	57
3.3- Os Saberes Femininos e a Divisão Sexual do Trabalho	62
3.4- Os Saberes da confecção e manutenção dos Instrumentos de pesca	67
3.5- Os saberes femininos e o trabalho de captura na pesca	72
3.5.1- Os saberes na captura do camarão e do pescado	73
3.5.2- Os saberes para o preparo, beneficiamento e conservação do pescado .	83
3.6- Saberes femininos e a relação intrínseca com o cotidiano	85
3.7- Os saberes femininos da pesca frente ao avanço tecnológico	95
3.8 - A mulher pescadora nas organizações e a construção de novos saberes ...	101
3.8.1- Os saberes femininos e a participação	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118
APÊNDICE A- QUESTÕES PARA ENTREVISTA COM AS MULHERES PESCADORAS NAS COMUNIDADES DE MAPIRAIZINHO E JOROÇA DE CIMA	122
APÊNDICE B - Quadro Identitário Das Entrevistadas	125
APÊNDICE C - TERMO DE AUTORIZAÇÃO	128
APÊNDICE D- TERMO DE ENCAMINHAMENTO	132

APÊNDICE E.....	133
Pesquisadora nas comunidades de Joroca de Cima e Mapiraizinho	133
ANEXO A.....	135
ESTATUTO DA COLÔNIA DE PESCADORES ARTESANAIS DE CAMETÁ	135
ANEXO B.....	144
FICHA DE FILIAÇÃO COLÔNIA Z-16 DE CAMETÁ	144
ANEXO C.....	145
FICHA DE MATRÍCULA.....	145
ANEXO D.....	146
FREQUÊNCIA DE REUNIÃO NA COLÔNIA DE PESCADORES Z-16 DE CAMETÁ	146

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta dissertação intitulada **No lar, nas águas, na Vida: Práticas e Saberes das Mulheres Pescadoras em Comunidades Ribeirinhas no município de Cametá, Estado do Pará**, tem como lócus duas comunidades ribeirinhas, visando analisar como as práticas e saberes das mulheres pescadoras ali se processam, evidenciando estratégias de trabalho, dinâmicas de participação e as formas de aprendizagem na atividade de pesca que as mesmas estão envolvidas. O interesse pela temática é fruto da aproximação no campo da pesca artesanal desde o curso de graduação em pedagogia, fazendo parte da minha trajetória pessoal enquanto pesquisadora e desde então me provocando a questionamentos e impulsionando à realização de novos estudos.

A participação nesse debate iniciou tendo por eixo de análise as questões relativas ao trabalho, à vida dos pescadores, e sua inserção nos movimentos sociais. No curso de especialização em Gestão do Trabalho Pedagógico em 2008 tratei sobre a gestão democrática vivenciada no interior da Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá, o que contribuiu e despertou meu desejo em aprofundar os estudos e pesquisas para o mestrado, pois nos trabalhos realizados anteriormente o universo masculino se apresenta muito mais afluído já que os sujeitos entrevistados e as falas apresentadas eram de homens pescadores que faziam parte da diretoria da Z-16 e que de certa forma representavam os trabalhadores e trabalhadoras da pesca, entretanto, deixaram várias lacunas sobre as pescadoras que só poderiam ser preenchidas por elas. Eu sentia falta, de explicações que pudessem me esclarecer o que a mulher faz e o que sabe da atividade de pesca que a torna pescadora e mais ainda o que caracteriza o saber de pesca como sendo feminino. Certamente minhas inquietações sobre os saberes femininos na pesca foram movidos pela experiência de pesquisa nestes trabalhos ao observar que mesmo as mulheres estando associadas à Z-16 enquanto pescadoras poucas são as informações sobre elas e o trabalho que realizam. Neste sentido, quando encontrei o conceito de saber em Schmitz (2015) ao afirmar que.

O saber, como substantivo, designa o ato de saber, ou o processo em que o sujeito faz suas aprendizagens ou ainda, o produto da própria aprendizagem como conhecimento adquirido. No mundo do trabalho, a relação do sujeito trabalhador com o saber se manifesta via características que são próprias de sua história, interesses e projetos de vida.

Nesse sentido, arrisco-me a dizer que os saberes de pesca que as mulheres possuem construídos ou adquiridos na própria atividade, na prática do trabalho, resultado desse processo necessário à atividade que deseja realizar no caso a pesca passam despercebidos em decorrência de relações de gênero aqui entendida pelo viés da divisão sexual do trabalho em que os saberes femininos se manifestam em determinadas condições. Fiquei a perguntar-me: Que saberes são esses que as mulheres aprendem na atividade de pesca? Como são produzidos? Em que condições se manifestam? Por que esses saberes não aparecem quando falamos de pesca?

E assim, ao longo dos estudos realizados no curso de mestrado, a orientação da investigação para as questões relativas aos saberes destas mulheres no processo de trabalho foi fortalecida.

Portanto, o contato com o tema de pesquisa e, principalmente, com a população que trabalha na pesca artesanal é anterior à execução deste estudo. No ano de 2003, ainda na graduação de Pedagogia, a partir do trabalho de conclusão de curso (TCC), com o título *Pescadores Artesanais de Cametá: Formação Histórica, Movimentos sociais e construção de Novos Sujeitos*, minhas inquietações quanto aos sujeitos trabalhadores e trabalhadoras da pesca só aumentavam e começaram a instigar e despertar a minha curiosidade. Chamou a minha atenção, especificamente, o trabalho na pesca como sendo uma atividade a ser praticada pelos homens, pois são eles que têm por obrigação ir para o rio, o que leva ao entendimento de que a pesca se reduz aos saberes de captura em que eles realizam com maior frequência, portanto, seriam os detentores desses saberes. Essa leitura equivocada leva a invisibilidade dos saberes femininos na pesca e da atividade praticada pelas mulheres.

Estudos como de Manescky ao apresentarem a mulher dentro da atividade de pesca permite um olhar mais atento, aguçado e mesmo outra maneira de ver o trabalho feminino estranhando a ideia de que a pesca é praticada exclusivamente por uma essência masculina.

Ainda, para Manescky (2012, p. 731-732)

[...] um conjunto crescente de estudos passou a abordar o setor pesqueiro sob a ótica de gênero. Esses estudos têm evidenciado múltiplas responsabilidades de mulheres em comunidades ou empreendimentos pesqueiros, direta e indiretamente ligadas às lides de pesca, além daquelas referidas aos cuidados com a reprodução imediata dos grupos domésticos”.

Portanto, esses estudos ajudam a compreender que os saberes de pesca se estendem para antes e pós-captura o que ajuda a visibilizar os saberes femininos na pesca influenciados pelas atividades domésticas.

É nesse sentido que se constitui como objeto de pesquisa os saberes das mulheres na pesca em comunidades ribeirinhas no município de Cametá, Estado do Pará, formados entre o trabalho na pesca e o cotidiano. Pois como afirma Maneschky (2000) as mulheres pescadoras artesanais condicionadas como produtoras do lar onde os seus saberes estavam caracterizados ao preparo do pescado, a fabricação dos apetrechos de pesca, caracterizados na sua essência, como um mecanismo sem importância na atividade pesqueira.

A associação entre o trabalho na pesca e as atividades domésticas também são responsáveis pela invisibilidade dos saberes femininos que limitam a prática das mulheres na captura, cuja discussão implica um maior aprofundamento.

Nesse sentido, quando Maneschky (2000) ao revelar que há invisibilidade nas práticas de trabalho das mulheres pescadoras, desperta o meu interesse em buscar através das vivências desses sujeitos, seus saberes de pesca e a forma como são produzidos importantes na afirmação enquanto sujeitos sociais. Visto que, em sentido mais amplo, as mulheres constituídas na pesca, que vivem e praticam cotidianamente as tarefas desse setor, vem construindo a sua participação em movimentos sociais, nos sindicatos de pescadores, entidade representativa de classe, como estratégia de valorização da atividade que pratica e dos direitos enquanto trabalhadora.

O que nos provoca a discutir a ideia de naturalização da condição feminina em que os processos biológicos inclusive os de força física para a realização da atividade de pesca são priorizados em detrimento de processos históricos, sociais e culturais contribuindo para o silenciamento dos saberes femininos.

Mais uma vez há a necessidade de compreender como, onde e quando a mulher trabalha na pesca, pois é assim que os saberes femininos e sua produção serão apresentados.

A Lei n. 11.959, de 29 de junho de 2009, ao tratar da pesca artesanal que inclui os “[...] trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca e o processamento do produto da pesca artesanal” nos quais segundo Maneschky (2012) é grande a presença das mulheres e de grande contribuição para o reconhecimento do trabalho das pescadoras, por outro lado, partimos da compreensão de que o processo de captura realizado pelas mulheres com suas particularidades também merece destaque.

Pois caso contrário estaria colaborando com a invisibilidade dos saberes de pesca que possui.

Fato que se torna enfático em 2015, por ocasião da Assembleia de coordenadores de base quando analisando as falas de pescadores e presidente da Colônia Z-16 ao descreverem o que as mulheres fazem na pesca pude perceber que o trabalho delas vai além do espaço doméstico, portanto, manifestando saberes na preparação para a captura, aqui se inclui desde a confecção de instrumentos como enfatizado por Manesky (2000) passando pela limpeza, salga e secagem do produto, comercialização quando do pequeno excedente, e pela própria captura, portanto, possuindo saberes em todas as etapas da atividade pesqueira. Esses saberes de pesca que as mulheres possuem como já afirmamos anteriormente acabam sendo silenciados. Tornando-se para esta pesquisadora, uma necessidade em aprofundam as discussões sobre os saberes femininos na pesca.

Na busca pela problemática que efetiva essa pesquisa, ouvir, olhar, ler e escrever sobre o trabalho das mulheres pescadoras, tem sido minha prática de pesquisa por quase dois anos. Entretanto, dadas as aproximações que constitui entre o problema de pesquisa na graduação e no mestrado, devo frisar o tema em questão tem uma característica diferente.

No processo de construção desta problemática considerei, também, o que Maneschy (1995) discute sobre o trabalho das mulheres pescadoras. A autora enfatiza nesse caso que há a secundarização das atividades femininas na pesca em decorrência da submissão e subordinação das mulheres aos ciclos da vida familiar. Deixa a entender que há saberes quando da divisão de papéis na atividade pesqueira.

Assim, tomando como referência as mulheres em comunidades ribeirinhas, procurei contextualizar o problema de pesquisa com a seguinte questão de investigação: *que saberes constituídos para além da captura na pesca contribui para afirmação das mulheres pescadoras enquanto sujeitos sociais?*

Os saberes que analisamos para discutir o problema são considerados femininos por resultarem do conhecimento que as mulheres adquiriram na prática da atividade de pesca e pelas particularidades com que a realizam e expressam esse conhecimento em decorrência de fatores sociais, culturais, políticos e econômicos.

Definida a questão de investigação realizei entrevistas com as mulheres pescadoras que foram informadas sobre a pesquisa através do termo de livre consentimento. Não houve recusa em colaborar com a execução do trabalho. As entrevistas foram realizadas individualmente e cada mulher respondia uma sequência de

perguntas que eram comparadas com as informações descritas pelas minhas observações.

Procedi como registro das informações a utilização de celular para gravar as entrevistas que em seguida foram transcritas e estudadas, anotações gerais sobre atitudes ou comportamentos das entrevistadas, e fotografias registradas por mim ou fornecidas por informantes. Todos esses procedimentos tiveram a aprovação das colaboradoras da pesquisa.

Inicialmente eu pretendia trabalhar com mulheres pescadoras associadas à Colônia Z-16 pelo fato dos meus trabalhos anteriores terem sido realizados a partir dessa organização e as inquietações sobre os conhecimentos das mulheres na pesca terem surgido nesses contextos, mas tendo em vista que os saberes femininos de pesca são formados a partir do trabalho e que este se caracteriza pela influência das atividades domésticas, optei por uma seleção aleatória, em que através das primeiras incursões a campo por ocasião de visitas informais me possibilitaram identificar minhas colaboradoras iniciais. Essas mulheres me chamaram a atenção por desenvolverem diversas tarefas necessárias à captura do peixe e do camarão realizadas por seus companheiros e por elas em que apresentavam conhecimentos para cada etapa do trabalho que desenvolviam e, portanto, desde então fornecendo informações que respondiam a questões apresentadas no início deste texto.

Realizar um estudo dessa natureza, analisando as singularidades dos saberes femininos na pesca, envolve uma relação marcada por responsabilidades atribuídas às mulheres, que se apresentam no cotidiano do espaço doméstico, mas também pela legitimação da produção espontânea e/ou provocados e constituição enquanto ser social (NETTO E BRAZ, 2006).

Ao entender que as mulheres passam por um processo de aprendizagem dos saberes de pesca pela atividade bem como as determinações para sua realização são socialmente marcadas pela definição de papéis entre homens e mulheres institui-se o ser social constituído a partir do trabalho, em que as condições biológicas como força física não são mais determinantes.

Para Barra (2013) a pesca tem um significado bem maior tanto por ser base de alimentação quanto pela importância econômica para a região. Ampliamos esse significado ao ressaltar que as famílias através da pequena produção e comercialização do pescado também passaram a desenvolver outras novas necessidades e a buscar formas de supri-las. Portanto,

O trabalho, não atende a um elenco limitado e praticamente invariável de necessidades, nem as satisfaz sob formas fixas, se é verdade que há um conjunto de necessidades que sempre deve ser atendido (alimentação, proteção contra intempéries, reprodução biológica etc.). As formas desse atendimento variam muitíssimo e, sobretudo, implicam o desenvolvimento, quase sem limites, de novas necessidades (NETTO & BRAZ, 2006, p. 31).

A pesca por ser uma atividade em que o envolvimento familiar tem sido primordial, em que homens, mulheres e crianças no setor pesqueiro em regime de colaboração constroem e compartilham saberes para o efetivo processo produtivo exige saberes por parte das mulheres para realização desse trabalho ainda que estejam intrinsecamente envolvidas pelas atividades domésticas havendo uma maneira peculiar de realizá-lo.

Ainda que estejam presentes em todo o processo de produção da pesca as mulheres, segundo afirma Maneschy (2012, p. 714) “em nome de seu gênero, são colocadas e se colocam em uma hierarquia de valores, submetidas ao poder e à violência física e simbólica”. Logo, as relações de gênero que ocorrem no contexto da pesca são impregnadas de poder e visivelmente desiguais, atribuindo à mulher um papel de subordinação, invisibilidade e menor importância em relação ao papel designado aos homens.

Nesse sentido, segundo Rodrigues, os saberes da mulher pescadora que se constituem em uma relação de reciprocidade com a natureza e com o outro, através do seu trabalho, provoca reflexões sobre as condições em que se realizam. “Mas também desenvolvem ações determinantes para a sua organização, a subjetividade e a objetividade, constituindo-os como ser social” (RODRIGUES, 2012, p.144).

Não se pode entender as práticas e saberes femininos na pesca sem compreender a divisão sexual do trabalho, em que o tempo e espaço do homem e da mulher são diferentes (MENEZES e CAMPOS, 2012) e nem o cotidiano enquanto espaço de poder que se estabelece através das relações de gênero que submetem a mulher ao espaço doméstico secundarizando os saberes femininos em relação aos saberes masculinos que se materializam através do trabalho. Uma forma de se entender essa insistência em relação a divisão sexual do trabalho na pesca é analisar que relações de aprendizagem as organizações sociais têm desenvolvido para a constituição de novos saberes, para a participação feminina e valorização dos interesses da mulher pescadora para além do trabalho (MANESCHY, 2013).

Buscando apresentar respostas ao problema de pesquisa, estruturamos o trabalho de maneira, a saber: O primeiro Capítulo intitulado “Caminhos da Pesquisa: O

percurso metodológico” justifica a opção pela abordagem qualitativa bem como pela etnografia como metodologia que melhor atende aos objetivos de meu trabalho. Utilizei a entrevista semiestruturada e a observação como técnica de coleta de dados. Ainda nesse ponto, apresento minhas colaboradoras da pesquisa e as comunidades Lócus da investigação.

O segundo Capítulo “Nos caminhos da pesquisa os saberes femininos se revelam” fornece uma interlocução com os trabalhos revisados evidenciando os diversos modos de discutir a questão. Com o objetivo de compreender como os saberes femininos produzidos na pesca encontram-se dentro do campo teórico no sentido de tratar os dados mais adiante.

No terceiro Capítulo, “Tecendo uma rede de atividades: Saberes e práticas das mulheres pescadoras” analiso os saberes femininos na pesca pela perspectiva da relação de gênero que define a forma de realização da atividade pela mulher e ainda pelas inúmeras tarefas do lar, portanto, define a produção de seus saberes.

Por fim, as considerações finais, onde retomo as discussões em que destaco minhas análises e reflexões sobre os elementos principais da pesquisa.

CAPÍTULO I

CAMINHOS DA PESQUISA: O PERCURSO METODOLÓGICO.

1.1- A abordagem qualitativa: trajetória percorrida

Neste capítulo, apresento os caminhos percorridos durante a realização da pesquisa destacando sua contribuição educativa e o papel da pesquisadora. Abordo ainda as técnicas e instrumentos da construção e levantamento dos dados com destaque para a observação participante, e as entrevistas que se entrecruzaram em nossas discussões.

Pesquisar, significa de forma bem simples, procurar respostas para indagações propostas. Neste caso, responder a questões que envolvem os saberes femininos na pesca. Para Minayo (1993, p.23) a pesquisa é considerada como

[...] atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados.

Para manter essa aproximação com a realidade a fim de identificar no conjunto de elementos aqueles que respondam aos questionamentos que norteiam esta pesquisa adotei a abordagem qualitativa em que a percepção de investigador em relação ao olhar que os sujeitos pesquisados possuem de si ajuda nas análises e na articulação com o referencial teórico adotado. É nesse sentido que entendo esta pesquisa como qualitativa a partir de Minayo (2002, p.21-22) ao afirmar que “[...] responde a questões muito particulares. [...] com um nível de realidade que não pode ser quantificado. [...] com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo de relações [...]”. Todos os elementos citados acima interferem no fenômeno estudado e por isso a pesquisa qualitativa permite uma visão mais geral em que esses elementos não se encontram isolados, mas interligados, diante disso, conforme Lüdke e André (1986, p. 17):

Qualitativa porque se contrapõe ao esquema quantitativo de pesquisa (que divide a realidade em unidades possíveis de mensuração, estudando-as isoladamente), defendendo uma visão holística dos fenômenos, isto é, que leve em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas.

De acordo com Richardson (1999) “A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados [...]”. Esse foi um dos motivos que me fez adentrar as duas comunidades ribeirinhas, ouvir e observar a mulher

pescadora no seu espaço de atuação, a especificidade de seu trabalho como produção de saberes.

Para compreender os saberes femininos desenvolvidos no universo de significados busquei trabalhar com a pesquisa etnográfica, como forma específica de investigação qualitativa que facilitou o meu envolvimento enquanto pesquisadora com meu objeto de estudo contribuindo para as análises. Trivínos (2015, p. 121) afirma que “A etnografia baseia suas conclusões nas descrições do real cultural que lhe interessa para tirar delas os significados que têm para as pessoas que pertencem a essa realidade”. Por permitir uma aproximação com o espaço e com o objeto de pesquisa através do diálogo, as mulheres pescadoras puderam falar de si, de suas impressões, passei a ouvi-las, a escutar suas explicações para suas condições de vida, a olhar e me envolver em algumas tarefas do cotidiano.

A etnografia ao descrever o trabalho de pesca que a mulher realiza bem como o seu cotidiano, permite compreender porque esses saberes que são compartilhados entre homens e mulheres ainda na infância caracterizam-se como femininos. Esse procedimento permitiu um envolvimento com a realidade pesquisada em que a minha participação compartilhava de momentos muito próprios das famílias como: as refeições, as formas de higiene, de dormir em redes, do lazer, o momento de religiosidade, observando as rodas de baralho, o banho no rio, as tarefas domésticas e a atividade de pesca, ou seja, procurei conhecê-las nas variadas atividades em que estão envolvidas. Entretanto, essa participação na realidade das famílias de pescadores e pescadoras exigia também a postura de pesquisadora, sem perder o foco nos objetivos do trabalho. O que se justifica pelo fato de que na pesquisa, “O valor científico de seus achados, porém, depende fundamentalmente, do modo como faz a descrição da cultura que observa e que está tratando de viver em seus significados” (TRIVIÑOS, 2015, p. 121).

A etnografia foi também importante, pois, “o ambiente, o contexto no qual os indivíduos realizam suas ações e desenvolvem seus modos de vida fundamentais, tem um valor essencial para alcançar das pessoas uma compreensão mais clara de suas atividades” (TRIVIÑOS, 2015, p. 22). A inserção no contexto das vivências das mulheres pescadoras, ou seja, nas tarefas domésticas, no trabalho de pesca e outras relações sociais possibilitou uma interpretação marcada pelo diálogo como compreensão das condições de produção dos saberes femininos na pesca.

Nas situações de campo, no contato com as colaboradoras da pesquisa também surgiram desafios em entender palavras, gestos, atitudes, situações em que não fazem

parte do meu repertório de experiências. Em alguns momentos o não pertencimento daquelas comunidades dificultava a compreensão dessas situações e informações. O que se minimizou com um tempo maior de convivência e pelas explicações que buscava na fala das mulheres pescadoras viabilizando maior clareza nas análises. Nesse sentido, ainda que minha fundamentação teórica apresente outros estudos sobre mulheres pescadoras, as experiências vividas dentro do contexto da realidade pesquisada foram individuais e enriquecedoras à medida que se cruzaram com o meu universo cultural.

1.2- As comunidades de Joroca de Cima e Mapiraizinho

Após ter definido os saberes femininos na pesca como meu objeto de estudo foi necessário selecionar não só a forma de investigar, mas onde investigar, onde buscar respostas para o problema de pesquisa apresentado. Por isso tendo como referência a pesquisa qualitativa em que Neto (1994, p.51) destaca que “[...] o trabalho de campo se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só a aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento, partindo da realidade presente no campo” procedi com a escolha do lócus em que pudesse entrar em contato com os sujeitos da pesquisa, neste caso comunidades ribeirinhas.

Nesse sentido, tive que definir onde focaria minha pesquisa dentro do município de Cametá, haja vista este apresentar dois tipos de ecossistemas¹, o de várzea e o de terra firme, com a presença de várias ilhas. Optei por duas comunidades ribeirinhas em que a atividade de pesca artesanal é muito significativa na dinâmica de vida, pois, da relação com o rio, terra e floresta é que historicamente a população retira grande parte dos seus alimentos. Outro elemento importante para a escolha dessas comunidades se deve ao fato da participação ativa da mulher pescadora em todas as etapas da pesca enquanto atividade econômica.

Desse modo, dentre as comunidades ribeirinhas do município de Cametá-Pa, as que serviram como ilustração para este trabalho e constitui-se o lócus dessa pesquisa são Mapiraizinho² distrito de Cametá-rural e Joroca de Cima, distrito de Joana Coelis (ver figura 01). Por “[...] estar ligado a uma vontade e a uma identificação com o tema a ser estudado, permitindo uma melhor realização da pesquisa proposta” (NETO, 1994, p.52). Ressalto que essas comunidades são conjuntos de ilhas que tem como principal via de escoamento de produção bem como de transporte o rio Tocantins, se subdividem

¹ Para mais informações ver Barra (2013)

² Decreto de Criação Nº 002/2010 da Comunidade Cristã de São João Batista- Mapiraizinho.

enquanto comunidades Cristãs, motivo de não se encontrem destacadas no mapa político administrativo do município, mas pela divisão distrital é possível compreender que a localização destes mantém uma estrita relação com os rios e floresta.

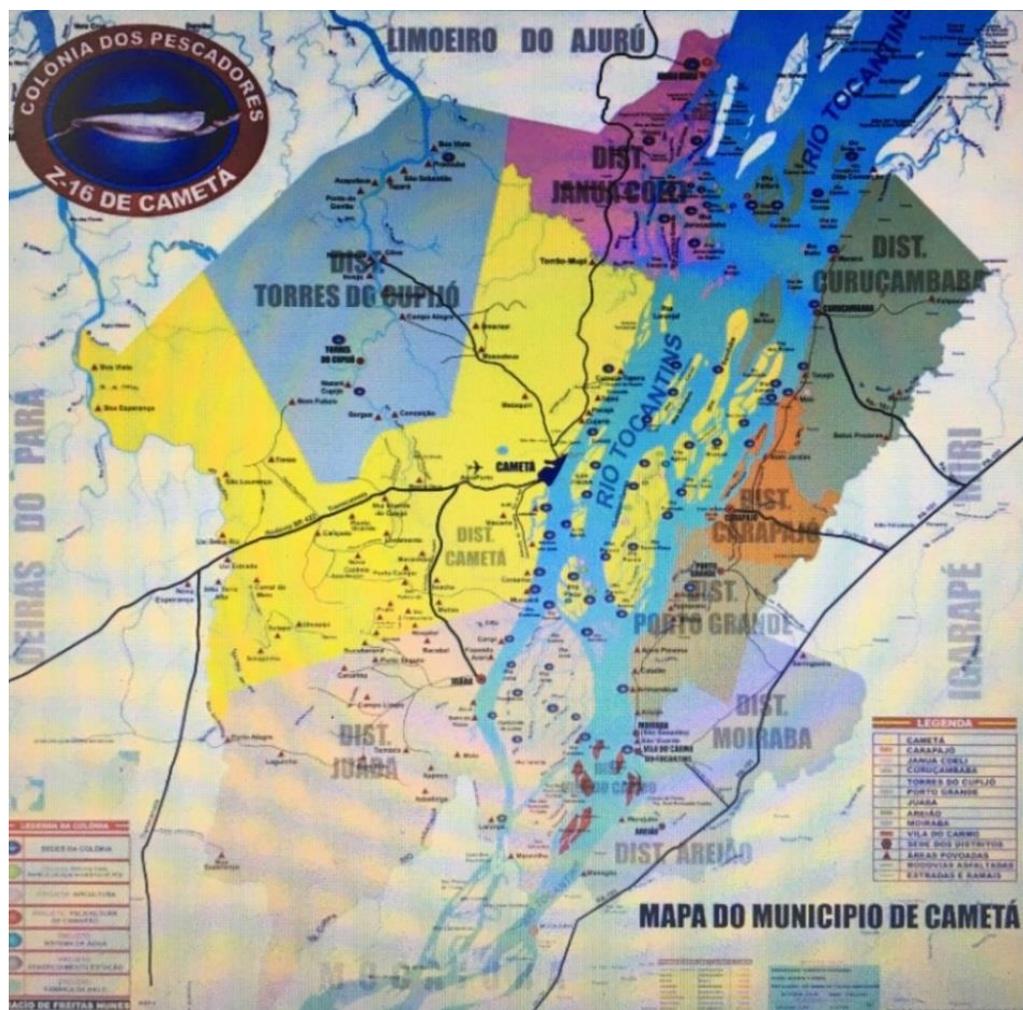


Figura 01- Mapa do município de Cametá/Pa. Fonte: Colônia Z-16, 2017.

A realização do trabalho de campo nessas duas comunidades se justifica por considerar que “[...] a relação do pesquisador com os sujeitos a serem estudados é de extrema importância. [...] Ela visa criar novas questões num processo de incorporação e superação daquilo que já se encontra produzido” (NETO 1994, p.52-53). No caso das mulheres pescadoras do município de Cametá poucos são os estudos que tratam dos saberes femininos ligados à pesca, havendo a necessidade de manter uma proximidade com o contexto em que as relações das mulheres pescadoras acontecem.

Nessas duas ilhas, o trabalho feminino se divide entre a captura que ocorre principalmente nos igarapés e as margens do rio próximo às casas, e a pré e pós

captura³. Essa informação deixa a entender que as mulheres pescadoras nessas comunidades produzem saberes relacionado à pesca em condições específicas, ou seja, condicionados a determinados espaços⁴.

Indícios dessa participação ocorreram por ocasião de meu retorno a campo quando uma das pescadoras participante da pesquisa pilotando o seu barco veio me buscar na “cidade”, como chamam para a sede do município, a fim de me levar para a comunidade de Mapiraizinho, aproveitou a oportunidade para fazer compras, vender o camarão que havia capturado antes da viagem, resolver questões relacionadas à sua coordenação dentro do sindicato. Relações que reforçam e contribuem para a formação do ser social mulher pescadora.

Sobre o levantamento territorial do município de Cametá/PA, Barra (2013, p.14) nos apresenta os seguintes dados, fazendo-nos compreender, além da territorialidade, sua dimensão político-administrativa:

[...] o município de Cametá, situado na Mesorregião Nordeste paraense, Microrregião do Baixo Tocantins (IDESP,1995), concentra uma população de 120.896 habitantes (IBGE,2010). Dessa população, 41,42% residem na área urbana e 58,58% na zona rural (IBGE, 2010). Desse número, 50% encontram-se nas ilhas, que perfazem uma soma de 122 localidades e 523 comunidades (PRELAZIA DE CAMETÁ, 2005), situação que tem exigido política públicas de reafirmação desses pescadores residentes nos locais citados, formados por pequenas ilhas, ora de várzea, ora de terra firme.

A partir dessa configuração há uma grande concentração populacional nas ilhas do município, tal fato caracteriza e evidencia a importância das atividades de pesca nestas localidades, já que é, principalmente, através dessa economia que a população ribeirinha obtém o sustento de suas famílias.

Em relação à importância que a produção das comunidades ribeirinhas tem para o comércio local Costa (2004, p.14) afirma:

A região das ilhas de Cametá representa aproximadamente um quinto do território do município. Mas é responsável por mais da metade do abastecimento alimentar das feiras e mercados, basicamente representado pela oferta de pescados, mariscos, frutos, açaí em particular, óleo, plantas medicinais, entre outros produtos regionais.

Portanto, a importância do lócus para esta pesquisa significa que “[...] o lugar primordial é o ocupado pelas pessoas e grupos convivendo numa dinâmica de interação

³ Manesky (2001) afirma que são atividades relacionada à pesca onde a presença feminina é maior.

⁴ Segundo Santos (1996) o conceito de espaço [...] “compreendido como um Conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente [...] manifestam-se através de processos e funções”. [...] é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual.

social. [...] palco de manifestações de intersubjetividades e interações [...] propiciando a criação de novos conhecimentos” (NETO, 1994, p.54), dessa forma considere não só as peculiaridades amazônicas e sua riqueza quanto à fauna e flora, mas as diversas relações de aprendizagens e transformações mantidas entre homens, mulheres e natureza.

1.3- Referências Teóricas

Para dar sustentação aos argumentos que apresento a respeito do tema, fiz uma revisão bibliográfica de teses, dissertações, artigos, livros, a fim de compreender que conhecimentos foram construídos a respeito do que investigo no caso os saberes das mulheres dentro da atividade de pesca, explicações e/ou interpretações que pudessem me auxiliar. As teorias encontradas apresentam diferentes discussões envolvendo as mulheres pescadoras, entretanto, não focam especificamente nos saberes que produzem.

Nessa fundamentação teórica, trabalhei com referências que discutem a questão da pesca na Amazônia em que destaco Alencar (1993) que em seus estudos apresenta uma discussão em torno das relações de gênero enfatizando o papel da mulher na pesca e revelando como suas práticas estão condicionadas as tarefas domésticas motivo de desvalorização enquanto trabalhadora dessa atividade. Os argumentos da autora foram importantes ao me indicarem os caminhos a seguir, nesse sentido, as influências que as tarefas domésticas tidas dentro da relação de gênero⁵, como responsabilidade feminina exercem sobre a aprendizagem das mulheres na pesca. Alencar levanta vários questionamentos sobre essa participação tendo como critério de discussão a divisão sexual do trabalho e em que condições históricas, sociais, culturais, econômicas ela se desenvolve. Enfatiza ainda a carência de informações que precisam ser preenchidas em relação ao conhecimento sobre pesca quando relacionado às mulheres.

Outra autora que ajudou a levantar questões a respeito do objeto de investigação foi Manesky (2000, 2012, 2013) ao analisar os motivos que contribuem para a invisibilidade dos papéis das mulheres na pesca. Outras problemáticas levantadas pela autora como as questões ambientais, a participação nas organizações de pescadores e as lutas pelo reconhecimento enquanto trabalhadora da pesca influenciou na afirmação do problema investigado.

⁵ Segundo Alencar (1993) em comunidades pesqueiras as mulheres estão sempre relacionadas a atividades como agricultura, artesanato, tarefas domésticas.

Furtado e Barra (2004, 2008) e Rodrigues (2012), ao focarem seus estudos relacionados ao universo da pesca no Município de Cametá, ainda que de maneira geral, ou seja, tratando dos saberes e relações que se estabelecem no mundo da pesca, colaboraram para esclarecer nosso objeto de investigação bem como organizar e analisá-los.

Em se tratando da temática da mulher me embasei em Pinto (2004) com as considerações sobre mulheres quilombolas na região do Tocantins⁶. O cotidiano enquanto espaço de poder analisado por Dias (1995) em que revela que a presença da mulher pobre em meio ao trabalho no espaço público sempre existiu, bem como suas lutas no cotidiano pela sobrevivência, e também em Perrot (2007), ao apresentar importantes contribuições para a discussão da invisibilidade feminina na história e dos papéis sociais da mulher.

Algumas etnografias que trabalham com a literatura sobre a participação feminina na pesca me auxiliaram a encaminhar metodologicamente minha pesquisa bem como organizar os dados e analisar os achados que se revelaram sobre os saberes da mulher pescadora, pois como afirmam Neto e Braz (2006) que a partir do trabalho o homem transforma não só a natureza como a si mesmo. De fato ainda são poucos os trabalhos que analisam a produção dos saberes das mulheres pescadoras na região do Tocantins especificamente ao se tratar das mulheres pescadoras no município de Cametá. Embora apareça em alguns estudos como de Rodrigues (2012) e Pinto (2004) de maneira secundária ou complementar foram de grande relevância para minhas discussões e análises.

É importante que se diga que as interpretações e explicações feitas ao longo do presente trabalho ainda que embasadas pelas teorias acima apresentadas não esgotam as possibilidades de investigação dos problemas que envolvem o universo feminino na pesca, portanto, o que indica que o olhar de investigadora sempre em processo de construção, de soma de experiências não dá conta do movimento e transformações que é a realidade investigada. Nesse sentido, as discussões teóricas auxiliaram na compreensão das categorias que apresento adiante.

⁶ Segundo Pinto (2004) "A microrregião de Cametá ou região do Tocantins é composta pelos seguintes municípios paraenses: Abaetetuba, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará"

1.4- Categorias de análise – dialogando com os sujeitos

Com base nas informações construídas no decorrer da pesquisa foi possível selecionar e desenvolver algumas categorias que estão organizadas de acordo com as discussões sobre o objeto de estudo. Destacamos Saberes, Relações de gênero, Divisão sexual do trabalho, Cotidiano e Organização associativa.

Para análise das questões relacionadas aos Saberes, escolhi tratá-lo a partir das relações que os sujeitos mantêm com o trabalho como produção de conhecimentos.

Na categoria “**Relações de Gênero**” destaquei as análises que a consideram enquanto processo histórico social de significação das relações de poder, em que, mesmo havendo definições de papéis, as mulheres são “sujeitas” importantes nos espaços que participam. A partir da Divisão sexual do trabalho foi possível definir quais as condições de realização para o trabalho feminino a partir do conceito de tempo e espaço, assim como de trabalho produtivo e reprodutivo.

A categoria, “**Cotidiano**” se justifica pelas diversas relações que as mulheres pescadoras mantêm e no qual ocorre a produção dos saberes para o trabalho e para a vida.

Na “**Organização**”, o significado de participação política da mulher no espaço público se fortalece pela produção de novos e diferentes saberes.

Assim, a análise de dados desta pesquisa esteve desde o início articulada com a fundamentação teórica desenvolvida e com as informações coletadas e interpretadas, que foram gradativamente sendo sistematizadas até o final do processo de entrevistas. Os autores que dialoguei, para entender essas categorias, aparecem ao longo das discussões, na análise das informações das colaboradoras da pesquisa, especialmente no terceiro capítulo. Não menos importante, foram os instrumentos de pesquisa na apresentação dessas categorias.

1.5- Tipo e os instrumentos de pesquisa

De início, pretendia trabalhar com mulheres pescadoras associadas a uma determinada organização, mas tendo em vista que os saberes femininos são formados a partir do trabalho e de um cotidiano específico que é o da pesca articulado às atividades domésticas defini como colaboradoras da pesquisa as mulheres que vivenciam o universo da pesca, ou seja, que trabalham na atividade. Baseada em minhas primeiras incursões a campo decidi por mulheres que eu tinha uma relação de proximidade

incluindo-se as familiares e de vizinhança⁷ que foram me encaminhando a outras informantes à medida que precisava de mais explicações para as questões em torno do problema, ou seja, das necessidades no decorrer da pesquisa.

Nesse sentido, muitas dessas respostas e explicações passaram a se assemelhar, o que me levou a priorizar as falas das colaboradoras com quem convivi por mais tempo. Em certos momentos do texto as outras mulheres passaram a complementar o que não foi suficiente na fala das colaboradoras principais. Inicialmente não determinei um número de mulheres a serem entrevistadas, mas no decorrer da pesquisa conversei exatamente com oito pescadoras, o que não alterou nas informações necessárias para a construção do conhecimento do estudo.

O amadurecimento das ideias fez definir melhor as estratégias de investigação o que me levou a incluir as relações entre homens e mulheres, bem como com as crianças, direcionando a estudar o trabalho de pesca como uma relação familiar.

Na observação participante procurei perceber o ambiente, as relações entre os diversos sujeitos, as falas e o “clima” presentes na vivência das mulheres pescadoras no que diz respeito aos saberes que desenvolvem na prática diária. Entre um café e outro na casa dessas mulheres mantive um comportamento mais simples possível, fosse pela vestimenta, ou pelo direcionamento da conversa em que utilizava de comparações de suas vidas com a minha naquilo que mais nos aproximava a família, os cuidados com os filhos, as tarefas domésticas sem perder a noção de que o espaço em que elas vivem é bem diferente do meu. Dessa forma “[...] todo pesquisador social tem de relativizar o espaço social de onde provém, aprendendo a se colocar no lugar do outro” (MINAYO, 2013, p.70).

Mantive-me atenta aos movimentos e ações que as mulheres realizavam a partir do espaço doméstico uma necessidade em busca de evidências que me apresentassem os saberes femininos na pesca. Muitas dessas observações foram registradas posteriormente em meu caderno de anotações e utilizadas para retirar dúvidas e incorporar informações durante as análises mesmo porque era difícil durante a conversa proceder a anotações ou mesmo dentro dos cascos que eram balançados pela maré correndo o risco de molhar esse instrumento.

Durante a pesca realizada pelas mulheres no rio estive atenta ao que faziam, procurava através do diálogo obter informações sobre as práticas femininas nesse espaço. Entretanto, não foi possível acompanhá-las nos igarapés em decorrência da

⁷ Refiro-me ao fato de que as colaboradoras apresentadas no texto mantêm parentesco comigo ou com pessoas de minha família ou de minha convivência.

maré e da própria frequência com que vão a esse outro lugar, ou seja, as mulheres com quem estive estão muito envolvidas com a captura do camarão por estar mais próximo do lar.

Posteriormente, outras direções foram tomadas, a partir dos dados que foram sendo coletados como a definição dos saberes femininos a partir dos espaços de participação da mulher pescadora bem como do tempo diferenciado na realização do processo de pesca.

Pela dinâmica do município e a situação geográfica tive que me deslocar e buscar esses dados em duas comunidades em que eu havia feito visitas anteriores à pesquisa. Se por um lado ajudou a me inserir entre os sujeitos e suas famílias facilitando o entrosamento entre pesquisadora e pesquisadas por outro dificultou um olhar minucioso sobre o objeto de pesquisa a ser investigado. Sendo necessário voltar mais vezes reconstruindo minha inserção nesses espaços. Essas viagens contaram com a disponibilidade de pescadoras que me levavam em seus pequenos cascos para o encontro com outras mulheres.

Outra dificuldade encontrada durante a pesquisa de campo foi a de nem sempre as entrevistadas estarem “disponíveis” para me mostrar na prática a realização da atividade de captura o que só foi possível em duas situações: a captura do camarão e a pesca nos tanques. O que também se reforçava pela dinâmica da maré própria para a pesca no rio, que não coincidia com minha visita, levando-me a considerar para algumas análises somente as informações de fala das pescadoras, que ainda assim eram reforçadas pelos gestos e movimentos do corpo auxiliadas pelas fotografias.

Ainda que auxiliada por perguntas semiestruturadas o que prevaleceu foi o diálogo, momento merecedor de expectadores em que filhos, marido, irmão e até vizinhos se mostravam atentos ao que conversávamos e muitas vezes complementavam algumas ideias que se apresentavam, revelando curiosidade e interesse pelo trabalho que estava realizando. Então, ouvir as mulheres era ouvir as famílias, pois elas não falavam somente de si, mas sim de suas relações.

Essas conversas foram gravadas seguindo um roteiro de perguntas que estavam organizadas em eixos como: Dados pessoais, Dimensão social, Participação da mulher no trabalho de pesca, Saberes femininos na pesca, Reconhecimento e valorização dos saberes femininos na pesca e nas organizações associativas e em determinados momentos o diálogo se transformava em conversa informal e quando me dava conta já tinha conseguido obter a resposta para várias questões. Ainda assim o roteiro me auxiliava a não perder o foco do que realmente precisava saber. Essas entrevistas foram realizadas

em vários horários e espaços da casa, “invadimos” cozinhas, salas, dialogamos na “cabeça da ponte” enquanto revistavam os instrumentos de pesca, ou no casco, aproveitei algumas tardes, após o almoço quando as mulheres paravam um pouco para descansar e começava a tecer conversas, ou a “boca da noite” quando deitados em nossas redes somente escutava os relatos de suas experiências que envolviam todos os tipos de temas, pouca era minha intervenção.

No texto essas falas são identificadas pelos nomes reais das entrevistadas e apresentadas individualmente quase que na íntegra, sendo articuladas por observações feitas durante a pesquisa. As mulheres entrevistadas são apresentadas como “mulheres pescadoras” enfatizando a sua identificação pelos saberes que se desenvolvem e se formam a partir do trabalho.

No registro das falas utilizei o gravador do celular e também a câmera para as fotos nos momentos das visitas, estas realizadas de forma aleatória me ajudavam a tirar dúvidas e buscar novas informações. Pois, ao fazer a transcrição dessas falas sentia a necessidade de reforçar o que diziam.

Senti a necessidade de buscar informações sobre essas mulheres em conversas informais com representantes de entidade organizativa, neste caso junto a Colônia Z-16, entidade com quem já realizei outras pesquisas⁸, a fim de fornecer informações explicativas e tirar dúvidas que surgiam a partir das falas das mulheres. Entretanto, os dados que foram se revelando voltados para aspectos ligados a escolaridade, sexo, idade, situação de trabalho, estado civil, residência não fazem parte da base de “controle” da Colônia. Mas foi possível por meio de conversa entender como as relações de trabalho na pesca contribuem para a constituição do ser mulher pescadora a partir dos saberes femininos apresentados pelas práticas na atividade. Assim como identificar as especificidades do seu trabalho em relação aos homens.

Os dados também revelaram mais objetivamente aspectos sociais, políticos, econômicos de como vivem as famílias das mulheres pescadoras que aparecerão ao longo deste trabalho.

Antes de realizar as entrevistas e a fim de deixar as mulheres e a própria família mais tranquila e menos intimidada, já que de certa forma eu era uma “estranha”, servi como modelos para minhas próprias fotografias e aos poucos fui registrando as informações. Em certos momentos as mulheres e crianças diziam que não gostavam de ser fotografadas, mas quando mostrava as imagens que já havia feito sentiam-se

⁸ Aqui me refiro ao trabalho de conclusão do curso de pedagogia e também da especialização em gestão e coordenação pedagógica ambos já referendados nas considerações iniciais deste texto.

importantes, aos poucos iam permitindo e até começavam a dizer o que deveria fotografar, no sentido de colaborarem na pesquisa. Portanto, as fotos também foram importantes na aproximação com as famílias de pescadores e pescadoras e com o nosso objeto de investigação à medida que registrava suas atividades.

A análise dos dados qualitativos obtidos durante as entrevistas e as observações permitiu identificar as categorias que direcionaram as discussões ao longo desta pesquisa. Estas categorias são as seguintes: saberes, relações de gênero, divisão sexual do trabalho, organização.

A análise foi um processo em construção que envolveu várias informações de campo que articuladas com a base teórica selecionada, pois como afirma Trivinõs (2015, p.170) “A pesquisa qualitativa [...] não estabelece separações marcadas entre a coleta de informações e a interpretação das mesmas”. Por vezes, as interpretações de dados iniciais realizadas encaminharam para busca de outras informações.

Nesse sentido, a interpretação dos dados considerando a abordagem qualitativa adotada teve influência primordial do processo de elaboração dos instrumentos e técnicas utilizados bem como da fundamentação teórica que justifica o tema de pesquisa e o objeto estudado.

CAPÍTULO II

NOS CAMINHOS DA PESQUISA OS SABERES FEMININOS SE REVELAM

2. 1- Mulheres e mulheres pescadoras: um caminhar sobre a literatura produzida.

Neste capítulo, procurei evidenciar meu interesse pelo tema de pesquisa a partir das abordagens apresentadas sobre o assunto em outros estudos identificando pontos para embasar análises e outras “novas” discussões.

Estudar as mulheres pescadoras no município de Cametá, Estado do Pará, para compreender o contexto da produção de seus saberes significa um encontro com as relações de trabalho, nos espaços onde realizam as atividades de pesca influenciadas pelas relações de gênero quando da desigualdade e da importância que atribuem à sua prática.

Discussão acerca dessas mulheres na academia através das instituições de ensino superior dentro do município, ou tem sido muito pequena e um espaço ainda pouco explorado quando se trata desses sujeitos na Amazônia, ou a divulgação desses trabalhos não tem merecido a atenção necessária, pois quando se fala sobre pesca artesanal ainda se volta para o pescador na figura masculina, no dizer de Woodward (2000, p. 10) “os homens tendem a construir posições-de-sujeito para as mulheres tomando a si próprios como ponto de referência”, do qual produz conhecimento, produz trabalho, o que identifica uma hierarquia quando das práticas relacionadas à pesca realizadas por homens e por mulheres.

Algumas etnografias por estudarem a pesca sob a ótica da generalização em que não especificam o trabalho masculino e feminino acabam por contribuir com a afirmação da figura do pescador como protagonista da atividade que se foca como sendo o ato de ir ao rio. É importante ressaltar que a questão dos pescadores e pescadoras tem entrado na discussão voltada para trabalhadores rurais e talvez esse seja um dos motivos que colaboram com essa generalização e por consequência estudos específicos voltados para a pesca.

Como consequência da discussão em torno dos trabalhadores rurais o papel da mulher dentro da pesca se torna “desinteressante” e invisível, nesse sentido, “a invisibilidade refere-se ao ocultamento, ao desconhecimento da participação da mulher enquanto profissional da pesca, ao não reconhecimento do seu trabalho nos dados oficiais e nas pesquisas acadêmicas” (SANTOS, 2012). Essa discussão levantada pelo autor, quando se volta a falta de importância dada a mulher no processo da pesca e nos estudos voltados para ela é percebido quando encontramos na literatura cametaense estudos voltados para as temáticas: trabalhos, relações sociais, movimentos, saberes,

mas que não tem como preocupação centrar as problemáticas que envolvem as mulheres pescadoras.

O que se tem produzido em termos de literatura é uma diversidade de pesquisas que investigam os pescadores diretamente ligados à Colônia Z-16⁹, entre as quais podemos citar a dissertação de mestrado de Egídio Martins publicada em 2011 com o título “Trabalho, educação e movimentos sociais: um estudo sobre o saber e a atuação política dos pescadores da Colônia Z-16, no município de Cametá-Pa”. Destaca-se ainda a pesquisa de José Domingos Barra publicada em 2013 com o título “A relação trabalho e educação no contexto dos acordos de pesca em Cametá/Pa: uma alternativa econômica ou uma prática de resistência? ”. E por fim, com publicação em 2012, a tese de doutorado de Doriedson Rodrigues que trata dos “Saberes sociais e luta de classes: um estudo a partir da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 – Cametá/Pará”.

Nesses trabalhos, a reflexão sobre os saberes dos pescadores ganha destaque, discutindo as relações em que se processam, tendo o trabalho e os sujeitos associados à Colônia Z-16 como ponto de referência.

Martins (2011) através de seu trabalho mostra que os saberes dos pescadores são resultados de suas relações com o mundo do trabalho da pesca bem como da participação política desses sujeitos no contexto social, assim enfatiza que os pescadores da Colônia Z-16 de Cametá possuem uma participação política ativa dentro dos movimentos em que estão inseridos. Entretanto, Martins (2011) destaca que a temática envolvendo os saberes do trabalho da pesca e a atuação política dos pescadores necessita ser mais aprofundada.

Barra (2013) apresenta saberes voltados para os acordos de pesca em que a formação do pescador se desenvolve na relação que mantém com seu trabalho através da transformação da natureza, buscando estratégias de sobrevivência frente a tantas mudanças em termos econômicos, sociais, culturais, políticos e ambientais. Nesse estudo, encontrei vestígios de conhecimentos de pescadores que permitiram entender o que as mulheres dominam de pesca como, por exemplo, o conhecimento das marés, ou então, das espécies de peixes, e ainda qual o papel da organização representativa de classe na produção de saberes dentro para a atividade.

Buscando compreender a relação entre saberes sociais e luta de classe, Rodrigues (2012) desenvolve uma discussão a partir dos pescadores artesanais ligados à

⁹ De acordo com o Estatuto da Colônia Z-16 é “[...] pessoa jurídica de direito, com fins não econômicos, de caráter organizativo, que congrega pessoas que fazem da pesca sua profissão ou meio principal de vida [...]”.

Colônia Z-16- Cametá/PA. Relevante é a apresentação da categoria saberes sociais e lutas de classe apresentada por esse mesmo autor fornecendo conhecimentos que impulsionam as discussões sobre esses trabalhadores mesmo porque as pescadoras são apresentadas dentro do estudo pelo envolvimento e conhecimentos que possuem sobre pesca. É assim que, ao concluir sua pesquisa, o autor destaca que os saberes da pesca estão a possibilitar um fortalecimento de classe para si, além de uma coesão identitária dos sujeitos pescadores (RODRIGUES, 2012).

Apesar de hoje já encontrarmos uma relevante produção acerca dos pescadores e de suas problemáticas que ajudaram a responder muitas de suas dificuldades e visualizar esse povo que assim como negros, quilombolas, pobres, etc. estiveram sempre alheios às políticas públicas eficientes, não foi possível visualizar ainda um trabalho destinado a estudar a mulher pescadora artesanal como elemento de visibilidade de suas práticas, de um saber extremamente importante para a composição do sujeito pescador. Mesmo que as pesquisas apresentadas acima já tenham se dedicado a estudar a influência que a pesca exerce sobre a formação do sujeito pescador e na dinâmica de vida dentro das comunidades ribeirinhas, quando se trata das mulheres pescadoras, a literatura e a produção acadêmica principalmente na Amazônia tocantina ainda é muito escassa.

Contudo, algumas pesquisadoras da região como Pinto (2004), em *Nas Veredas da Sobrevivência: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos*, Amorim (1996) no trabalho intitulado *Explorando o universo da Mulher Negra na Zona Rural* que tem se empenhado em estudar as mulheres em diferentes problemáticas, e em diferentes contextos também contribuíram para o enriquecimento da temática das relações de gênero que se apresentam em estratégias relacionadas as ações e envolvimento de luta e esforço diário dessas mulheres. Nesses trabalhos as mulheres negras e quilombolas são apresentadas através dos papéis que desenvolvem cotidianamente como protagonistas de suas vidas.

(...) as mulheres negras rurais de Umarizal ultrapassam a noção de “fragilidade” e “dependência” da figura feminina. Como pares dos homens vão traçando, concomitantemente, com este, não a divisão do trabalho por sexo, ou ainda a prática de funções “leves” e “pesadas”, mas a alternância e as trocas múltiplas de papéis. Homens e mulheres partilham pelo que parece, na luta, que tem sido para eles, o ato de sobreviver, força, saberes e experiências mútuas (PINTO, 2004, p.146).

Com as mulheres pescadoras não tem sido diferente elas também encontram forças para realizar atividades do cotidiano que além de serem variadas algumas exigem

um determinado esforço físico, contradizendo o discurso biológico da fragilidade feminina.

A dificuldade de reconhecer as lutas das pescadoras, e a importância do papel que desenvolvem para a economia, cultura e história são camufladas pela característica de ajudantes que ainda lhe são atribuídas negando os saberes que as mulheres dominam de pesca bem como aqueles que se configuram como femininos, próprios a elas em decorrência do tempo diferenciado para realização da atividade em relação ao homem bem como dos espaços em que afirmam os saberes que possuem.

A prática da atividade de pesca por parte das mulheres influencia na maneira de se vestir diariamente, ou seja, estão sempre preparadas para entrar no mato ou na água e, portanto, não dedicam tanta preocupação com o estado de suas roupas.

Importante têm sido as contribuições também de instituições como a Colônia Z-16, o Centro Miriti, o Sindicato dos trabalhadores rurais de Cameté (STR), a Pastoral da Pesca, quando da promoção de suas ações em favor de seus trabalhadores e trabalhadoras tem levantado demandas, informações e formações sobre e para as mulheres, na tentativa de atender suas especificidades .

Informações como a de que 40% dos 13.275 associados à Colônia Z-16 são mulheres pescadoras (Revista da Colônia Z-16, 2014) levam a várias reflexões importantes sobre o percurso trilhado por essas mulheres para se chegar também a esses espaços. E não há como fugir a um ponto primordial para ter chegado à essa conquista quando se afirma que a participação dos pescadores nos levantes populares foi essencial para os diversos processos de mobilização democrática e para conquistas sociais, porém com parte das estratégias elitistas, o envolvimento das mulheres pescadoras em alguns movimentos de caráter revolucionário foi colocado a segundo plano nas histórias oficiais.

Entretanto, ainda que um número significativo de mulheres pescadoras esteja associado à Colônia, sua participação no direcionamento da entidade é muito irrisória, legalmente isso é possível, pois segundo o Estatuto da Colônia em seu Art. 39 1º “Ao se inscrever como candidato ou candidata a cargo eletivo, o associado ou associada terá que ser sócio ou sócia da Colônia a mais de 180 (cento e oitenta) dias e estar quite”, ou seja, “cumprir com seu dever de pagar regularmente à Colônia suas mensalidades e contribuições aprovadas em assembleias gerais (Art. 6º, parágrafo III). Existindo essa abertura para a mulher pescadora, é questionável compreendermos o fato de prevalecer no direcionamento das atividades em primeira instância a figura do homem e à mulher somente as decisões secundárias.

Em todas as obras que busquei embasar esse trabalho não há como ignorar a discussão sobre a invisibilidade a que as mulheres pescadoras estão submetidas e a persistência em serem subjugadas, pois há uma relação de poder e hierarquia a ser superada, é necessária para instigar nossos olhares o que possibilita uma compreensão com mais ênfase da mulher pescadora diante do que vem sendo realizado por entidades representativas ou por sua própria ação individual ou coletiva.

Nesse sentido, Perrot (2007), afirma que “escrever a história das mulheres é sair do silêncio em que elas estavam confinadas”. O que leva a uma inquietação, a pensar sobre a condição das mulheres pescadoras dentro de um espaço onde a atividade de pesca tradicionalmente é atribuída aos homens. Esse fato foi relevante para a invisibilidade do trabalho realizado pela mulher pescadora, sem reconhecimento social, profissional e acadêmico. E continuo nesse estado de provocação quando a autora também indaga. “Mas por que esse silêncio? [...] será que as mulheres têm uma história?” (PERROT, 2007, p. 16).

Para nos ajudar a entender essa invisibilidade da mulher pescadora dentro do contexto amazônico busquei explicações de Maria Cristina Maneschy (2000, p.83) em seu trabalho “Da Casa ao Mar: Papéis das mulheres na Construção da Pesca responsável” no qual discute a importância do papel feminino diante das relações de gênero, bem como a valorização dos trabalhos que realiza no dia a dia como pode ser constatado:

Entre as populações pesqueiras, a produção das mulheres é tão importante quanto a dos homens, ainda que não seja reconhecida como tal. De fato, em um contexto de produção de mercadorias, as atividades voltadas ao mercado alcançam necessariamente maior visibilidade, obscurecendo-se as outras dimensões da divisão social do trabalho e, em particular, as conexões que se estabelecem entre a casa e o mundo do trabalho.

A mesma autora argumenta ser necessário conhecer a dinâmica do cotidiano das mulheres pescadoras para que possam ter o reconhecimento do papel que desempenham, mesmo que mergulhado em meio a tantas outras atividades que realizam simultaneamente.

Daí a necessidade premente de se conhecer como, em vários casos específicos no Brasil, as mulheres vêm desempenhando esse papel de suporte. É essencial analisar as atividades das mulheres no espaço doméstico, tais como cuidar dos filhos, manter a casa e pescar e plantar para o consumo das famílias. São elas que, mais que os homens, enfrentam cotidianamente as dificuldades da vida em terra. (MANESCHY, 2000, p.85)

Em outro trabalho denominado “Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento”, há a articulação entre a inferiorização das atividades realizadas pelas mulheres pescadoras e as dificuldades encontradas para se fazer emergir o reconhecimento de participação no setor da pesca (MANESCHY, 2012).

Em consequência disso “As mulheres ficaram muito tempo fora desse relato, como se destinadas à obscuridade [...], estivessem fora do tempo, ou pelo menos, fora do acontecimento” (PERROT, 2007, p.16). Essa invisibilidade somente é perceptível, ao se falar em gênero, que “é uma forma de enfatizar o caráter social e, portanto, histórico, das concepções baseadas nas diferenças sexuais” (PINZKY, 2007). Portanto, as mulheres estiveram durante muito tempo confinadas a espaços demarcados pela definição de papéis como podemos confirmar a seguir.

[...] as mulheres são menos vistas no espaço público, o único que por muito tempo merecia interesse e relato. Elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas (PERROT, 2007, p.16 e 17)

Outras autoras também me ajudaram a entender como as mulheres conseguem superar as barreiras encontradas no contexto da pesca rompendo com valores culturais¹⁰ mantendo-se firmes, fortes, guerreiras e imbatíveis. Guacira Lopes Louro (1997), Maria Odila Leite da Silva Dias (1995), Carla Bassanezi Pinsky (2013), levaram a compreender o que está posto nos discursos que impregna as relações de gênero, bem como as estratégias que as mulheres articulam para serem visibilizadas, garantindo a importância do trabalho que realizam na pesca.

Louro (1997, p. 17) ressalta que “[...] desde há muito tempo, as mulheres das classes trabalhadoras e camponesas exerciam atividades fora do lar, nas fábricas, nas oficinas e nas lavouras”. Sobre isso Pinsky (2013, p. 530) afirma que “nas classes baixas tais questões não eram novidades, mas só então as contradições decorrentes das diferentes funções femininas chamariam atenção dos meios de comunicação”. Portanto, o trabalho realizado pelas mulheres pescadoras nessa relação entre o público e o privado também não é novidade, o que na realidade acontece é falta de compreensão e importância das tarefas que executam.

Nessa perspectiva, Louro (1997), ao apresentar o processo histórico da luta das mulheres pela garantia de sua visibilidade, da importância do papel social, cultural e

¹⁰ Segundo Louro (1997) são valores atribuídos a homens e mulheres, bem como as regras de comportamento decorrentes desses valores.

político que representam, ajudou a analisar as estratégias das mulheres pescadoras em meio as lutas travadas pela garantia de direitos e reconhecimento mediante a atividade de pesca que realizam.

Podemos então compreender que discutir as práticas e saberes femininos no contexto da pesca é entender a organização social entre pescadores e pescadoras.

2.2 – O cotidiano das Mulheres pescadoras e as diversas formas de trabalho.

Durante a Idade Média a mulher foi acusada de feitiçaria e perseguida pela inquisição em decorrência de suas práticas de utilização de ervas como cura para o corpo o que confrontava a medicina moderna e o conhecimento científico (Perrot, 2015). Esse é um dos elementos que contribuiu ao longo da história para invisibilizar os saberes que as mulheres dominam especialmente quando das classes pobres.

Dias (1995) analisando documentos sobre as relações do cotidiano das mulheres paulistas do século XIX, apresenta vários vestígios de enfrentamentos e resistências para sobreviverem. Considera o cotidiano como o palco que revela o protagonismo das mulheres.

Então, explica-se a necessidade de entender os saberes femininos na pesca pelas várias relações que ocorrem no cotidiano das mulheres pescadoras que se justifica segundo Maneschy (2013) “[...] o fato de combinarem atividades produtivas e reprodutivas, muitas vezes no mesmo tempo e lugar, também contribui para obscurecer essa condição de trabalhadora [...]”.

Nesse sentido, a partir do cotidiano da pescadora na relação com o seu trabalho e com o lar identifiquei como os saberes femininos na pesca vão se caracterizando e se identificando como sendo da mulher. Significa ir ao encontro de mulheres que estiveram sempre a margem da história, em um cotidiano em que seriam meras coadjuvantes ou ajudantes de seus companheiros.

Nesse sentido Dias (1995, p.7) destaca:

Mas há pesquisas que vão aos fundos da casa, às cozinhas e oficinas, que esgaravatam os terrenos baldios onde se lançam detritos, àqueles lugares onde se movem as figuras menores e furtivas. [...]. Aí nesses telheiros e porões, nessas brenhas domésticas, estas sombras se escondem, tampam o rosto com as mãos e fogem.

O cotidiano das mulheres na pesca torna-se importante para essa discussão por apresentar elementos descritivos que ajudam a interpretar e analisar como as práticas e saberes se produzem nas suas várias relações.

A primeira discussão envolve as relações de gênero em que “homens e mulheres, através das mais diferentes práticas sociais, constituem relações em que há, constantemente, negociações, avanços, recuos, consentimentos, revoltas, alianças” (LOURO, 1997, p. 39-40).

A mesma autora ainda destaca

Homens e mulheres certamente não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura, eles e elas se fazem, também, através de práticas e relações que instituem gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas apropriadas (e, usualmente diversas). Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder (LOURO, 2003, p.41).

As relações de poder de que a autora trata por muito tempo contribuíram para a definição de mulher pescadora já que estava associada à figura do homem, fosse ele pai ou companheiro, vista como ajudante do pescador, e não pela atividade que desempenhava, desta forma o não reconhecimento e desvalorização de suas atividades marcou a história dessas mulheres. Elas são, muitas vezes, vistas como um personagem insignificante para o processo produtivo (LIMA, FURTADO e LEITÃO, 2009).

Outro elemento que a partir do cotidiano é importante na compreensão dos saberes femininos na pesca está relacionado à divisão sexual do trabalho.

A literatura acadêmica aqui observada aponta para a existência de uma divisão sexual do trabalho no setor pesqueiro e, conseqüentemente, para a invisibilidade das atividades realizadas pelas mulheres nas comunidades pesqueiras (LIMA, 2003; MOTTA-MAUÉS, 1999; WOORTMANN, 1992; 1991). Isso se explica pelas atribuições ocupacionais distintas dadas a homens e mulheres, que podem variar de cultura para cultura, ou de uma época para outra, dependendo dos aspectos econômicos, culturais e sociais de cada comunidade (YANNOULAS, 2002, p. 15). De acordo com Kergoat (2002) a divisão sexual do trabalho relega à esfera produtiva as atividades realizadas pelos homens, enquanto que, à esfera da reprodução, as realizadas pelas mulheres. Sendo a primeira esfera investida por um forte valor social, as atividades realizadas pelos homens, conseqüentemente, são mais valorizadas do que as das mulheres. A autora menciona ainda que a divisão sexual do trabalho está pautada em dois princípios organizadores presentes nas sociedades: o da distinção entre trabalho feminino e trabalho

masculino; e o da hierarquia do trabalho dos homens em relação ao das mulheres. Assim, como em outros domínios, a participação das mulheres na atividade.

Alencar (1993, p. 65) apresenta importantes contribuições quando afirma:

a forma de organização social do trabalho na pesca, enfatiza um modelo bipolar de divisão do trabalho, que se caracteriza pela ênfase que é dada à distinção das atividades e dos espaços de acordo com os gêneros. O mar aparece como um espaço principalmente masculino, onde ocorrem as atividades tidas como as mais significativas para a economia do grupo. Em terra, o elemento que se destaca é a mulher, atuando num espaço onde são realizadas as atividades consideradas de importância “menor”.

Sobre isso Alencar (1993, p. 69) ainda argumenta que:

[...] as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho que são apresentadas são baseadas em um discurso que é elaborado para o “outro” [...] Esse discurso é fortemente marcado pela ênfase que é dada à atividade econômica da pesca, onde a presença masculina é predominante. Esta fala para o exterior, para o outro, não expressa necessariamente apenas a visão dos homens, mas também das mulheres. Estas, interiorizam um modelo de divisão sexual do trabalho e de papéis de gêneros que na prática cotidiana pode ser redefinido [...].

Vale também ressaltar as discussões de Pinto (2004), ao comparar as tarefas realizadas pelas mulheres com as tarefas realizadas pelos homens no qual existiria um equívoco na definição do que seria tarefa leve e pesada, pois as circunstâncias em que elas acontecem podem tornar as tarefas leves, um processo que demanda um esforço físico maior e nem por isso deixam de ser realizadas pelas mulheres. A autora ainda acrescenta

Todas as atividades que exigem esforços físicos vigorosos. Embora no plano do discurso as funções masculinas possam assumir papel de destaque e importância, o que logicamente associa-se a força do homem e ao mando que este pode exercer sobre o chamado “sexo frágil”. Na prática isso só é possível no campo das representações, porque no cotidiano das mulheres negras rurais de Umarizal e nas suas experiências históricas está presente uma trajetória de luta, força e poder. (PINTO, 2004, p.151)

Essas circunstâncias que tornam as “tarefas leves” que no discurso são atribuídas às mulheres pescadoras também se tornam difíceis no seu cotidiano por vários motivos dos quais podemos mencionar os períodos mais escassos do peixe, que demanda mais tempo, mais estratégias, mais remadas já que precisam percorrer uma distância mais longa para pescar, etc.

Importante também são as contribuições de Ávila (2013) em seu artigo “A dinâmica do trabalho produtivo e reprodutivo: uma contradição viva no cotidiano das mulheres”, que traz reflexões sobre a divisão sexual do trabalho e como esta interfere diretamente nos conceitos de trabalho, especialmente no realizado pelas mulheres.

Esse é outro aspecto que contribui para a carência significativa de informações sobre as particularidades das mulheres no contexto da pesca relacionado ao próprio reconhecimento sobre as atividades que desenvolvem marcado pelo conceito de trabalho do século XIX que enfatiza o trabalho produtivo (ÁVILA, 2013). Muitas compreendem a importância do que fazem, mas o discurso do trabalho reprodutivo não remunerado ainda persiste para o seu não reconhecimento. A autora direciona um olhar mais reflexivo sobre o argumento acima, quando alerta sobre a análise que devemos fazer considerando que: “Quando as mulheres se defrontam com esse dilema e apresentam suas percepções nós devemos considerar o contexto nas quais são expressas, ou seja, um contexto de dominação patriarcal/capitalista/racista” (ÁVILA, 2013, p.239).

Em “História das relações de gênero” trabalho de Peter N. Sterns, suas considerações foram importantes para compreender como se desenvolveu dentro do contexto da pesca a relação entre trabalho produtivo e reprodutivo marcado pelas definições de papéis masculinos e femininos. Pois o autor ao apresentar as influências que ocorrem sobre a definição de papéis por gênero também mostra como o contato entre sociedades com distintos conceitos sobre essas relações podem sofrer ou não influências uma da outra, ou seja, o contexto da pesca e a relação social entre homens e mulheres está sujeita a influências de outros aspectos entre os quais os econômicos e políticos.

À medida que o autor descreve como ocorreu esse processo histórico das relações de gênero vai enfatizando como se configura enquanto histórico/social/cultural como podemos perceber no seguinte trecho.

Por volta do quarto milênio a.e.c, também, a maior parte das sociedades agrícolas tinha desenvolvido novas formas de desigualdades entre homens e mulheres, num sistema geralmente chamado de patriarcal- com o domínio de maridos e pais. As civilizações, de uma forma geral, aprofundaram o patriarcado e, ao mesmo tempo, definiram seus detalhes de formas distintas que combinavam com crenças e instituições mais amplas de cada civilização em particular. Nesse sentido, pondo um selo próprio no patriarcado, cada civilização uniu as questões de gênero com aspectos de sua estrutura cultural e institucional (STEARNS, 2007, p. 27).

2.3- Mulheres em Movimentos: A Luta Coletiva

Fazendo um levantamento da história de luta das mulheres no Brasil a partir de uma literatura dedicada a esses sujeitos, evidências só são encontradas a partir da segunda república. Consideremos que havia um processo de resistência – individual-que se dava na negação do ser enquanto provedora do lar. As mulheres fazem parte de uma parcela de excluídos de vários direitos, inclusive políticos e conseqüentemente sociais, que embora tendo adquirido o direito a votar e a ser votada em 1932, não obtém de igual modo uma cidadania plena, pois restam nos costumes sociais, na cultura patriarcal e até mesmo na lei, empecilhos que a relegam sempre a uma condição de segundo plano quanto à participação na vida pública ou ao próprio usufruto de alguns direitos essenciais, como o exercício da profissão, ou a liberdade de ir e vir sem o crivo do marido ou de qualquer ente masculino que por ventura estivesse submetida.

A luta coletiva sindical instrumentalizada a partir de ações como o dia internacional da mulher, Marcha das Margaridas¹¹, foi marcada por embates e lembrada como um processo trágico de mulheres.

Além de campo de reivindicação, a participação das mulheres nos movimentos sociais significa para a maioria delas o rompimento com o confinamento na esfera privada, ou seja, a partir de sua inserção nestes movimentos, estas mulheres rompem os limites de sua vida cotidiana, restrita ao lar, e passa a discutir nestes espaços, não somente os problemas relacionados ao custo de vida, escola, habitação, temas que foram a alavanca para a mobilização, mas entram em discussão também, as questões referentes ao gênero, a separação público privado a que estas mulheres estavam destinadas. A própria violência doméstica da qual muitas eram submetidas (SOUZA-LOBO, 1991) passou a ser amplamente discutida.

É inegável a importância que as mulheres tiveram no processo de transição do regime militar para a constituição democrática no Brasil (ALVAREZ, 1988), cuja abertura política possibilitou também a ampliação de um espaço de reivindicações de maiores demandas sociais ou específicas de gênero. Todavia, a presença das mulheres em torno destes movimentos sociais não está relacionada somente às questões de gênero. “[...] as mulheres estão presentes também nas ocupações de terrenos urbanos, nos movimentos de saúde ou pela melhoria dos transportes, nas comunidades de base” (SOUZA-LOBO, 1991).

¹¹ Margarida foi uma das mulheres pioneiras das lutas pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Brasil.

Outro pressuposto da busca pela ampliação da participação das mulheres enquanto representantes políticas, seja por meios próprios ou mediante as ações afirmativas, é fazer, através da ação parlamentar destas mulheres eleitas, um espaço para a discussão e a ampliação da participação de um número maior mulheres na esfera da política formal, sem falar, é claro, das outras formas de atuação que visam, de outras maneiras, a defender também as questões referentes às relações sociais de gênero, até porque diz respeito à problemática inerente à condição de mulher, independentemente, neste sentido, de outros crivos sociais.

Sua trajetória de lutas e os movimentos feministas trouxeram como resultados o seu crescimento social e político também no setor da pesca artesanal, ao regulamentar-se a Lei n. 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, a qual incorporou uma concepção ampliada de pesca e abriu portas para o reconhecimento pleno das mulheres como agentes produtivos. A categoria “atividade pesqueira artesanal” passou a incluir os “[...] trabalhos de confecção e de reparos de artes e apetrechos de pesca e o processamento do produto da pesca artesanal”, nos quais é grande a presença das mulheres (MANESCHY, 2012, p. 728).

Então, não podemos ignorar que fazer parte de uma entidade representativa de classe fortaleceu a ressignificação de sua identidade agora ligada ao trabalho que exercem na pesca, as lutas e o reconhecimento de suas atividades bem como informações que articuladas aos saberes e práticas aprendidos no cotidiano tem repercutido na vida dessas mulheres o que segundo Maneschy (2012, p. 728) “é inegável o significado simbólico e político dessa inclusão”.

Ao mesmo tempo que se possibilitou o reconhecimento social, tanto de mulheres, quanto de homens dedicados ao trabalho na pesca, com a associação dessas mulheres nas colônias e entidades representativas também novas relações foram acontecendo e se fortalecendo, como consequência de lutas travadas tanto pelos movimentos sociais quanto por movimentos das próprias pescadoras.

Maneschy (2001) ainda ressalta o esforço e o empenho de vários movimentos que aderiram a causa das mulheres entre eles se destacam o Movimento Nacional de Pescadores (MONAPE), bem como movimentos feministas no campo, o Conselho Pastoral dos Pescadores e de organizações não governamentais internacionais.

No Estado do Pará, Figueiredo e Santana (2008) apresentam uma série de movimentos que contribuíram para o avanço de direitos previdenciários e conquistas das mulheres pescadoras. Entre os quais se apresentam o (MOPEPA), Movimento de

Pescadores do Pará, o Conselho Pastoral da Pesca (CPP), Centro Nacional Sustentado das Populações Tradicionais (CPTN), Museu Goeldi, através do Projeto RENAS e Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre Mulher e Gênero (GEPEM) (FIGUEIREDO e SANTANA, 2008, p.05).

Ainda sobre essa discussão Barsted e Pitanguy (2011, p. 30) destacam que:

As brasileiras fortaleceram e mobilizaram movimentos de mulheres nacionais e internacionais. Porém, sustentar as conquistas requer constante vigilância, especialmente através do monitoramento do orçamento público nos níveis federal, estadual e local. Um longo caminho ainda separa a lei da realidade. Desigualdades de gênero, classe, raça e etnia ainda permeiam a sociedade brasileira, e esta precisa estar cada vez mais consciente dos mecanismos legais, políticas e programas disponíveis, para realmente efetivar os direitos das mulheres. Este é o grande desafio diante do Brasil. Ao enfrentá-lo, o país cumpre compromissos internacionais, ao mesmo tempo em que reconhece a soberania nacional e os valores culturais e religiosos individuais. A incidência política das mulheres é o único caminho para o avanço.

Mesmo dentro de um cenário de busca constante pela visibilidade das mulheres de um emergir de uma nova história dessas trabalhadoras muitas práticas culturais marcadamente machistas ainda persistem em interferir na construção e ressignificação dos saberes e práticas das mulheres pescadoras.

Portanto, os sindicatos, associações, entidades representativas de classe precisam tornar-se espaços de fortalecimento da liderança de mulheres não somente como garantia de lei para sua participação, mas também como consciência das conquistas que tiveram e da valorização da capacidade que possuem para tomar decisões, contribuindo assim, para mudanças na cultura dos meios de comunicação e nas relações que acontecem dentro das instituições, que ainda são fortemente marcadas por diferenças de gênero (PITANGUY, 2011).

Esses movimentos que envolvem também discussões teóricas e não somente de luta revelam que “falar de mulher na história significava, tentar reparar em parte essa exclusão, uma vez que procurar traços da presença feminina em um domínio sempre reservado aos homens era tarefa difícil” (PEDRO e SOIHET, 2007, p. 281-282).

Essa inquietação quanto a presença da mulher esquecida dentro dos relatos históricos provocou muitos estudos que precisam segundo Pedro e Soihet (2007) ganhar legitimidade, através de um novo campo de estudos intitulado “História das Mulheres e das Relações de Gênero”.

Ainda dentro do esforço de legitimizar e garantir a visibilidade dessas mulheres Figueiredo e Santana (2008) relatam uma série de eventos como o II Encontro de mulheres na Pesca em 1999 e nesse mesmo ano o II Seminário das Mulheres na Pesca no Litoral do Pará sendo que todos contaram com a participação dos movimentos sociais e representações dos pescadores a nível estadual, bem como de grupos de pesquisa e outros.

A partir de eventos como esses é que vimos também o fortalecimento de Colônias por todo o Estado. As considerações de Furtado e Barra (2004) ao tratar especificamente do município de Cametá, mostram que a partir da década de 80 “[...] com o auge dos movimentos sociais no Brasil, a Prelazia de Cametá passou a fazer um grande trabalho de conscientização dos pescadores [...] em favor da tomada da categoria que viesse favorecer de fato os trabalhadores” (FURTADO e BARRA, 2004, p. 69).

Em seguida com muita insistência e perseverança tinham como meta a disputa com intuito de tomar para si o direcionamento de uma entidade que foi criada para favorecer a classe pescadora. “[...] conquistaram a liberdade e autonomia de organização, podendo inclusive elaborar seu próprio estatuto, propiciando assim uma mudança de estratégia de um novo modelo de organização.” (FURTADO e BARRA, 2004, p.70).

Dentro do município também foi necessário a criação do Conselho Pastoral dos Pescadores para fazer esse processo de conscientização nas Comunidades Eclesiais de Base, (atualmente Comunidades Cristãs). Diante desse contexto, é que também a mulher pescadora aparece, pois com a reorganização da Colônia a partir do direcionamento da entidade pelos próprios pescadores elas passam não só a associar-se, mas a também a ter equidade de direitos em relação aos homens, a ter direito a participar das decisões dentro da instituição bem como buscar melhorias para o desenvolvimento de seu trabalho e de suas condições de existência seja em família ou em comunidade.

O fato de essas mulheres estarem aptas a participarem desse espaço, que por muito tempo foi marcado como masculino, não anula as desigualdades de gênero como observa Pinsky (2013, p.530) ao se referir à mãe moderna realizada ao conciliar maternidade e trabalho:

Mesmo quando a profissionalização da mulher passou a ser um valor social, o cuidado diário com os filhos não chegou a ser dividido com o pai. Esperava-se que a mulher acumulasse funções e exercesse praticamente com exclusividade essa obrigação. Não que o ideal de paternidade não tenha mudado, mas as alterações não foram suficientes para abalar significativamente as expectativas com relação às mães.

Dessa maneira, as atividades domésticas são “naturalmente” consideradas responsabilidades femininas e, de tal modo, não contabilizados (MANESCHY, 2001).

Nessa ótica a mulher pescadora foi levada a assumir várias funções que só cabe a ela realizar, como levantar cedo para preparar o café antes de saírem para pescar, se preocupar em deixar o almoço pronto para a família que são atividades importantes para que o companheiro possa realizar seu trabalho.

A mulher pescadora passa o dia inteiro executando tarefas que são para toda família, e o fato de não saírem do espaço doméstico leva ao equívoco de que não desenvolvem atividades de pesca. O que reforça a ideia de que existem desigualdades na forma com que praticam a pesca que reforça a questão em que “falar em gênero é uma forma de enfatizar o caráter social e, portanto, histórico, das concepções baseadas nas percepções das diferenças sexuais” (PINZKY, 2007, p. 11).

Nesse sentido, as organizações representativas de classe como, por exemplo, a Colônia de Pescadores Z-16, tem proporcionado a discussão da desigualdade de gênero à medida que provoca as mulheres para participarem das eleições colocando-se como candidatas a cargos administrativos dentro da entidade, participando das decisões no que se refere à organização e desenvolvimento das coordenações de base e também aos demais interesses da categoria. O que, no entanto, não esgota a responsabilidade e necessidade de maiores discussões acerca das relações de gênero, do reconhecimento e valorização do trabalho realizado pelas mulheres pescadoras e conseqüentemente pela garantia de melhores condições de vida no contexto do município de Cametá.

Apresento no próximo capítulo elementos que estão ligados ao cotidiano feminino indispensáveis na construção e reelaboração dos saberes e práticas, das relações que permeiam as vivências, a identidade, e a própria história das mulheres pescadoras.

CAPÍTULO III

TECENDO UMA REDE DE ATIVIDADES: SABERES E PRÁTICAS DAS MULHERES PESCADORAS

3.1- Saberes: A Constituição na relação com o outro e com o meio ambiente.

Neste capítulo, a discussão envolve a produção e especificidade dos saberes femininos de pesca a partir da relação com as atividades do cotidiano responsáveis por essa atribuição assim como da influência das organizações associativas¹² quando da reelaboração desses saberes.

Entre as diferentes relações mantidas pelos pescadores e pescadoras e o cotidiano há uma intersecção de produção de saber em que segundo Rodrigues (2012, p. 37), “[...] resulta das relações sociais dos homens por meio da categoria trabalho”. O que leva a entender que quando da afirmação de saberes femininos de pesca as mulheres tanto praticam a atividade como a fazem em decorrência do domínio de conhecimentos.

Para Rodrigues (2012, p. 38) significa que “O saber, estaria ligado ao indivíduo, embora resultado de relações, quer com a natureza quer com outros homens, servindo-lhes para resolver problemas do cotidiano [...]”. Nessa perspectiva o saber produzido na pesca, transmitido entre gerações, não está isolado do mundo, sofre reflexos da economia, dos impactos ambientais, das mudanças culturais e por isso está em constante produção.

Para Fischer e Tiriba (2009, p.01):

A palavra saber é utilizada como sinônimo de conhecimento, envolvendo os aspectos materiais, intelectuais e subjetivos presentes na atividade do trabalho e sendo entendido como resultante dos processos prático-teóricos de transformação e compreensão da realidade humano-social. O conceito relaciona-se às ideias de práxis, saber popular, saberes da experiência, conhecimento tácito, trabalho como princípio educativo, produção de saberes em situação de trabalho, produção e legitimação de saberes do/no trabalho.

Para as mulheres de comunidades ribeirinhas no município de Cametá o saber de pesca vai se produzindo pelas necessidades familiares e valores culturais que definem como e onde esses conhecimentos serão realizados. Significa então que “[...] o saber é sempre uma elaboração situada cultural e historicamente, sempre se fazendo a partir de um lugar determinado (uma situação social) e de um tempo dado (uma situação histórica)” (VÉRAS, 2000, p.56). Portanto, o saber feminino das pescadoras é intencional e dentro do grupo tem sua importância.

Diegues (1996) entende que as populações tradicionais possuem um modo de vida específico, um saber que se efetiva numa relação única e profunda com a natureza

¹² Refiro-me a sindicatos, entidade representativa, movimentos sociais e associações a que as mulheres estão vinculadas.

e seus ciclos, uma estrutura de produção baseada no trabalho da própria população, com utilização de técnicas prioritariamente baseadas na disponibilidade dos recursos naturais existentes dentro de fronteiras geralmente bem definidas, adequando-se ao que a natureza tem a oferecer, e também manejando quando necessário. Em tais populações, ocorre uma constante transmissão de conhecimentos através das gerações como forma de perpetuar a identidade do grupo. Dentro desse contexto desenvolveram-se o homem e a sociedade amazônica, ao longo de um secular processo histórico e institucional.

Na Amazônia o conhecer, o saber, o viver e o fazer na pesca foram processos predominantemente indígenas (FURTADO e BARRA, 2004). A esses valores foram sendo incorporadas por via de adaptação, assimilação, competição e difusão, novas instituições, técnicas e motivações transplantadas pelos seus colonizadores e povoadores, além de novos valores aqui aportados por imigrantes nordestinos e de outras regiões brasileiras. Nos anos setenta, houve aumento no número de trabalhos referentes aos caboclos ribeirinhos, analisando, sobretudo os efeitos dos grandes projetos nas comunidades ribeirinhas (MORAN, 1974). O termo “ribeirinho” refere-se àquele que anda pelos rios.

O rio constitui a base de sobrevivência dos ribeirinhos, fonte de alimento e via de transporte, graças, sobretudo às terras mais férteis de suas margens. Os primeiros estudos sobre caboclos-ribeirinhos aparecem nos anos cinquenta, com os trabalhos pioneiros de Galvão (1951), Wagley (1952) e Sternberg (1956) Pretrere Jr. (1992) e Furtado (1993), falando sobre as comunidades ribeirinhas da Amazônia, afirmam que estas são compostas em sua grande maioria por moradores que dividem o tempo entre a agricultura e a pesca artesanal, sendo essa a sua maior fonte de proteína animal. Essa pesca é de subsistência, mas eventualmente, a produção excedente é comercializada, principalmente no período de seca. Esse pescador é usualmente classificado como pescador-lavrador ou polivalente.

A transmissão de saberes é um processo construído no dia-a-dia durante diversas atividades que ao longo do tempo vão se efetivando. Existem também aqueles que possuem um saber especializado como os pajés, rezadores, benzedores e as parteiras, que de alguma forma possuem um papel diferente daquele do dia-a-dia, no grupo (AMOROZO, 1996). A construção do saber tradicional possui inúmeras peculiaridades. É um saber alicerçado na vivência dos indivíduos, nas suas relações pessoais, sociais e também com o ambiente. Pode-se afirmar que o conhecimento tradicional é fruto do trabalho e das descobertas de um grupo, o que justifica sua riqueza e diversidade. No caso de comunidades rurais:

“O mundo camponês cria e recria estilos, formas e sistemas próprios de saber, de viver e de fazer, de reproduzir frações da vida, da sua ordem social e da reprodução da vida camponesa. Para cada tipo de atividade do ciclo rural, há um repertório próprio de conhecimentos, cuja rusticidade apenas esconde segredos e saberes de uma grande complexidade.” (BRANDÃO, 1986, p. 15).

Em se tratando de atividades das mulheres na pesca Menezes e Campos (2012, p.01) afirmam que “[...] envolvem saberes que são adquiridos através das tradições locais, na observação direta, no contato com a natureza”. As autoras ao estudarem as marisqueiras da comunidade de Mangue Seco em Valença Bahia entendem os saberes e práticas dessas mulheres “como expressões do fazer humano [...] em que produz conhecimento a partir da experiência cumulativa passada através das relações familiares ou de dinâmicas desenvolvidas nas comunidades ribeirinhas” (Menezes e Campos 2012, p.04).

Segundo Bastos (2000) “[...] a ciência moderna começa por identificar alguns saberes como centrais, básicos e fundamentais (mais valiosos), e outros como periféricos e superficiais (menos valiosos, ou sem valor)”. Nesta condição de inferioridade incluíam-se os saberes dos pescadores, que de acordo com Furtado & Barra (2004) faziam parte dos grupos de espoliados durante a colonização o que leva a refletir que essa “desvalorização” dos saberes que os pescadores possuíam entendendo como uma contradição, que se expressa pela necessidade que os colonizadores tinham de explorá-los fosse para suprir economicamente as necessidades militares, através do pagamento de impostos, fosse pelo monopólio do sal ou então por recrutá-los justamente pelos conhecimentos que possuíam de navegação e pela relação mantida com a natureza.

Esse controle sobre a pesca que ainda ocorre, mas por outros motivos que fazem parte da discussão no decorrer deste trabalho, deixa a entender a importância dos saberes que constituem pescadores e pescadoras que se expressam pela atividade.

Esses saberes que ora foram explorados durante muito tempo, serviram somente para atender aos interesses das classes dominantes, o que se expressa ainda pelas condições de vida mantidas pelos pescadores artesanais (FURTADO & BARRA, 2004) tratando-se, portanto, de um conjunto de elementos necessários a essa exploração como: tradição, cultura, falta de oportunidades e políticas públicas influenciados também pelas estratégias do capital e que se constituíram na formação desses sujeitos.

Dentro dessa discussão de valorização de saberes de acordo com Bastos (2000)

O papel da ciência, à qual caberia a explicação da realidade, seria o de formular a teoria, enquanto que o saber cotidiano, espaço da prática, não passaria de “senso comum”, sem cientificidade, portanto menor. Ao separar teoria e prática, vida e pensamento, este modo de se atingir o conhecimento, compartimentalizou os saberes hierarquizando-os e apresentando-os linearmente como o único caminho, ordenado, absoluto e possível.

O conhecimento científico enquanto busca da verdade e explicação para os fenômenos da realidade se confronta a ideia de que o conhecimento é um processo de construção que se desenvolve diante de múltiplas relações que vivem homens e mulheres, ou seja, a explicação acima apresentada pelo autor também reflete a hierarquização de saberes sobre pesca entre homens e mulheres, não enquanto apreensão desses saberes, já que tanto homens quanto mulheres os constituíram ainda na infância, mas no sentido de como são expressos, ou seja, que se diferenciam na realização do trabalho.

Para Manesky (2013, p. 42), “Uma série de fatores sociais, culturais e políticos contribuíam para esse quadro de marginalização das mulheres trabalhadoras na pesca” O que influencia no reconhecimento dos saberes enquanto pescadoras. Alencar (1993, p.79) se referindo a relação existente entre o trabalho e saberes da mulher na pesca explica.

A participação da mulher em atividades de pesca seja de forma direta ou enquanto uma relação orgânica com o processo de trabalho como um todo, somente é possível porque ela detém um saber sobre o universo no qual está inserida. Este saber expressa não somente um conhecimento dos diferentes fenômenos naturais que interferem nessa atividade, os procedimentos necessários para a confecção de materiais de pesca- os diferentes tipos de redes e outros instrumentos- como também as diferentes etapas de realização das várias modalidades de pesca. Também é conhecedora de todas as variáveis temporais desta atividade e possui um conhecimento ictiológico que lhe permite identificar as várias espécies de peixe, os momentos de safra, locais de ocorrência, e distinguir as espécies mais adequadas para o consumo, principalmente quando em momentos especiais do seu ciclo biológico. Este conhecimento é possível porque ela faz parte de um universo, de uma totalidade, e isto lhe permite acompanhar diariamente e também participar das diferentes atividades sociais do grupo, na realização do processo produtivo na pesca. Portanto, assim como o homem, a mulher possui condições de realizar a pesca, mas precisa superar as distinções de gêneros que são feitas pelo grupo, para se realizar enquanto ser social.

No caso dos saberes da mulher pescadora remete à análise das relações históricas entre trabalho e educação quando relacionada aos papéis sociais atribuídos a mulheres e homens (LOURO 1997). Neste sentido, o trabalho que a mulher realiza na pesca e demais relações com a natureza torna-se um elemento central de sua formação, somando-se a outros saberes do cotidiano como os domésticos e de outros trabalhos que são necessários ao grupo familiar. Dessa forma, a produção de saberes que a mulher

pescadora realiza na relação com a natureza não são mecânicos, mas produtores de outros saberes.

“Por meio do trabalho objetivam as coisas da natureza e lhe conferem humanidade, humanizando-se com as criações e representações que produzem sobre o mundo. Trabalham de acordo com determinada cultura e, ao trabalhar, produzem cultura” (FISCHER E TIRIBA 2009, p.01). Entretanto, os saberes da mulher pescadora têm se mantido silenciados seja pela forma como realizam articulado ao espaço doméstico ou pela cultura em que o trabalho do pescador que vai ao rio é mais importante.

3.2- A Constituição dos saberes femininos na pesca

Barra (2013), ao tratar do sentido do trabalho para o pescador artesanal destaca-o como resultado de seu trabalho atribuindo a este responsabilidade sobre a formação da consciência do sujeito que por consequência age sobre a natureza transformando-a em detrimento de suas necessidades. Essa afirmação pode ser entendida a partir da concepção de Braz & Neto (2006) quando apontam que o trabalho não acontece somente pela ação imediata sobre a natureza, mas como algo intencional que só o humano é capaz de realizar criando para isso por meio dessa consciência instrumentos que mediarão sua ação sobre a natureza.

Na constituição dos saberes relacionados a pesca artesanal encontrei em Braz e Neto (2006) um outro ponto que evidencia uma simetria na formação dos pescadores e pescadoras ao afirmarem que “o trabalho não se realiza cumprindo determinações genéticas; bem ao contrário, passa a exigir habilidades e conhecimentos que se adquirem inicialmente por repetição e que se transmite mediante aprendizado”. Nesse sentido, o processo de trabalho é o que é central na produção de saberes (FISCHER e FRANZOI, 2015, p. 153). Segundo Schmitz (2015, p. 06) “As relações de saber são relações dialógicas do sujeito com ele mesmo, com os outros e com o mundo”.

O trabalho de pesca como espaço de produção do saber feminino é um espaço onde trocas e interações se realizam, são relações entre homens, mulheres e crianças, “que se dá por meio de trocas languageiras, traduzidas em gestos, olhares, falas, textos verbais e não-verbais” (SCHMITZ,2015, p.06-07). Pude acompanhar em Mapiraizinho, a retirada do camarão do viveiro, em que uma das filhas da pescadora colaboradora da pesquisa, sem precisar de ordens, pulou na água e puxou para a beira da rampa da ponte,

o instrumento chamado de camaroeira, demonstrando já ter feito em outras vezes essa mesma ação e possuir o domínio dessa atividade. Constatei a tomada de iniciativa bem como o olhar observador que a menina mantinha enquanto sua mãe retirava o camarão da armadilha (ver figura 2).

Para Martins (2015, p.131) “é a ação humana o elemento de intermediação de construção do próprio homem; a sua maneira de agir, de pensar, de se relacionar constituem um conjunto de fatores subjetivos mediados pelo trabalho [...]”. Portanto, nessa relação de agir sobre a natureza e se relacionar com o outro, a mãe troca experiências com a filha e afirma o domínio feminino relacionado à captura não como conhecimento restrito a mulher, mas a forma diferenciada de realizar.



Figura 2 - Meninas observam o trabalho que a mãe realiza na camaroeira ou viveiro e ao mesmo tempo vão colaboração. Fotografia de Gislane Damasceno, 2015.

Conforme Garcia (2007), em pesquisa realizada sobre a transmissão geracional da cultura pesqueira os resultados apontam para o fato de que “os pescadores continuam ensinando seus filhos a pescar artesanalmente da mesma forma e com os mesmos saberes específicos sobre o ambiente e a extração do pescado”. Sobre a importância desses saberes para a formação do pescador e da pescadora encontrei a seguinte fala: *“Aprendi com o meu pai... com a minha mãe... a gente ia pro mato pegar camarão, colocar a*

camaroeira, eu conserto camaroeiro...não tem bom pra mim". (Maria Suely Ferreira, 42 anos, pescadora de Mapiraizinho)

É possível perceber que os saberes relacionados à pesca formam-se ainda na infância, aprendidos com os pais e não especificamente numa relação feminina, ou seja, quando crianças, as meninas não estão limitadas a aprender só com a mãe ou só com o pai, dependendo da necessidade elas podem acompanhar qualquer um dos dois. Nessa relação os espaços para a mulher vão sendo construídos, o de captura, por exemplo, é aquele mais próximo do lar.

Assim, os saberes da pesca são independentes de gênero, mas o que acontece é que as formas e espaços em que serão realizados mantem-se diferenciados na idade adulta especialmente para as mulheres pelas responsabilidades familiares que lhe são atribuídas. Barra (2013, p.33) nos remete a esse debate quando reflete

As fases de aprendizagem do pescador artesanal revelam, portanto, que há, ao longo de sua trajetória, um processo de relacionamento e de apropriação com a natureza. A atividade da pesca torna-se, dessa maneira, uma articulação dos processos naturais e sociais na produção e reprodução do conhecimento.

Além de evidenciar entre as entrevistadas que depois de formar família numa união estável em que estão casados somente no religioso, sua atividade no rio passa a ser mais irregular e mais próxima da residência, ficando quase que exclusivamente subordinadas pela realização das atividades do lar e por consequência responsável pelas tarefas do processo produtivo da pesca, a pós captura, como: limpeza, preparo e armazenamento do pescado, para a comercialização ou consumo da família e da manutenção e cuidados com instrumentos de pesca.

Nesse sentido, para Hirata e Segninni (2007, p.28), "a concepção de família nuclear na qual o homem é o principal/único provedor e a mulher, a principal /exclusiva responsável pela esfera privada (cuidar da casa e da família)" me ajudaram a entender que dentro da atividade de pesca este também seja um dos obstáculos que impedem que os saberes femininos sejam realizados com maior frequência fora do espaço doméstico, especialmente os de captura.

As entrevistadas tanto em Mapiraizinho quanto em Joroca de Cima foram enfáticas ao informar que o trabalho de captura, especificamente os realizados um pouco mais afastados do espaço doméstico são em grande parte feitos de forma irregular, pois, interferem na dedicação dos cuidados com a família e nas tarefas do lar, e demanda um tempo que segundo elas seria de 4 horas ou até mais, gerando desgaste

físico já que ao voltarem para casa irão beneficiar o resultado da pesca e continuar suas atividades domésticas.

Portanto, para elas o trabalho de captura não seria uma obrigação como seria para os homens. Às vezes, observando que “o rio não está para peixe” e que dificilmente o companheiro fará uma pescaria farta, a mulher se antecipa e já coloca os matapis nas extremidades da casa, ou nos igarapés, para assim garantir o alimento do dia ou sua complementação. Quando não, se dirige aos tanques para retirar o peixe que está sendo criado há algum tempo. Outra maneira de suprir a necessidade da família é buscando nas camaroeiras o alimento depositado há alguns dias enquanto estavam pequenos e não estavam prontos para o consumo. (ver figura 3). Sobre isso Vêras (2000, p. 57) afirma “O saber é sempre uma interpretação mais ou menos elaborada (às vezes é tão somente intuitiva, outras vezes chega a ser formulada até como uma teoria). É uma construção social”.



Figura 3 - Pescadora revistando a camaroeira para complementar a alimentação. Fotografia de Gislane Damasceno, 2015

Independente se é mulher ou homem os saberes da pesca são compartilhados entre todos os membros da família, entretanto, as responsabilidades domésticas atribuídas às mulheres minimizam a frequência com que colocam em prática alguns desses saberes. A captura, por exemplo, depende muito do resultado do trabalho do companheiro, caso a pescaria feita por ele tenha sido farta, a mulher irá se ocupar de beneficiar e armazenar o produto, que também necessita de saberes específicos nesse processo produtivo.

Rodrigues (2012, p.175) ao discutir a divisão sexual do trabalho na pesca do ponto de vista sociológico e o envolvimento de todos os sujeitos destaca

Não se trata, então, de um trabalho relacionado a este ou aquele gênero, mas sim de uma experiência laborativa (...) numa esfera de trabalho que socializa as atividades, envolvendo a todos os sujeitos. A mulher, tal como o homem, domina também o processo de pesca em sua totalidade; constitui-se como pescadora porque sabe ações de pesca, não por ser cônjuge de um pescador.

Sendo assim, ao dominar o processo de captura do camarão, por exemplo, não significa que os saberes femininos estejam limitados a esta tarefa, ou que seja uma atividade exclusivamente feminina, mas dentro da socialização do processo de trabalho da pesca conseguem realizá-la, especialmente em frente à residência por estar mais próximo do espaço doméstico e das responsabilidades sobre este (ver figura 4). Esta afirmação foi possível ao observar que no cotidiano, a pescadora Maria Suely Ferreira, ao acordar cedo para revistar o matapi em frente à sua residência consegue acompanhar a dinâmica da casa (pois sendo nesse local o tempo de realização é bem menor), podendo orientar as filhas para os trabalhos domésticos, isso acontecia quando as meninas perguntavam lá da “cabeça da ponte” o que deveriam fazer dentro de casa.



Figura 4 - Pescadora voltando da captura do camarão em que utiliza matapis feito de garrafa pet e tala de timbú. Fotografia de Gislane Damasceno, 2016

Portanto, a constituição dos saberes femininos na pesca é um processo que se inicia na infância, pelo envolvimento de toda a família em todas as etapas de produção, pela relação que mantém com a natureza, pela forma e espaço em que se realiza e pelas várias relações que influenciam na produção de novos saberes.

3.3- Os Saberes Femininos e a Divisão Sexual do Trabalho

A divisão sexual do trabalho, segundo Alencar (1993) contribuiu para minimizar não só o trabalho da mulher como também silenciar os saberes femininos na pesca. Primeiro porque existia uma divisão de que se produzia era a partir do rio e em terra a pesca era vista como trabalho reprodutivo sem valor de renda.

Esse discurso ainda é encontrado, pois, as mulheres entrevistadas quando perguntadas sobre o fato de serem pescadoras a resposta era positiva, mas quando tinham que explicar sobre o trabalho que realizavam era constante se referirem a captura como sendo o primordial da pesca em que pela frequência com que executam a atividade acabam desqualificando o seu trabalho. Como na fala de Maria Sherly Barra quando afirma “*é mais ele que vai*”.

Nesse sentido, entendo que as mulheres ainda não “se deram conta” de como a sua participação acontece no processo produtivo da pesca, e também o quanto isso tem contribuído para se propagar que as atividades mais importantes são aquelas em que a presença do homem é mais constante.

Diante dessa constatação é necessário discutir como a divisão sexual do trabalho tem influenciado nessa hierarquização de atividades realizadas por homens e mulheres na pesca. Busquei, então, compreender nas reflexões de Netto e Braz (2006) sobre a organização social de grupos humanos denominada de comunidades primitivas como essa relação foi se estruturando ainda que tenha contribuído para diminuir as condições de penúria em que viviam e como as relações entre homens e mulheres já se diferenciavam no trabalho.

Nesse comunismo primitivo, em que imperavam a igualdade resultante da carência generalizada e distribuição praticamente equitativa do pouco que se produzia, a diferenciação social era mínima: não mais que uma repartição de atividades entre homens (caçadores) e mulheres (que coletavam e preparavam os alimentos).

Essa divisão do trabalho entre os gêneros, conforme Netto e Braz (2006) corresponde, também, a dois elementos responsáveis pela dissolução das comunidades

primitivas que são a agricultura e a criação de animais. Nessa perspectiva, segundo Sterns (2007, p.16) [...] “há uma concordância geral de que a desigualdade entre homens e mulheres aumenta quando as sociedades mudam suas atividades econômicas da caça para a agricultura”, influenciando, portanto, na definição das funções e papéis masculinos e femininos. Essa constatação se assemelha com o que acontece na pesca quando os homens são responsáveis na captura do peixe em áreas mais distantes, como enfatizou Maria Suely Ferreira ao lembrar-se de tempos em que seu marido saía para pescar em outros municípios ou atualmente quando da abertura da pesca, quando vai para outras comunidades participar do evento e a ela cabe a função de cuidar da família. Maneschy (2000) afirma que essas mulheres assumem uma grande responsabilidade em cuidar do lar na ausência do companheiro, bem como buscam diferentes estratégias para manter o grupo doméstico, em condições geralmente difíceis. Pois na maioria das vezes os pescadores viajam para a pescaria deixando pouco recurso ou quase nada para manter a família e por isso suas mulheres procuram realizar várias atividades que possam colaborar para as despesas da casa. O que percebi com a pesquisa, é que essa responsabilidade assumida pelas mulheres não ocorre somente no período citado tanto pela pescadora Maria Suely Ferreira como por Maneschy, mas tem se tornado constante na vida dessas mulheres pelos trabalhos que realizam para manter suas famílias.

Então, partindo dessa ideia foi com o surgimento da agricultura que a condição feminina para o espaço doméstico ficou mais intensa. A mulher passou a ser responsável pelas atividades domésticas o que resultou também em condições mais tranquilas para a procriação e conseqüentemente em mão de obra para a agricultura.

É um processo que segundo Pinsk (2013) vai variando ao longo da história quando o papel da mulher passa por inúmeras definições influenciadas por questões culturais, políticas, econômicas e sociais. Assim, os saberes femininos se desenvolviam e continuam a se desenvolver de acordo com a divisão sexual do trabalho. Com esse entendimento analisei os motivos que impedem uma das pescadoras de participar da abertura da pesca.

Tem umas que participam, tem umas que não porque fica meio distante onde eles fazem a abertura da pesca, mas participa sim, quando dá pra gente participar... eu mesma não vou, mas ele vai, quando não dá pra ir, pra levar criança, tem que ficar fazendo as coisa na casa, tomar conta das criação...é isso (Maria Suely Ferreira, 42 anos, pescadora de Mapiraizinho).

A noção de pesca que se percebe acima é aquela vinculada ao ato de somente ir ao rio descartando as outras etapas do processo produtivo de pesca e os saberes que estão atrelados a elas como o de pré e pós-captura.

Esse processo produtivo da pesca em que a divisão sexual do trabalho ocorre na esfera familiar significa dividir as tarefas entre homens e mulheres, inclusive com a mão de obra infantil permitindo um aumento da produtividade e diminuindo seus custos. Por outro lado, tem gerado uma sobrecarga de trabalho às mulheres, pois tem que conciliar o trabalho doméstico com o trabalho produtivo (trabalho que gera renda). Durante as entrevistas que foram realizadas na casa das pescadoras, as mulheres não se concentravam na conversa, no sentido que sempre estavam tomando alguma providência, realizando alguma coisa, ou tomando conta dos filhos. Uma dinâmica que vai de encontro a visão tão propagada de vida tranquila do interior, “sem nada para fazer”.

Em relação ao trabalho desenvolvido pela mulher na pesca implica dizer que os saberes aprendidos dizem respeito a todas as etapas do processo de produção, existe uma divisão sexual do trabalho, mas que em determinados momentos abre-se mão em prol da sobrevivência do grupo familiar. Ou seja, a mulher só realiza o trabalho de captura quando realmente necessário e isso em espaço e tempo diferentes do trabalho de captura realizado pelo homem. Sobre essa divisão sexual do trabalho e os saberes femininos na pesca pude refletir a partir da seguinte fala:

Eu aprendi com meus pais. Depois de casada não aprendi nada porque tudo eu já sabia. Já sabia pescar com matapi. Já sabia pescar com malhadeira, com caniço. Só depois que eu meti com ele eu já não foi mais pegar camarão com paneiro né. E quando era com meu pai eu fazia mais do que agora. Agora pouca coisa que eu já faço. (Maria Sherly Barra, 35 anos, pescadora de Joroça de Cima)

É possível perceber, então, que, o trabalho de captura é mais intenso para a mulher quando ainda está sobre responsabilidade dos pais, quando ainda não constituíram família. Então, a partir do momento que se tornam “donas de casa” as atividades domésticas se tornam mais intensas ficando o trabalho de pesca mais restrito ao beneficiamento, armazenamento, comercialização, confecção e manutenção dos instrumentos. O que leva a entender que o envolvimento da mulher nesse tipo de trabalho se caracteriza como produtivo ainda que ocorram no espaço doméstico, pois são importantes para a sobrevivência do grupo.

Essa divisão sexual do trabalho produtivo e reprodutivo pode ser entendida também quando Sterns (2007) afirma que ela depende do espaço e tempo em que acontecem e não como uma relação igualmente universal sendo, portanto, construções histórico-culturais e sociais.

Ainda por conta dessa responsabilidade construída historicamente e marcada pela divisão sexual do trabalho que é considerado por Ávila (2013, p.232) “[...] um elemento central na estruturação das relações sociais de sexo/gênero”. O trabalho feminino na pesca encontra dificuldade de reconhecimento social.

[...] no trabalho produtivo há uma captura das habilidades desenvolvidas no trabalho doméstico, que dessa forma, além de ser apropriado como uma forma de exploração do trabalho das mulheres, pode funcionar também como um meio de reafirmar a naturalização dessas habilidades como algo inerente à concepção de um ser feminino. A divisão sexual do trabalho também aparece no interior da esfera do trabalho reprodutivo através da distribuição desigual de trabalho entre homens e mulheres e de uma diferenciação de tarefas. As mulheres, majoritariamente responsáveis por esse trabalho, realizam todas as tarefas necessárias e imprescindíveis para a manutenção da vida cotidiana, enquanto os homens, minoritariamente envolvidos nesse trabalho, realizam tarefas pontuais, em geral consideradas como apoio ou suporte àquelas de responsabilidade das mulheres.

As considerações apresentadas pela autora explicam algumas situações observadas no cotidiano e enfatizadas na fala da pescadora Maria Suely Ferreira quando indagada sobre a renda obtida com a venda da produção da pesca que é destinada para suprir as necessidades de toda a família, mas o que fica evidente é que a ideia do esforço da produção é um mérito do trabalho do homem, esquecendo-se da participação da mulher essencial nesse processo do trabalho produtivo.

Enquanto que no trabalho produtivo a mulher pescadora participa ativamente, no reprodutivo o pescador tem o menor envolvimento possível não compartilhando as tarefas domésticas em igualdade de condições, haja vista a naturalização de o espaço doméstico ser “coisa de mulher” ser justificativa para que não assuma tais responsabilidades, “havendo forte resistência masculina em compartilhar os afazeres domésticos, incluindo os relativos às crianças” (PINSKY, 2013,p.532) o que se reforça pelo discurso do esforço que fizeram para obter o pescado. Dessa forma deixa claro mais uma vez a inferiorização do trabalho realizado pela mulher pescadora. Destaco que durante a observação na comunidade de Joroça de Cima foi possível perceber como essa relação desigual de tarefas acontece: o pescador limpa e lava o camarão, enquanto que sua esposa e pescadora parte a lenha com o machado e prepara o fogo para assar,

demonstrando quanta força e habilidade possui para realizar tal atividade e o desgaste físico feito por ela.

Nesse sentido, reforça-se o trabalho da pesca artesanal realizado pelas mulheres bem como as análises realizadas por Pinto (2004) quando trata da sobrevivência no Paxibal onde as mulheres negras foram as primeiras a tomarem iniciativas para coleta, caça e pesca, sendo esta última descrita como atividade em que demonstravam habilidade para manusear os instrumentos bem como saberes e estratégias necessárias para a captura do pescado, não sendo, portanto, uma atividade propriamente masculina.

De acordo com Ávila (2013) esse administrar dos afazeres de casa e a realização de atividades ligadas à pesca só ganhou novo sentido com o conceito de trabalho do século XX, a partir dos anos de 1970 reconhecendo o trabalho reprodutivo ou trabalho doméstico que segundo Ávila (2013, p. 231) “[...] é parte de um processo político e de uma prática de produção do conhecimento que se constroem a partir do movimento feminista”.

Nessa perspectiva, é que analisando a ficha de cadastro de associadas na Colônia Z-16 em que as informações sobre o trabalho que desenvolvem possuem um caráter muito técnico e burocrático, pois leva em consideração somente os instrumentos de trabalho e as espécies que captura (ver figura 5).

COLÔNIA DE PESCADORES Z-16 DE CAMETÁ
CNPJ: 34.825.780/0001-87

FICHA DE FILIAÇÃO

Nome: MARIA DIONA CORREIA ALVES
 Filiação: Pai: LUIS ALVES
 Mãe: ANTÔNIA CORREIA ALVES
 Endereço: PARANÁ DE CIMA
 Data de Nascimento: 07/10/1972 Nº do PIS: 4.030.0726207
 Estado Civil: CASADA Conjuge:
 Identidade nº: 425279 órgão emissor: PARANÁ DE CIMA
 Título de Eleitor nº: 01419123/200 Seção: 000 Zona: 0002
 CPF nº: 668778102-01 CTPS nº: 104748 Série: 002-0-14
 Atividade Pesqueira: Individual () Familiar (X)
 Escolaridade: 1ª SÉRIE
 Nº de Telefone:
 Que tipo de apetrecho de pesca utiliza para pescar?
REDE DE CIMA E TAPAL PARA ABRIR
PARANÁ DE CIMA
 Cametá/Pará, 11 de Julho de 2014

Maria Dioná Corréia Alves
Assinatura do (a) Pescador (a)

Luís Alves
Assinatura do (a) Coordenador (a) Local

Rua Pedro Teixeira 10166, Bairro Brasília - CEP: 68.400-000 / Cametá - Pará
 Fone/Fax: 011 3762-1327 - E-mail: pescadorascametá@bol.com.br

Figura 5 -Ficha de cadastro de associação na Colônia Z-16. Fonte: Colônia Z-16, 2015.

Ao analisá-la notei a delimitação feita à pesca restringindo à captura e invisibilizando o papel da mulher pescadora, seus saberes bem como os outros processos necessários à pesca como estratégias de produção, beneficiamento e comercialização em que participam ainda que de maneira bastante peculiar as suas possibilidades. Pensando por outro lado, esse cadastro também é uma forma dessas mulheres repensarem e refletirem sobre os saberes necessários para a realização do seu trabalho, entre outras questões.

3.4- Os Saberes da confecção e manutenção dos Instrumentos de pesca.

Produzir instrumentos de pesca passou a ter diferentes sentidos para os pescadores e pescadoras. Se por um lado há uma perda cultural em parte, em que passam a comprar em lojas especializadas, por outro, algumas famílias que detém o domínio ou saberes referentes a essa produção passam a comercializá-los.

Nesse sentido cria-se um conflito em que os saberes de produção tornam-se desconhecidos para alguns trabalhadores. Como afirma Maria do Pilar, 59 anos, pescadora aposentada de Joroça de Cima, ao dizer *“tem mulher que não sabe mais fazer”*, ficando somente com os saberes de uso tradicional, pois percebemos que os mesmos instrumentos continuam a serem utilizados pelos pescadores e pescadoras.

Por outro lado, as famílias que ainda “dominam” os saberes de produção, confecção, como nos conta Fernanda Barra Sanches, 28 anos, pescadora de Joroça de Cima passam a vê-los como instrumentos de geração de renda de “ganhar dinheiro” vendendo-os para lojas na sede do município, especializadas em instrumentos de pesca como também dão novo significado ao transformá-los em produtos artesanais de decoração como paneiros que viram luminárias, revisteiros gerando ainda um saber artístico, para outras funções de uso, ou mesmo ao utilizar da prática de tecer conseguem produzir outros objetos como vassouras, espanadores, etc.

Para Barra (2015), essa situação é explicada pela interferência do capital sobre os saberes de produção dos instrumentos de trabalho na pesca o que nos leva a refletir sobre o fato de os pescadores deixarem de realizar essa produção e passarem a usar instrumentos industrializados.

Ainda assim, esses instrumentos só são adquiridos, caso as famílias realmente não detenham os saberes de confecção, ou se restrinjam somente a determinados instrumentos em que a dificuldade para produzi-los é maior, por exemplo, no caso de

redes que possuem a numeração adequada com as leis de pesca (respeitando o período de procriação e desenvolvimento das espécies).

Entretanto, motivos como capital necessário à sua compra, comodidade otimização do tempo, pois algumas famílias se dedicam a outras atividades em que a disponibilidade para confecção torna-se impossível de se realizar e por isso optam por comprar, ou a falta de matéria-prima tem se tornado cada vez mais escassa obrigando o pescador e a pescadora a substituir seus instrumentos tradicionais de trabalho e de certa forma “valorizando” esses instrumentos a partir do preço em que a lei da oferta e da procura passa a prevalecer.

Mesmo assim, todas as mulheres entrevistadas assumiram ser produtoras e possuírem os conhecimentos relativos à confecção dos instrumentos de pesca em que passam a substituir a matéria-prima para não terem que “gastar dinheiro”. Nesse sentido, os saberes femininos sobre estes, ocorrem não só no uso como também em relação à confecção e manutenção. A mulher pescadora é habilidosa com esses instrumentos, conhece o uso específico de cada um como veremos mais adiante.

Em relação aos saberes para a confecção dos instrumentos de pesca utiliza diferentes materiais (como é o caso do matapi feito tanto da tala de timbú quanto de garrafas pets) que gera um saber de produção e um saber ecológico a partir do reaproveitamento de garrafas pets, com menores impactos sobre a natureza e sobre o orçamento financeiro da família. Como destacado logo no início desta discussão que algumas famílias tendo controle sobre a produção desses instrumentos se dedicam também a comercializá-los, abaixo mostramos como isso acontece.

Enfatizei a divisão de tarefas em que os saberes femininos se destacam em determinadas habilidades como é o caso de tecer o matapi. Para Fernanda, talhar a tala dando o formato ideal para o funil do matapi é mais complicado, então, sua função é tecer, tarefa que executa com precisão e rapidez. Enquanto conversava comigo em poucos segundos já havia tecido o funil, e já esperava as talas que estavam sendo talhadas por seu marido também responsável por outras partes da produção. Vemos então, um trabalho de cooperação que não se destina somente a mulher ou ao homem em que os saberes pertencem tanto a um quanto a outro.

Para tal produção possuem saberes e técnicas que passam pelas seguintes etapas. Para começar saem pelo mato em busca da matéria prima o timbú para em seguida secá-lo até ficar mais resistente, posteriormente iniciam os cortes que serão feitos de acordo com o molde do matapi utilizando-se uma talhadeira e uma faca que ganha um formato proposital permitindo fazer com precisão um corte na ponta da tala

facilitando o encaixe de tecer o instrumento (ver figura 6). Por fim é feita a entrega da encomenda nesse caso feita por alguma família daquela localidade.

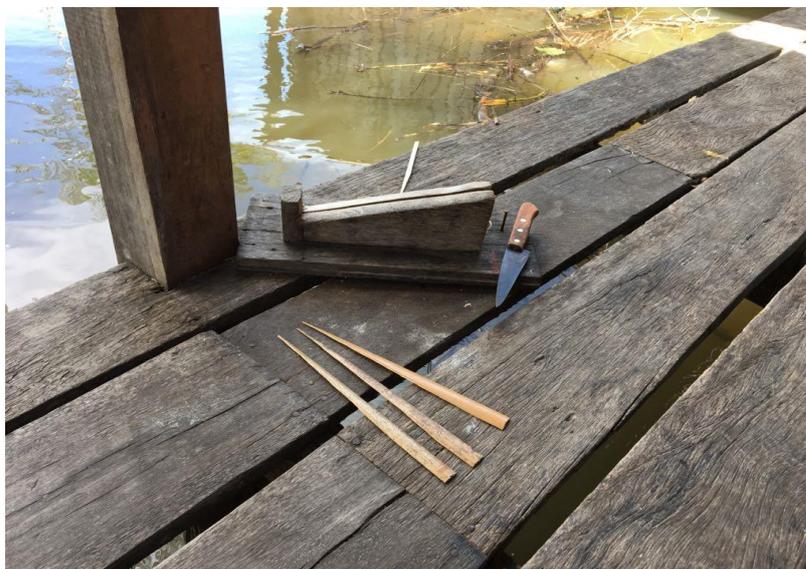


Figura 6 -Instrumentos usados na confecção do matapi. Fonte: Gislane Damasceno, 2016.

É preciso considerar a forma como o corpo da mulher vai se comportando, as mãos e pés da pescadora são colocados utilizando-os como instrumentos ou meios para realização de tal tarefa à medida que pressionam a tala, ou os próprios pontos que vão se inter cruzando para dar formato ao matapi, são indicadores da habilidade e saberes femininos para executar essa tarefa (ver figura 7).



Figura 7 - Pescadora, tecendo o matapi que se destina tanto à comercialização quanto ao seu trabalho de captura.

Quanto à manutenção desses instrumentos, os saberes femininos se destacam no cuidado com as redes de pesca compradas em lojas, o que na fala de Maria do Pilar, pescadora de Joroca de Cima “facilitou a vida” ou quando ainda tecidas pelos próprios pescadores ou pescadoras. Essa manutenção de acordo com relatos de Maria do Pilar é necessária pelas situações eventuais que acontecem como: como uso excessivo da rede e seu desgaste, a “participação” do boto nas pescarias em que a fim de conseguir seu alimento acaba danificando, provocando buracos na rede e desmanchando os pontos que a estruturam.

As residências dos pescadores e pescadoras possuem espaços apropriados para a realização da manutenção ou produção dos instrumentos de pesca, que podem ser na entrada da casa ou em anexos às cozinhas (ver figura 8) em que se encontram também vários objetos que para fins de uso na pesca como isopor, panela, facas, fogão à lenha, lanterna, etc.



Figura 8 – Espaço de trabalho dos pescadores e pescadoras anexo à casa. Fotografia: Gislane Damasceno, 2016.

Nesses espaços usados como continuação do trabalho da pesca, as famílias se reúnem para tomar providências sobre o destino do que foi pescado, e “jogar conversa fora”. Chamou atenção o fato do peixe “fresco” possuir um valor comercial maior que o congelado – por ser considerado novo, “da hora” retirado a pouco tempo do rio o que muitas vezes, pela venda imediata não há a necessidade de a mulher “preparar” o peixe ou o camarão.

Um detalhe importante é que mesmo que as cozinhas venham ganhando eletrodomésticos (ver figura 9) que facilitariam o armazenamento ou o próprio trabalho do pescador e da pescadora, o espaço de trabalho da pesca fica separado, entendido como o espaço de produção.



Figura 9 - cozinha com jirau onde o pescado é "cuidado" para o consumo da família ou venda. Fonte: Gislane Damasceno, 2016.

Sobre essas novas condições, que se devem também pela chegada da energia elétrica como é o caso de Joroça de Cima Maneschy (1995, p. 151) afirma que,

A introdução de inovações tecnológicas suprimiram tarefas que antes exigiam a participação dos membros do grupo familiar na atividade pesqueira, como a utilização do gelo para conservar os peixes em substituição à salga e a secagem dos peixes, a qual era realizada pelas mulheres.

O que se percebe nas comunidades pesquisadas é que com as inovações tecnológicas o trabalho feminino de confecção e de manutenção se minimizou, dando espaço para a realização de outras atividades relacionadas à pesca ou não. Outra explicação pode ser atribuída ao fato da produção ser pequena, o que capturam é imediatamente consumido ou vendido, não sendo necessário armazenar ou salgar.

3.5- Os saberes femininos e o trabalho de captura na pesca

O trabalho de pesca realizado pelas mulheres acontece em articulação com outras atividades denominadas de secundárias, algumas vezes podem gerar renda, colaborando para as despesas da família, pois viver só da pesca tem se tornado cada vez mais difícil. Essas atividades secundárias também interferem na execução do trabalho de captura da pesca, pois passam a “ocupar” o tempo e espaço para execução da atividade. Elas ocorrem no espaço doméstico. O Quadro 01 apresenta uma síntese do resultado de práticas de saberes de captura e de atividade secundárias.

QUADRO 01: TRABALHO DE CAPTURA X ATIVIDADES SECUNDÁRIAS

Tipo de pescado capturado	Instrumento usado	Atividades secundárias
Jutuarana, tambaqui, jacundá piranga, acará roxa, acaraponga, Camarão Tucunaré	Caniço, matapi, pari, tarrafa,	Pequeno comércio, carvão, cosméticos e perfumaria, criação de animais, criação de peixe no tanque, açai ,criação de peixe no poço, prestação de serviço na rede municipal de ensino, padaria e fabricação de matapis, limpeza de mato,

Fonte: Gislane Damasceno, 2016

Para Ávila (2013, p.234) “Na vida cotidiana é a lógica e o tempo do trabalho produtivo que se impõem como determinante da sua organização. As lógicas que regem o tempo do trabalho produtivo e o tempo do trabalho reprodutivo são distintas”. Para a mulher pescadora o seu tempo de trabalho especialmente de captura é regido em grande parte pelas atividades domésticas, ou seja, pelo trabalho reprodutivo. Portanto, as tarefas domésticas ainda estão diretamente ligadas às mulheres, e aos homens cabe a exclusiva função de ir ao rio, justificando-se pelos aspectos culturalmente associados ao gênero masculino, como força, e insubordinação. Nesse sentido, Alencar (1993, p. 76) afirma

Enquanto os homens possuem um tempo unicentrado na pesca, as mulheres possuem um tempo fragmentado, marcado pela superposição de tarefas. Nesse sentido, pensar o trabalho da mulher é pensar as formas como organiza seu tempo, pelo estabelecimento cultural da relação do tempo de trabalho com os tempos de seu corpo, do ciclo de vida e de seus filhos e com os tempos sociais do trabalho produtivo.

Portanto, os saberes femininos na pesca são definidos pelo tempo, saberes que possui da lua, da maré, do vento, e pelas relações sociais sendo que este último também influencia o espaço de trabalho da mulher. Na atividade de captura os saberes femininos apresentam características próprias de realização, seja no uso de instrumentos, no tempo e espaço para acontecerem. A seguir descrevo como os saberes femininos vão acontecendo.

3..5.1- Os saberes na captura do camarão e do pescado

Na captura do camarão a presença feminina é muito significativa, pois faz parte da rotina de todas as mulheres pesquisadas. Alguns fatores contribuem para que isso aconteça como: a proximidade do espaço doméstico para a realização, bem como habilidade e conhecimentos que possuem em relação aos instrumentos.

Para a pescadora de Joroca de Cima Maria do Pilar, a captura do camarão é importante atividades para as mulheres. Ela sabe descrever como realiza esse trabalho no igarapé utilizando o paneiro. Conta que o posiciona entre as pernas e com as mãos em movimento de braçadas puxa a água para dentro do instrumento e com ela o camarão, precisando fazer com muita rapidez a retirada do “lixo” (folhas e pedacinhos de pau que ficam no fundo do igarapé) e imediatamente armazenando em outro paneiro (ver figura 10). Também nos relata que nesse momento as crianças também colaboram fazendo a limpeza e recolhendo o camarão que vai sendo despejado na beira do igarapé

pelas mulheres, portanto mais uma vez a figura das crianças mostra-se importante e enfatiza o contexto em que se constroem os saberes da pesca.



Figura 10 – Pescadora explicando a pesca nos igarapés utilizando o paneiro. Fotografia: Gislane Damasceno, 2016.

Essa atividade de captura nos leva a compreender tanto o envolvimento da mulher no trabalho de pesca quanto os saberes femininos que se constroem a partir dele e conseqüentemente se afirmarem enquanto tal, como relata a pescadora Maria Suely:

Eu vo punho camaroeira, eu vo pru puço de novo lácio camarão isso através de uma pesca, eu vo com caniço pesco, vo pro igarapé pesco peixe, tudo isso é uma pesca é por isso que eu acho que eu sou uma pescadora...quando puxo na malhadeira tudo isso eu sei (Maria Suely Ferreira, 42 anos, pescadora de Mapiraizinho).

Em outra forma de realizar essa captura, no caso do uso do matapi outros saberes são necessários. Saberes esses que vão desde a confecção dos instrumentos como já vimos no item 3.4, quanto pela preparação da isca, composta de massa de babaçu que é um fruto comum na região envoltas por um plástico e depois amarradas na camaroeira (ver figura 11), o posicionamento no rio levando-se em consideração o horário certo para instalação e retirada momento em que revistam o instrumento (ver figura 12), e as formas de preparo para o consumo (frito, cozido, descascado, assado).



Figura 11 - Isca de babaçu usada para atrair o camarão. Fotografia de Gislane Damasceno, 2016.

De acordo com Maria Suely Ferreira, quando saem para pescar nos igarapés que fazem parte do território da família significa andar por dentro d'água remexendo troncos também chamados de taboca ou pedaços de pau que ficam no fundo dos igarapés em que os peixes e camarões usam para se esconder ou se reproduzir, a fim de encontrar o ponto exato em que estão os cardumes de camarão ou peixes.



Figura 12 - Pescadora revistando a camaroeira na vazante da maré. Fotografia de Gislane Damasceno, 2016

Observei que nessa atividade a divisão de tarefas e o envolvimento com espaço doméstico vai acontecendo e por isso também a mãe vai orientando suas filhas no processo da pesca do camarão enquanto se ocupa de outras tarefas. Posteriormente, as meninas sozinhas ou acompanhadas passam a executar a atividade com propriedade, lançam a armadilha à margem do rio com cuidado e sutileza, respeitando uma sequência e atracando as extremidades em varas ali fincadas. Este trabalho precisa ser feito com a enchente da maré sendo a revista e retirada dos matapis realizada com a vazante.

Atentei para o fato de que a captura ali feita muitas vezes vai para os tanques ou camaroeiras também denominado viveiro (a fim de que em outro momento possam ser retirados já mais bem atrativos para a venda ou consumo).

Nestes viveiros com formato do matapi, mas em tamanho maior são transportados os camarões, que chegam vivos, ao destino, a feira municipal ou a casa de algum “conhecido” na cidade que tenha feito a encomenda, justamente por terem sido mergulhados de vez ou outra no rio durante a viagem garantindo um produto o mais natural possível, “verde” como costumam falar, e dessa forma melhor serão negociados sendo o valor do produto e o lucro do pescador ou pescadora mais rentável. Existem outras alternativas para a venda do camarão que pode ser descascado, congelado ou não e na maior parte negociado quando este já está frito.

O uso da tarrafa também é comum entre as mulheres que aproveitam a maré baixa para pegar camarão na praia ou nos igarapés. É um instrumento que segundo Fernanda, simples de manusear, pois ao perceberem o movimento do camarão atiram a tarrafa aberta que por possuir em sua beirada chumbos pesam encostando na terra ou areia aprisionando camarões, peixes e outros. Para retirar da água com facilidade sem correr o risco de perder o produto, ela puxa um cordão central que fecha a boca da armadilha.

A tapagem do igarapé feita com o pari (ver figura 13) ou junto com o matapi também facilita a captura do camarão, pois segundo Fernanda ao abrirem o pari ainda na maré baixa colocando-o na vertical com a enchente conseguem aprisionar tanto camarão quanto peixe. Para facilitarem a coleta (o peixe e o camarão, arraia precisam ser retirados do chão) e maior produção posicionam o matapi encostado no pari do qual se levantam duas talas para que o camarão possa passar e ficar preso.



Figura 14 – Pari instrumento usado para tapar igarapé. Fotografia de Gislane Damasceno, 2016.

As estratégias utilizadas pela pescadora Fernanda são chamadas de truques que facilitam a realização de seu trabalho. Sobre esse saber Rodrigues (2004), afirma que resulta do:

[...] intercâmbio com a natureza, [...] com outras gerações de pescadores num processo de assimilação e reelaboração de saberes de pesca, que se generalizam entre os pescadores em decorrência das atividades similares que desenvolvem. [...] os saberes dos pescadores constituem-se como universais, porque se propagam entre eles mesmos, possibilitando-lhes uma coesão de normas e procedimentos sobre as ações de pesca (RODRIGUES, 2004, p. 146,147).

A captura do peixe algumas vezes está associada à captura do camarão, pois dependem também do instrumento utilizado como é o caso do pari já mencionado acima. Encontrei poucos relatos sobre essa atividade entre as mulheres, primeiro porque o peixe é encontrado em espaços mais distantes, o que dificulta ou restringe a saída da mulher que tem a responsabilidade sobre o espaço doméstico, segundo porque a produção de peixe tem sido cada vez menor (problema que tem sido minimizado pelos acordos de pesca). Como apresentado na fala da pescadora Maria Sherly Neves ao

justificar a saída do marido para a captura do peixe “*sai pra fora pra fazer pesca do mapará, arrastão. Eu só aqui dentro do rio. Mas fora eu não vou. Ele vai pra esses rio grande. É no rumo do Curuçambaba, do Jenipapo, do Capinal, tudo por aí*”. A ela cabe tomar conta dos filhos e da casa.

Algumas vezes segundo Maria Sherly Neves, também pesca em frente da casa usando o caniço com anzol, outras vezes com bem menos frequência acompanhada do marido sai para pescar de malhadeira, quando não, vai acompanhada por outras mulheres ou pelos filhos. A pesca com caniço também foi unânime na fala das entrevistadas sempre ocorrendo em frente às residências ou igarapés bem próximos.

É nesse sentido que pode compreender que os saberes de captura do peixe ou do camarão realizados pela mulher acontecem de maneira diferente. Nessa perspectiva, seguindo as considerações de Pinto (2004, p.138) de que as mulheres na luta pela sobrevivência adquirem saberes transformando-as de seres “frágeis” em “fortes”, independentes e detentoras de poderes é possível afirmar que esses saberes são “poderes que se inter cruzam e coabitam nos seus devidos espaços e momentos e que se entrelaçam em tramas na vida diária, que tem a capacidade de ceder, de ocultar-se quando necessário [...] Além de dominar quase que tudo no mundo do trabalho”.

No contexto das dificuldades encontradas quanto à captura de peixes os pescadores e pescadoras vão buscando alternativas para o processo de trabalho, reelaborando estratégias, saberes e seu modo de vida. Para Rodrigues (2012) trata-se de “um processo de construção de que o homem participa em sua totalidade, haja vista que, ao objetivar a realidade, transformando-a, vai também constituindo sua subjetividade”.

Note-se assim a construção dos tanques de criação de peixes e camarão que tem permitido a toda família a captura sem precisar estar diretamente no rio o que para mulher é uma forma de exercer a atividade sem precisar se afastar do espaço doméstico. Nas comunidades em que é possível a construção dos tanques (pois depende do movimento da maré) ou poços (existem técnicas diferentes para cada um deles) a experiência tem gerado muitos outros saberes.

Destaco aqui os tanques de criação de peixe com experiência que fora orientada inicialmente pelas organizações de pescadores e que posteriormente foi sendo compartilhada entre os membros das comunidades, pois foi possível notar, por exemplo, na comunidade de Mapiraizinho que essa estratégia tem se multiplicado e das quatro entrevistadas duas possuem os tanques construídos em frente das residências, aproveitando a água corrente (ver figura 14). Nesse sentido, “ao interferir na natureza,

através das técnicas já utilizadas e ao criar novas técnicas, a experiência humana se torna fonte de ideias e de sustento” (MENEZES e CAMPOS, 2012, p.03).



Figura 14 - Frente da casa ribeirinha, onde é possível observar o tanque no início da ponte e do lado um outro tanque ainda em construção. Fonte: Gislane Damasceno, 2016.

É uma estratégia de criação em que pensar sua totalidade é imprescindível, precisa projetar, planejar desde o melhor lugar para construir, considerando a dinâmica da maré e o território que possui. Saberes técnicos para escavar a fim de reservar água no fundo do tanque quando a maré tiver muito baixa evitando a perda da produção, bem como da construção das paredes feitas de madeira e forradas com tela.

Barra (2013) explica que à medida que o homem amazônico se vê diante de fenômenos e situações particulares, ele desenvolve um conjunto de representações e significados que lhes permitam enfrentar as diversas situações que se apresentam em seu cotidiano, criando sempre novas formas de trabalho.

Essa forma de criação vai sendo experimentada e outras dificultadas precisam ser superadas bem como saberes que não são do domínio do pescador e pescadora. A esse respeito Maria Suely Ferreira, lamenta não haver uma orientação técnica para explicar a perda de toda a produção que a família vinha desenvolvendo em seu novo tanque. Suas explicações para o problema são deduções que impedem de investir com certa rapidez, pela incerteza de um novo fracasso na produção, pois o investimento financeiro compromete a renda da família. Os saberes de pesca, nesse contexto, não são

exclusividade masculina ou feminina, mas indicam que pela proximidade com o espaço doméstico, possibilitam uma participação mais efetiva das mulheres em todas as etapas.

Dialogar sobre os saberes femininos na pesca a partir do trabalho significa entender que a produção das mulheres tem uma estreita relação com a natureza, pois quando se encontra diante de situações particulares como é o caso da falta do que pescar em espaço tradicional, ou seja, nos rios e igarapés, conseguem desenvolver estratégias que possibilitam enfrentar as diversas situações que surgem em seu cotidiano promovendo um conjunto de representações e significações. Nesse sentido, essas novas formas de trabalho de pesca aqui se referindo aos tanques e poços estabelecem novas relações em que as mulheres continuam a adquirir saberes de pesca e novos conhecimentos sobre a atividade em que passam a desempenhar de forma mais efetiva outros papéis como, por exemplo, a própria comercialização dessa produção com ou sem a presença do seu companheiro.

De certa forma, os tanques têm proporcionado tanto no espaço familiar como na comunidade um compartilhar de experiências e saberes entre pescadores e pescadoras à medida que possibilitam a ajuda mútua, um esforço coletivo na construção desses espaços de criação, bem como na troca de informações que possam ajudar na efetiva produção e na superação das dificuldades encontradas.

É nesse contexto, que Rodrigues (2012) salienta que ainda que sejam projetos individuais os resultados do sucesso refletirão em um coletivo. Não que a comunidade possa se auto sustentar, mas além da possibilidade de suprir suas necessidades básicas quanto à alimentação ainda garante a geração de renda. Esses são motivos que para a família da pescadora Maria Suely Ferreira orientaram na construção de mais um tanque em proporção maior que o primeiro na perspectiva de aumentar a produção.

Esta pescadora, ainda me explica que a pesca no tanque (ver figura 15) pode ser realizada com o uso da linha com anzol para pegar o peixe, especialmente o tambaqui (espécie que melhor se adaptou para a criação em cativeiro) e também com o matapi para capturar o camarão. Ela contou que para serem físgados com maior facilidade não devem ser alimentados antes da captura para que o anzol iscado seja abocanhado pelos peixes e assim a pescaria ser garantida.

Portanto, esse saber de captura não exigiu explicações teóricas, mas ocorreu nas relações de trabalho com o outro, homem e mulher, no desenvolvimento dos sentidos ao experimentarem, observarem, em uma relação de trocas de aprendizagens.



Figura 15 - Entrada do tanque por onde se realiza a pesca. Fotografia de Gislane Damasceno, 2016.

Esse tipo de criação leva a refletir as influências no trabalho da mulher e das próprias crianças e o uso de sua “força de trabalho”, pois nesse espaço elas (mulheres e crianças) têm atuado com maior frequência e dividido com o pescador a responsabilidade pela produção.

Nesse sentido, é uma forma em que a atuação das mulheres bem como seus saberes de pescadora se realizam com maior frequência, pois a proximidade com o espaço doméstico facilita essa dinamização como podemos perceber das palavras de Maria Suely Ferreira:

Melhorou não precisa ir ao rio. Aquele dia eu tava tirando a caieira ali quando eu vim já era 11 horas... Eu disse Pedro tu pego o peixe? Ele falo ah! me esqueci...eu peguei a ração isquei no anzol lá e logo peguei o peixe. Tirei o peixe e meio dia já tava pronta a comida. É rápido, uma estratégia boa, muito boa. Porque eles podem ir pro rio sim, mas se não arrumarem no rio já tem onde tirar. Ele vai pro rio enquanto esses daqui ficam crescendo. Mas é pouco que a gente consome o peixe, já tá pouco assim, mas eles pego... pra vender não, só pro nosso alimento da casa, mas que a gente precisa, a família da gente é grande (Maria Suely Ferreira, 42 anos, pescadora de Mapiraizinho).

Outro ponto positivo para essas famílias trazido pela captura nos tanques refere-se a garantia de menor sacrifício para as crianças possibilitando o acesso à educação escolar, algo mais complicado quando elas precisam sair para pescar

(capturar) junto com os pais dependendo da variação da maré o que causa desgaste físico ou sono provocando muitas vezes o fracasso escolar e abandono dos estudos como relatou Maria Sherly Neves ao lembrar de quando era criança e a necessidade de pescar era maior que as perspectivas de estudo. *“Estudava. Só que era difícil... tinha tempo que a gente passava por dificuldades aí tinha que deixar o estudo de lado pra trabalhar com o papai e com a mamãe que desse pra viver se não...”*

Podemos notar que os saberes femininos de pesca há algum tempo atrás superavam as expectativas em relação aos estudos por uma questão de necessidade, em lugares em que a falta de oportunidades ainda é carente. O fato é que a presença de escolas nessas comunidades tem possibilitado pensar em mudança de vida, não que abandonem as aprendizagens de pesca tornando-as insignificantes, mas que entendem que frequentar a escola é a busca de oportunidades, havendo uma igualdade de importância entre os saberes de pesca e os saberes escolares. Segundo Maria Suely Ferreira *“quando eu não posso ir elas que vão”* referindo-se à realização de atividades da pesca, segundo porque *“se quiserem optar por outra profissão, é bom... porque pescador a gente luta muito.”* Mas há de se considerar que na transmissão desses saberes há um grande desafio, que ao mesmo tempo possibilita os conhecimentos necessários à manutenção e sobrevivência cotidiana da família, em relação a busca por alimentos. Mas por outro lado, há possibilidade de escolha, de seguir outra profissão através da oportunidade de estudar.

Sobre a importância da transmissão dos saberes da pesca não se limitarem ao tanque observa-se ainda na fala de Maria Suely Ferreira, quando destaca

são... Porque aqui é só uma qualidade de peixe que a gente cria e se a gente quiser comer outras qualidades de peixe aí a gente tem que sair. Como o camarão, tem vezes que aqui no rio pra pegar com a camaroeira, de matapi, tem vezes que ele não dá, aí dá no igarapé, a gente tem que correr pro igarapé a gente pega no igarapé. Tem vezes que tem dentro da caixa bom de pegar, mas tem vezes que tá miúdo. Porque o camarão a durabilidade dele é três meses. Se der um camarão avortado aí dentro da caixa até três meses não tirar ele some todinho, ele agoa o camarão[...]é por isso que tô dizendo que a gente necessita ainda desses conhecimentos. Porque se a senhora for colocar um peixe vai ser só de uma qualidade de peixe dentro do poço. O peixe que mais coloca dentro do poço é o tambaqui. E aí sim, e os outros peixe que dá vontade da senhora comer como o tucunaré, pescada, os outro peixe? tem que sair pra ir procurar, pra ir atrás[...] Pra cá ainda mariscam muito, muito ainda (Maria Suely Ferreira, 42 anos- pescadora de Mapiraizinho).

Considero, então, que nos saberes de captura pela mulher é possível perceber a importância dos saberes não somente para realização de um trabalho, mas para a própria sobrevivência do grupo familiar. Considerando todas as atividades realizadas pelas

mulheres, no contexto privado onde se articulam atividades domésticas e atividades relacionadas à pesca, é possível verificar o quanto as mulheres se esforçam para realizá-las com empenho, mesmo que ainda não tenham o reconhecimento que devem ter do trabalho que realizam, já que o que fazem, garante a harmonia da organização familiar e da pesca.

3.5.2- Os saberes para o preparo, beneficiamento e conservação do pescado

Quando do preparo do peixe ou do camarão a figura feminina merece destaque, pois é a mulher que tem a responsabilidade sobre essa etapa da pesca vinculada ao espaço doméstico. Além do domínio da fabricação dos instrumentos da pesca, da captura, os saberes femininos também se apresentam nas diversas maneiras de preparo e beneficiamento da produção. São saberes produzidos desde muito cedo em que as mulheres aprendem a cuidar do produto advindo da pesca. Essa tarefa se divide entre o que vai ser consumido pela família e o que vai ser destinado a comercialização.

Quanto à primeira, as formas de preparo variam de acordo com o tamanho e espécie. Podem ser “tiquinhados ou quitinhados” (forma de corte que quebra as espinhas de peixe a fim de evitar que fiquem presas na garganta), lanhados, abertos. Quanto as vísceras também são retiradas dependendo da espécie, por exemplo, do curimatã (*Prochilodus spp.*) elas são aproveitadas em uma farofa que é armazenada dentro do peixe para em seguida ser assado, o mesmo acontece com o tamuatá (*Callichthys callichthys*) em que as vísceras segundo Maria Suely Ferreira “é a melhor parte do peixe” que amassado com farinha é consumido, ela também fala sobre a forma de lavar com limão ou água quente, bem como cozinhar com ervas ou folhas cheirosas a fim de retirar o pitiú (cheiro de maresia).

Depois de limpos e temperados podem ser assados, moqueados, cozidos, utilizando principalmente o fogão à lenha, uma escolha que se deve pela cultura na forma de preparação e também pelo forte cheiro que o peixe exala.

São saberes femininos por estarem relacionados ao papel das mulheres quando das atividades domésticas e não propriamente pela exclusividade de conhecimento, que foram se constituindo através da experiência individual e na relação principalmente com outras mulheres. Nesse sentido, os saberes de preparo se materializam em tarefa feminina.

A forma de preparar o camarão para o consumo da família significa apresentar um *saber culinário* aprendido na experiência, utilizando todos os sentidos, o cheiro para

experimentar temperos e aromas, o olhar e tocar o camarão a fim de saber se está bem frito e as frutas como limão para lavar e temperar e o ponto para o sal. Segundo Maria Suely Ferreira, quando o camarão é preparado na lenha fica bem mais frito, pois o fogo consegue aquecer a panela por completo é bem melhor pra ser descascado e o sabor se diferencia de quando preparado no fogão a gás que fica na cozinha, enquanto que um “puxadinho” ou melhor, um outro espaço anexo à cozinha são preparados os assados, muqueados e fritos (ver figura 16).

Quanto ao beneficiamento que aqui significa apresentar à comercialização um produto que agregue valor e por isso também a necessidade de conservação da produção pesqueira, no município de Cametá ainda acontece de forma muito artesanal em que salgar e congelar são os principais. Notei, então, que os saberes dos pescadores e pescadoras ficaram restritos a essas duas maneiras de comercializar a produção.



Figura 16 - Diferentes formas de preparo do pescado e camarão. Fonte: internet, 2016

Observei que para descascar o camarão para a venda, por exemplo, todos da família se envolvem a fim de agilizar o trabalho, assim como da comercialização que pode ser realizada pelo pescador, pescadora ou pelos filhos. Quando se trata de refeição para a família a tarefa se destina a mulher.

3.6- Saberes femininos e a relação intrínseca com o cotidiano

No cotidiano das famílias ribeirinhas os saberes femininos estão presentes em vários momentos. Esses saberes que apresento ao longo deste terceiro Capítulo contribuem de diferentes maneiras para o trabalho produtivo e reprodutivo.

Vários são os saberes femininos ligados ao cotidiano que estão articulados aos saberes de pesca. Ao prefaciando o livro *Quotidiano e Poder*, de Maria Odila Leite da Silva Dias, Ecléa Bosi (1995, p.8-9), nos faz refletir o cotidiano das mulheres quando afirma

Privadas do saber oficial, da cultura letrada, resta-lhes a esperteza, a improvisação, o saber da experiência tão desprezado nos idosos, nas mulheres. É a teia diária que se recomeça todas as manhãs, sem esperança, para afastar a morte: eis o trabalho miúdo dessas mulheres que se entocam nos becos acudados pela polícia, nos porões, nos quartos abafados, nos terrenos baldios.

No cotidiano das mulheres pescadoras no município de Cameté ainda persiste uma invisibilidade e uma ocultação do cotidiano e dos saberes que nele se apresentam. Trata-se, pois, de no cotidiano buscar compreender as várias relações que marcam sua prática diária.

Entre essas mudanças que ocorreram dentro desses espaços domésticos, influenciadas pelas políticas sociais dos últimos quatorze anos, tanto no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva quanto de Dilma Rousseff aqui menciono: “O minha casa minha vida, o Bolsa família, O seguro defeso...” permitiram melhores condições de trabalho e de vida e uma certa autonomia dessas mulheres, pois, o cadastro destes programas sociais são feitos em nome delas, justificados pelo fato de muitas famílias as terem como únicas provedoras do lar em todos os aspectos.

Foram elas que passaram a decidir o que fazer com o recurso que segundo observado são direcionados para todo tipo de necessidade, como, comprar material escolar, roupas, vestuário, alimentação. Mesmo sendo um recurso pequeno, mas, sem ele “as coisas seriam bem mais complicadas”.

Isso não significou o abandono das atividades direcionadas por toda a família e a divisão de tarefas que realizam. Enquanto que o homem continua a executar as mesmas tarefas dentro da pesca, é perceptível que a mulher redefiniu seu papel com novas funções, tanto em suas atividades domésticas, quanto de mulher pescadora agora trabalhadora da pesca.

Dias (1995, p.13) afirma que “A reconstrução dos papéis sociais femininos, como mediações que possibilitem a sua integração na globalidade do processo histórico de seu tempo, parece um modo promissor de lutar contra o plano do mito, normas e estereótipos”. Assim, apresentar esse cotidiano em que as mulheres pescadoras vivem é evidenciar suas conquistas mesmo que a tradição das diferenças na execução de tarefas persista. Então, como traduzir esse cotidiano que vem se modificando a partir dessas novas responsabilidades atribuídas a mulher pescadora? Segundo, Larrosa (2004, p.63),

[...] a reflexão sobre a experiência da tradução [...] não tem somente a ver com o que acontece na mediação entre as línguas, mas se amplia a qualquer processo de transmissão ou de transporte de sentido. Então, estar atento ao cotidiano em que as mulheres pescadoras estão envolvidas é estar atento também as nossas condições de leitura e tradução, [...] da estranheza e a superação da estranheza.

Por essa razão a leitura feita traduz as observações realizadas durante a pesquisa de campo, que possibilitaram uma determinada aproximação possível para que pudesse identificar as atividades que as mulheres pescadoras desempenham no seu dia a dia.

A “autonomia financeira” conquistada na efetivação das políticas sociais pelas mulheres, influenciaram suas vidas, mas segundo Tavares (2011) “não conseguiu melhorar a situação da maioria das mulheres brasileiras, especialmente das mais pobres, rurais e indígenas, que continuam a experimentar exclusão social e violência”.

O comércio dos produtos da pesca, do carvão e de outras alternativas de geração de renda como venda de cosméticos, perfumaria, artesanato, joias, roupas, etc. foram significativas na mudança de estrutura quanto a parte física das casas, e na aquisição de muitos bens de consumo, bem como na execução das atividades realizadas no ambiente doméstico.

Todas as tarefas realizadas pela família são divididas entre seus membros, inclusive com as crianças. Entretanto, essa divisão é desigual, pois cabe as mulheres e meninas a realização de todo o trabalho doméstico assim como o preparo da produção da pesca, seja para venda ou consumo da família. Ao homem cabe ir ao rio.

Sobre essa relação a pescadora Maria Sherly Neves relata

Junto com meu esposo. Mas junto com ele. Porque pra gente pescar tem que ser parceiro. Só quando é pesca de caniço que é só um, mas sempre agente senta dois junto, três. Matapi tem que ser dois de casco, malhadeira também, sempre dois (Maria Sherly Barra, 35 anos, pescadora de Joroca de Cima).

Então, foi possível perceber nas famílias de pescadores que os saberes de pesca não são domínio de um de outro, mas uma negociação de papéis que influenciam na forma de se relacionarem e produzirem seus conhecimentos, pois o trabalho que realizam não é solitário, é de parceria, é de enfrentamento das dificuldades impostas pela natureza como a escuridão, as chuvas, o sol etc., é de divisão de saberes e práticas e onde estas também se materializam, mostrando o quanto de poder essas mulheres possuem, pois, segundo Pinto (2004) “quando me refiro a poderes, falo dos saberes que essas mulheres acumulam ao longo de suas vidas. Suas invenções, reinvenções e improvisações na vida diária (...)”, é muito significativo levando a entender que ela também se compreende como importante no processo produtivo haja vista deter também os conhecimentos necessários para a realização da atividade compartilhando-os e se configurando práticas de ensino quando da companhia dos filhos ou filhas. Dias (1995) afirma não se tratar de papéis sociais normativos e prescritos, mas a mediações sociais continuamente improvisadas no processo global de tensões e conflitos, que compõem a organização das relações de produção, o sistema de dominação e de estruturação do poder.

Por outro lado, embora o cotidiano das mulheres pescadoras, ainda revelem muitas contradições na efetivação da igualdade de gênero, para Dias (1995, p. 14) “A historiografia das últimas décadas favorece uma história social das mulheres, pois vem se voltando para a memória de grupos marginalizados do poder”. Nesse mesmo sentido completa, “[...] o fato de não participarem da história política e administrativa não diminui a importância do papel que desempenharam” (DIAS, 1995, p.16).

Desta forma, é nesse cotidiano que as práticas e saberes das mulheres pescadoras vão se construindo e se reestruturando indicando que não são simplesmente condicionadas em suas atividades, mas que as várias relações que ali acontecem em termos econômicos, políticos e culturais que se dão em processos de luta e resistência e não somente de aceitação e conformismo são importantes para repensar seus papéis sociais.

É necessário entender a relação entre o trabalho de pesca realizado pela mulher e a vida cotidiana por alguns motivos que apresento a seguir:

Primeiro por se entender que assim como no trabalho de pesca, o cotidiano expressa uma hierarquia de poder dentro das relações de gênero delegando à mulher responsabilidades exclusivas sobre as tarefas que ali são necessárias inclusive os cuidados com filhos, marido, e demais vidas que ali estejam como: animais e plantas

como veremos mais adiante, bem como com atividades que colaboram com a renda da família.

Segundo, por ainda se entender o cotidiano como espaço de aprendizagem feminino;

Terceiro, pela articulação entre espaço produtivo e reprodutivo, pois a mulher mesmo realizando atividades produtivas no espaço doméstico ou próximo deste no caso dos igarapés ou no rio.

Os saberes femininos são resultado de práticas cotidianas que se apresentam através da relação que mantém com a natureza e com os outros sujeitos. Nas atividades realizadas diariamente expressam-se saberes formados principalmente na relação feminina, mas que vão sendo moldados também pelo discurso masculino (através da definição do que é o fazer feminino dentro das relações de gênero, divisão sexual do trabalho, ou das exigências econômicas que se manifestam). São saberes que se revelam principalmente no espaço doméstico, mas que são invisivelmente poderosos. São saberes femininos que por se reinventarem cotidianamente, reinventam suas vidas, experiências e relações.

Os saberes femininos que se materializa nas várias atividades, vão acontecendo sem uma formalidade ou exigências burocráticas, mas que sem sua execução, o funcionamento do grupo é prejudicado. Nota-se, então, a importância desses saberes que vão além dos espaços privados, estão impregnados nos “mitos, nos rituais das comunidades, na organização social, cultural, econômica e política das populações ribeirinhas.

A aprendizagem para os saberes femininos acontece em todos os espaços naturais ou sociais a que as mulheres podem ter acesso. Dentro de casa cada espaço contribui para o compartilhar de experiências, vivências e saberes.

Nas varandas, as conversas, causos e contos ainda resistem aos aparelhos eletrônicos não por não serem interessantes, mas pelo fato de a internet ou a energia elétrica ainda não serem regulares, ainda assim quando estes são manuseados ou ligados torna-se um programa de família permitindo o acesso a novas informações e saberes como por exemplo, quando do uso do matapi feito de garrafa pet que visto pela televisão aguçou a curiosidade e a criatividade de uma das pescadoras levando-a a confeccionar e a experimentar o novo instrumento. Para ela além de ajudar a proteger o meio ambiente, conseguem produzir seu instrumento de trabalho sem ter custos com isso e a durabilidade é bem maior, bem como a captura que permite pegar os camarões

pequenos que serão armazenados na camaroeira de onde serão retirados somente quando estiverem maiores.

Na cozinha, como não notar a divisão de tarefas onde todos colaboram independentemente da idade ou sexo? Como não perceber que ali, narrando tudo o que aconteceu durante estarem realizando outras tarefas os saberes vão sendo transmitidos e também reconstruídos? Desde o “cuidar” os alimentos, a preparação do fogo, o olhar o moquém, para deixar amarelinho o que estiver assando, a limpeza do espaço, a aprendizagem vai acontecendo e os saberes se multiplicando.

Os saberes femininos não se limitam a casa, invadem os quintais, os rios, igarapés e a floresta.

Pinto (2004, p.137-138), em seu trabalho “Nas Veredas da Sobrevivência: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos” desmistifica a naturalização das atividades femininas como leves quando discute o trabalho das mulheres negras rurais na região do Tocantins/Pará na roça para a fabricação da farinha bem como o fato de estas mesmas atividades serem tidas como menos pesadas, sacrificantes e importantes do que as realizadas pelos homens ao afirmar

Mulheres sofridas, calejadas, envelhecidas, pela dureza da vida e ressecadas pelo sol escaldante do dia a dia, cortam com machado, encoivam, plantam, capinam e colhem. A elas estão designadas as tarefas ditas mais “leves” dos trabalhos da roça. Mas a elas também cabe o ato de gerar, parir, cuidar e alimentar os filhos. Atividades que se acumulam ultrapassando as barreiras da noção de “leves”, ganhando uma densa complexidade, mas possível para essas mulheres, que na labuta do cotidiano, na luta pela sobrevivência tornam-se fortes, independentes e detentoras de poderes.

Ao me referir ao trabalho realizado pelas mulheres pescadoras e ao me aproximar do seu cotidiano percebi como seus saberes são transmitidos e como vão através do envolvimento que se dá em meio às atividades que realizam também conquistando “silenciosamente” outros espaços.

Nesse sentido é que os saberes acumulados pelas mulheres ao longo da vida caracterizam-se como poderes (Pinto, 2004). Saberes esses que são materializados pelas diversas atividades que realizam no cotidiano, e que não se limitam ao espaço doméstico.

As mulheres pescadoras aprendem desde cedo os sacrifícios e demandas, já que “as mulheres são tradicionalmente encarregadas das tarefas domésticas e do cuidado com filhas/filhos, implicando acúmulo de duas jornadas de trabalho (trabalho remunerado e trabalho doméstico/familiar) [...]” (MORIÈRE, 2013, p. 368).

É possível perceber que na relação familiar os saberes femininos se constituem, mas a forma como são realizados é que os diferencia. Não encontrei entre as entrevistadas mulheres que saiam de madrugada para pescar ou que abandonem as atividades domésticas em função da pesca (captura). A necessidade de sair do espaço doméstico para pescar envolve algumas situações como: alimentar a família, a chegada de alguma visita para complementar a alimentação - cito aqui a nossa chegada na residência de Maria Suely Ferreira, na comunidade de Mapiraizinho quando observei a preocupação em me oferecer o que tinham de melhor, o camarão ou o peixe - ou quando aproveitando de uma “ocasião” para ir a cidade vão à captura o peixe ou o camarão para vender para algum conhecido da cidade ou na feira municipal. Portanto, há uma conciliação entre o trabalho de captura onde a mulher “se afasta” do espaço doméstico, o beneficiamento que é realizado no espaço anexo a casa, e a venda que também ocorre em diferentes espaços.

Desde quando eu me entendi né junto com o meu pai e com a minha mãe eu sou pescadora. Eu vivia, agora que já tá mais evoluída as coisas. Mas deante agente só vivia mesmo trabalhando o dia inteiro trabalhando com o pai ia pro mato pegar desde camarão, malhadeira, aí desde que eu me entendi eu sou pescadora. (Maria Sherly Neves, 35 anos, pescadora de Joroca de Cima)

Assim, as falas das mulheres entrevistadas se articulam com minhas observações de quando ao desenvolverem as tarefas domésticas notei o envolvimento de todos, elas não agem sozinhas, estão sempre envolvendo os filhos e filhas, ensinando e aprendendo. É uma forma de aproveitar a mão de obra disponível como também marcar sua visibilidade e importância dentro do contexto familiar.

Foram poucos os momentos em que observei a ajuda masculina nas tarefas domésticas. Como, por exemplo, na preparação do camarão em que se dividiam os passos de preparação buscando eficiência (em menor tempo) em sua preparação.

Algumas atividades foram incorporadas ao cotidiano das mulheres pescadoras diante de sua demanda econômica prejudicada pela falta do produto do seu trabalho ou pelas necessidades de consumo impostas pelo capital. Uma das atividades é a produção do carvão, que ajuda no orçamento familiar. Nessa atividade, a transformação de galhos, ou pedaços de troncos de árvores são depositados em buracos feitos em uma estrutura montada pela própria família, sem conhecimentos técnicos (ou melhor com um conhecimento técnico aprendido de forma prática). Enquanto a mãe vai revirando a moinha que recobre a caieira (buraco onde os galhos e troncos de árvores são queimados a fim de produzir o carvão), a companheira de trabalho, enche os depósitos

de água que aos poucos vai jogando sobre a moinha revirada (ver figura 17) a fim de apagar o fogo e retirarem a produção de carvão.



Figura 17 - Pescadora e sua filha tirando carvão da caieira feita por ela para o consumo doméstico e para venda. Fotografia de Gislane Damasceno, 2016.

Os saberes mediados pela ação, pelo agir feminino e pelo próprio trabalho vai se desenvolvendo e assegurando sua produção econômica, social e cultural. Por isso essas atividades que se desenvolvem no cotidiano dessas mulheres são fundamentais no processo de construção dos saberes femininos, de modo que as aprendizagens que acontecem a partir da vivência vão se somando a partir do trabalho, da relação com o outro.

Tal dinâmica socioambiental remete a Bennet (2005, p. 452) quando afirma que “Entender como o gênero influencia nos modos como o setor pesqueiro é administrado, é olhar sobre como os homens e mulheres interagem com o recurso. Ou seja, não se pode pensar o ambiental senão em termos de socioambiental”. Em uma relação de respeito que se mantém com meio ambiente, seja em termos de utilização de instrumentos artesanais que são produzidos a partir dos materiais disponíveis na natureza pensando em sua preservação e como consequência na vida da comunidade. Ainda sobre isso Figueiredo e Santana (2008, p.7) em estudo sobre “As Mulheres do Sal” enfatizam a relação das mulheres com a preservação de recursos naturais e o importante papel que desempenha e influência na construção de sua identidade

Estas mulheres as quais estamos nos referindo, são mulheres que vivem nos quintais, geralmente limpos e bem conservados, cheios de flores coloridas, onde criam animais domésticos e cultivam nos seus jiraus, plantas medicinais, hortaliças e verduras, que cuidam também dos canteiros com plantas medicinais, hortaliças e verduras, que cuidam também dos canteiros com plantas ornamentais e de pomares com muitas árvores frutíferas, que

complementam a alimentação diária. Nos jiraus lavam roupas, louças tratam e salgam peixes, ainda o alimento de todos os dias.

No cotidiano outros saberes femininos também se revelam como aqueles relacionados à horta e a plantas medicinais (ver figura 18) atribuídos culturalmente às mulheres, fazem delas “conhecedoras” e experientes, pois se utilizam dessas plantas para a culinária sabendo do benefício que trazem à saúde. Aqui destaco a explicação da pescadora Maria Suely Ferreira quando do uso de uma planta popularmente conhecida como orelha de macaco que segundo a pescadora coloca no feijão ou sopa para ajudar no combate às infecções e anemia, além de outras que podem ser encontradas em sua plantação e servem para tratar doenças. Esses saberes simples relacionados a remédios caseiros delegam a elas certo misto de saber e poder (PINTO, 2004). Além de conquistar o respeito da comunidade por saber manusear e produzir “poções” caseiras se utilizando de cascas de pau, raízes e folhas para banhos, chás, massagens que combatem muitos males do corpo e do espírito (PINTO, 2004).



Figura 18- Jirau de plantas onde se misturam a horta com ervas medicinais aos cuidados da mulher pescadora. Fotografia de Gislane Damasceno, 2016.

Além da ocupação com a horta, a criação de animais representa outra tarefa doméstica que também sobrecarrega as mulheres no cotidiano (ver figura 19). São atividades que garantem a sobrevivência familiar e estão presentes em grande parte das famílias pesquisadas.



Figura 19 - Menina cuidando dos animais que criados para venda ou consumo da família. Fotografia de Gislane Damasceno, 2016.

Há, no entanto, casos em que somente essas atividades não são suficientes, sendo necessário desenvolver outras formas de sobrevivência. Trata-se de caso de empreendedorismo destacado por Rodrigues (2004) ao analisar os saberes e processos de mercantilização na pesca como sendo aquela que ajuda a explicar também o fato de encontrar entre as pesquisadas uma única família em que a iniciativa pelo comércio de produtos alimentícios, de higiene e limpeza, óleo diesel fazem parte do cotidiano. Nessa família a administração do comércio é reponsabilidade da mulher. É ela que gerencia os produtos que serão comercializados baseada na procura dos mesmos construindo habilidades e desenvolvendo o negócio contando com a participação do marido e das filhas (ver figura 20).



Figura 20 - Comércio de óleo diesel que garante renda extra para as famílias de pescadores. Fotografia Gislane Damasceno, 2016.

Associado ao saber da pesca, destaca-se a coleta de açaí, prática importante na região que vem se tornando um elemento essencial na economia ribeirinha, além de envolver toda a família na coleta do fruto, durante a safra, garante uma renda extra, assim como um período farto de alimentação.

Essa atividade também é realizada por toda família, todos aprendem e se envolvem. Aprendem a procurar no mato as árvores com os frutos de maior valor que são os mais “tuíras” (expressão usada para designar os frutos de tão pretos chegam a ter um brilho) e cachos bem maiores e cheios, é preciso um olhar minucioso e uma “boa memória” já que conseguem construir uma espécie de mapa mental de onde encontrá-los e período de estarem prontos para serem coletados. Por serem consideradas como atividades mais leves, elas sobem no açazeiro (*Euterpe oleácea*) para apanhar os cachos de açaí (ver figura 21), e com estes descem com muita habilidade sem igual, debulham, colocam para amolecer. É nos paneiros (espécie de cesto de cipó de timbú ou garrafa peti) chamados de rasas que o açaí vai sendo armazenado e transportado para o consumo ou para venda. A transformação do fruto em vinho é uma tarefa feminina, é ela quem realiza as etapas de preparação desde amolecer o fruto, pois este precisa de água em temperatura adequada caso contrário corre o risco de cozê-lo, tornando-o inapropriado para o consumo.

Aprendem também a utilizar a máquina de bater o açaí, em cuja atividade é preciso ligar o motor gerador de energia para a referida máquina funcionar, e a partir daí se processar a extração da polpa de açaí, quando necessitam ter um olhar aguçado para ir colocando água na medida certa enquanto vai batendo o açaí para fazer um bom vinho. Visto que na região, quanto mais grosso o vinho ou suco do açaí for, maior valor é atribuído a ele.



Figura 21 – menina subindo no açaizeiro para apanhar o fruto. Fotografia Gislane Damasceno, 2015.

Notei que ao serem envolvidas nas diversas atividades desde pequenas as meninas ganham autonomia, responsabilidade, e constroem principalmente saberes que são materializadas nas atividades cotidianas em ir em busca do açaí, de colocar a isca na camaroeira, de auxiliar na preparação do carvão, no cuidado com as criações de animais, e tantas outras atividades que realizam articuladas simetricamente à pesca.

As atividades do cotidiano influenciam constantemente na reelaboração dos saberes femininos da pesca e nas práticas das mulheres.

3.7- Os saberes femininos da pesca frente ao avanço tecnológico

O século XIX, período da Revolução Industrial, produziu o fenômeno de tecnificação do homem, isto é, processo em que artesãos acostumados com o trabalho manual foram transformados em trabalhadores nas manufaturas e com o processo de

operação das máquinas introduzidas para acelerar o processo produtivo. Segundo Coelho (2011), o trabalhador que antes conhecia todo o processo produtivo, desde a extração da matéria prima até o produto final, passou a conhecer apenas uma pequena parte do processo, “o aparecimento das primeiras máquinas ocorre a partir desse marco histórico, que propiciou a analogia da tecnologia com a máquina, ‘perpetuando’ tal perspectiva” (COELHO, 2011, p.20). A tecnologia alterou significativamente as bases do processo produtivo durante todo o seu processo histórico. Contudo, ainda segundo Coelho (2011) a tecnologia é sempre um resultado do processo de criação do próprio homem e que na sociedade, em uma perspectiva mais ampla, pode gerar impactos sociais positivos e/ou negativos.

Barra (2015, p.10) no livro “pra onde sopram os ventos” faz uma consideração sobre o modo ribeirinho, onde descreve sobre a apropriação da tecnologia como melhoria de vida dos sujeitos que estiveram sempre distantes deste benefício do capital:

...Nossa vida, ah! É outra: novela e jogo são nossos compromissos da noite!!! Passe outra hora pra conversar, pois isso nós não vamos dispensar. Internet, máquina de lavar roupa, ferro elétrico, energia, égua, nem te conto, *temo* muito pra falar, graças ao nosso trabalho e nossa forma de lutar. Casa *assoalhada* de *baxiba*, emparedada de *miriti*¹³, feita com esteio de açazeiro? Pouco tem. Era no tempo em que se trabalhava muito e não se ganhava um vintém. *Sumano*¹⁴, agora é com madeira, telha de barro e até de alvenaria, pode *vim* vento e *trevuada*, já estamos de cabeça fria!!!

O processo de transformar a natureza não só cria novos espaços, produtos, objetos, mas fatos, relações sociais, histórias, processos de mudança no mundo, novas técnicas, tecnologia. É a partir do ato de interagir com o meio natural e social que as transformações se dão, as técnicas são aprimoradas, tecnologias são desenvolvidas e novos conhecimentos são construídos. O ato de trabalhar é ao mesmo tempo o ato de produzir ideias, conhecimentos, técnicas, tecnologias.

Evidencia-se que as políticas implementadas na Amazônia se deram sob o enfoque do desenvolvimento econômico sem considerar de forma efetiva o desenvolvimento local, as formas de organização social e a vida cultural de suas populações. Toma-se como referência, que a diversidade de formas de organização sociocultural das populações amazônicas, as mesmas derivam da relação que estabelecem entre si e com a natureza. O significado desta relação do homem com a

¹³ Palmeira alta de caule leve.

¹⁴ Amigo; companheiro. Termo regional.

natureza, sob os marcos culturais, incide na constituição de tecnologias sociais importantes para a continuidade das formas singulares de produção existente.

Algumas mudanças na vida das comunidades ribeirinhas influenciadas pelas tecnologias são bem visíveis como apresentadas a seguir. As moradias, se modificaram em termos de estrutura, misturando-se madeira e alvenaria, algumas são de altos, cobertas com telhas, o piso de cerâmica e muito bem pintadas (ver figura 22). Essas mudanças trouxeram conforto, se comparadas as de anos atrás, que eram feitas de paxiba (lasca de tronco de palmeiras, como açazeiro e miritizeiro), cobertas com palha e com poucos cômodos.

A construção das pontes agora feitas de madeira ou de concreto e que ligam muitas vezes as casas ribeirinhas umas nas outras permitiu uma melhor locomoção das pessoas nessas áreas de várzea, mas ainda encontrei residências que se utilizam do miritizeiro em que, o troco desta palmeira atirado ao chão e amarrado em estacas flutua sobre a água permitindo que as pessoas andem em cima e possam ter acesso ao interior da residência ou às embarcações.

A energia elétrica, seja através de geradores particulares ou por programa de governo, como o “Luz para Todos” tem tido grande influência no modo de vida das famílias ribeirinhas. Em minhas visitas tanto na comunidade de Mapiraizinho quanto em Joroça de cima notei que as casas têm recebido cada vez mais utensílios domésticos. Na cozinha, por exemplo, geladeira, fogão, máquina de lavar roupa, máquina de bater açaí têm contribuído com as tarefas domésticas e se tornado cada vez mais indispensáveis. Na sala, a televisão ocupa lugar de destaque e nos altos da casa antenas parabólicas. Além de que as lamparinas e velas têm sido substituída pelas lâmpadas que agora iluminam a noite dessas comunidades.

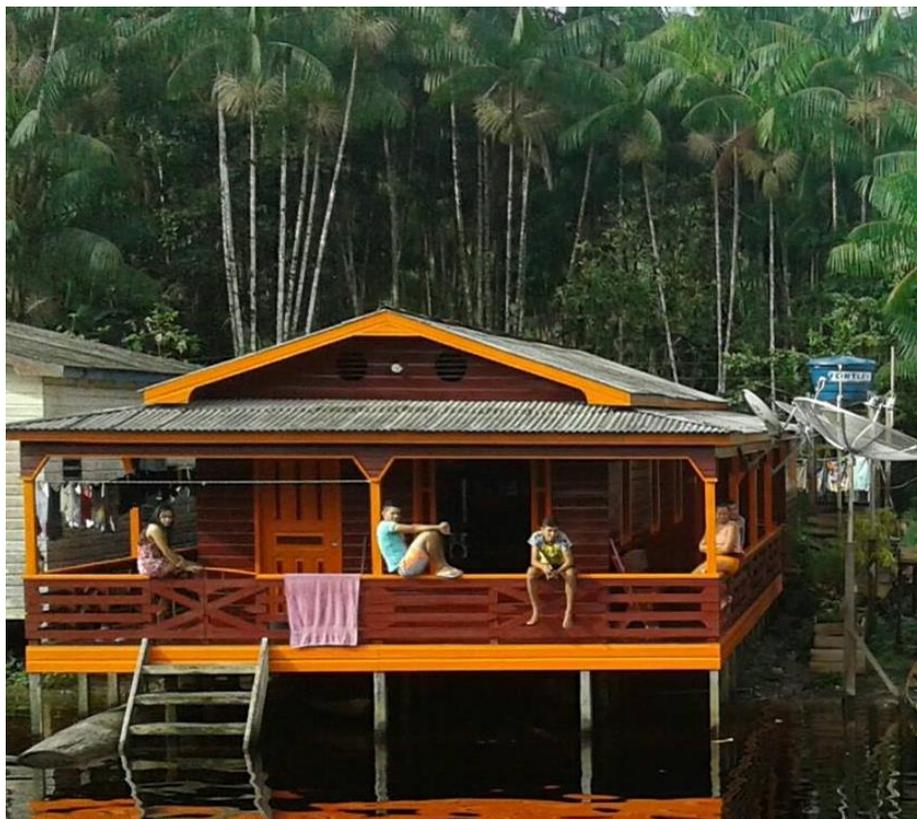


Figura 22- Casa de pescador que demonstra o impacto da tecnologia com o avanço do modelo e do conforto. Fonte: Internet, 2017.

A casa ribeirinha comum é formada por três ambientes de modo a acomodar as famílias. Os cômodos são sala (grande) cozinha com jirau (plataforma que dá para a área externa com a função de apoio para lavar louças) e um dormitório (pequeno). Percebemos que nas casas com maior poder aquisitivo é comum encontrarmos itens tecnológicos, como aparelho de som, televisão sempre instalados na sala servindo como importante sinal de status.

Há uma aproximação da cultura da televisão por meio da comunicação visual onde os paradigmas da cultura sobreposta são impostos de maneira voraz evidenciados na alteração dos modos de vida, pelo avanço do acesso aos bens de consumo como componentes essenciais para o desenvolvimento, formando novas premissas no processo de formação da visão de mundo de maneira a criar condições possíveis para o afastamento do ribeirinho de suas raízes culturais.

As novas residências possuem banheiros no seu interior e fossas adequadas à região, o que se deve a iniciativas de organizações associativas e das próprias comunidades representando uma preocupação com o meio ambiente e com a qualidade de vida das famílias ribeirinhas. Essas experiências vão de encontro à falta de políticas

públicas direcionadas ao saneamento básico e conseqüentemente ao bem-estar das famílias nas comunidades ribeirinhas.

A água encanada e tratada também tem se tornado comum entre as famílias pesquisadas e conseqüentemente melhorando a saúde de toda a família. Segundo Maria Suely Ferreira, antes de prepararem o sistema de água encanada com tratamento, todos sofriam, principalmente as crianças que adoeciam muito. De acordo com a pescadora o consumo de água direto do rio traz muitas conseqüências na saúde dessas famílias provocando verminoses, infecções intestinais, vômito e diarreia. Além desses prejuízos à saúde, nossa informante também enfatiza, o sacrifício para as famílias abastecerem a casa com água, pois dependia muito da variação da maré, em que se aproveitava para executar várias tarefas como: lavar roupa, encher pote, lavar a casa, tomar banho.

Em relação às mudanças nas atividades domésticas pode-se citar o preparo do açaí que era amassado com as mãos, em utensílios produzidos pelas próprias mulheres, como: peneira, alguidar e cuia (ver figura 23). Tal tarefa está sendo substituída pela máquina elétrica de bater açaí, em que se otimiza o tempo e o esforço físico é menor (ver figura 24), deixando-se de lado um dos rituais que era muito significativo na família, quando a primeira coada do açaí, o vinho grosso, era reservado ao chefe da família.



Figura 23 - Mulher amassando açaí usando peneira, caroceira e alguidares - Fonte: Internet, 2017.

Contudo, não se pode negar que tal transformação facilitou o trabalho desenvolvido nestas atividades, tanto em relação ao tempo, quanto na forma de trabalho e também na vaidade das mulheres, pois o processo de amassar o açaí as deixava de

unhas roxas, não porque as pintavam com esmalte, mas em consequência da tintura da polpa do fruto do açaí.



Figura 24 - Mulher pescadora utilizando máquina de bater açaí em substituição a prática de amassar com as mãos. Fotografia Gislane Damasceno, arquivo pessoal, 2014.

De acordo com as mulheres com o uso da máquina de bater o açaí podem manter as unhas bonitas e bem pintadas neste trabalho rotineiro que desempenham. Tal fato foi observado no decorrer da pesquisa, quando, em um determinado horário da tarde, a pescadora Maria Suely Ferreira em companhia das filhas e de algumas vizinhas, sentadas na varanda da casa pintavam as unhas umas das outras, conversavam e trocavam experiências.

Outra mudança que facilita as atividades desempenhadas por esses ribeirinhos está relacionada ao transporte, cujas canoas ou cascos a remos, que eram utilizados como meio de transporte para todas as circunstâncias há algum tempo atrás, atualmente só são usados para atividades simples, sem correria. Visto que o surgimento das “rabetas” ou “rabudos”, como denominam as pequenas canoas ou barquinhos motorizados, facilitou o deslocamento para outras localidades. Conforme dizem as pessoas entrevistadas, esta mudança no meio de transporte tornou mais fácil as idas e vindas a cidade de Cameté e outras localidades, as práticas de vendas, enfim, percorrer maiores distâncias.

Desta forma, percebe-se que essas transformações na vida ribeirinha influenciaram também o cotidiano das mulheres pescadoras, permitindo que desenvolvam mais atividades em menor tempo. Contudo elas continuam a desempenhar as mesmas funções como outrora.

Por outro lado, ainda que nem todas as atividades sejam realizadas da mesma forma, porém os saberes ainda persistem nas práticas rotineiras dessas mulheres e nas formas de ensinar e aprender umas com as outras. Práticas comuns entre elas, pois transmitem o que sabem com os outros, como afirma a pescadora Maria Suely Ferreira, a respeito da importância de ensinar os saberes relativos à pesca para as filhas: “sabem, aliás quase todas elas, quando eu não posso ir elas que vão...” Ao mesmo tempo revelam-se esperançosas por mudanças, uma vez que projetam nos estudos das filhas perspectivas de um futuro diferente, ou pelo menos que tenham direito a escolher o que querem.

O fato de trazer aqui todos esses elementos são para entender que muitas muitos saberes tão necessárias no cotidiano das famílias de pescadores passaram a ser reelaborados e interferir nas práticas das mulheres, na realização de suas atividades. Portanto, ensinar a apanhar açai, processá-lo já não ocorre da mesma forma, necessita de novas aprendizagens. Tão pouco é preciso dedicar tanto tempo para ensinar a lavar roupa, pois a máquina já realiza essa tarefa. Entretanto outras atividades ainda recebem uma maior atenção, entre as quais podemos citar a criação de animais, os cuidados com a horta, com a produção de carvão, onde os filhos e filhas também estão inseridas e aprendem com a mãe ou com o pai como realizá-las.

3.8 - A mulher pescadora nas organizações e a construção de novos saberes

A mulher pescadora no município de Cametá participa de diferentes organizações associativas em que se agrupando a outros pescadores tem por finalidade realizar propósitos coletivos. Entre essas organizações estão: a APAMUC (Associação de Pescadores do Município de Cametá), o SINPESCA (Sindicato de Pescadores), APADIC (Associação de Preservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável de Ilha Cacoal), Colônia Z-16 que se apresentaram nas falas das entrevistadas e possuem em comum atender aos interesses de pescadores e pescadoras.

Nessas organizações há uma intersecção de saberes em que segundo Schmitz (2015, p.01) [...] o trabalhador associado, no seu fazer, produz e cria novos saberes, em diferentes espaços de diálogo, contribuindo para a humanização das relações produtivas.

Nesse sentido, Gohn (2013) esclarece que “[...] não são apenas reativos, movidos só pelas necessidades (fome ou qualquer forma de opressão), pois podem surgir e se desenvolver também a partir de uma reflexão sobre sua própria existência”.

Essa produção e criação de saberes que se desenvolvem a partir de uma determinada forma de organização torna-se, portanto, um dos elementos que influenciam na participação da mulher nessas organizações, como podemos observar na fala abaixo sobre o trabalho realizado pela Colônia Z-16.

Ela chama, faz reunião com a gente, aconselha deixar o peixe desovar. É pra que a gente não fique com necessidade, né. Aí é um bom trabalho até deles. Eles falam que não querem prejudicar ninguém. Só que as vezes o povo não compreende. É assim. Às vezes aconselho a fazer poço, já conseguimos fazer poço pra criar peixe (Maria Sherly Neves, 35 anos, pescadora de Joroca de Cima).

A pescadora reconhece que as ações que são desenvolvidas pelos pescadores e pescadoras a partir da representatividade e da participação nas decisões são importantes e refletem resultados significativos para a realização do trabalho na pesca. Por isso envolve-se pelas ações enquanto associada e mostra-se comprometida à medida que levanta críticas sobre organização da qual participa, como podemos ver abaixo:

Que o presidente reunisse bastante mais com a gente, isso é uma coisa. Porque nós temo coordenador, mas ele só faz reunião quando ele quer a parte dele do dinheiro, às vezes a gente só tem reunião quando nós for assinar de novo a partir e novembro, dezembro vai ter reunião. Mais durante esse período. Aí parece que a Colônia não existe. Muita coisa a gente não fica informado que a Colônia tenta passar pra cá. Tem projeto bom pro pescador fazer e a gente não é informado (Maria Sherly Neves, 35 anos, Joroca de Cima).

Nesse sentido, Rodrigues (2012, p. 55) afirma que,

Em termos políticos [...] os homens, enquanto classe trabalhadora, têm necessidades por meio das relações sociais permeadas pelo trabalho, buscando um amoldar-se coletivamente, enquanto objetos da natureza, em torno de projetos humanizantes de existência, o que pode consubstanciar-se em luta de classe e, por extensão, a organização social.

É possível identificar que dentro das organizações os saberes de pesca que se constituíram pela relação de trabalho transformam essas experiências práticas em formação, ao desenvolver nos trabalhadores e trabalhadoras outros saberes com sentido político e administrativo. E isso fica evidente na fala da pescadora quando indagada sobre a oferta de cursos pela organização de qual faz parte:

Olha até agora ainda não, até porque agora a pouco tempo que surgiu esse sindicato (se referindo ao SINPESCA) ainda não tem estrutura ainda eles tão querendo uma estrutura pra poder colocar peixaria pros ribeirinhos pra aquele que não puder pegar peixe lá pra vender pra se manter também eles querem colocar isso também, precurar outras alternativas, tem época que o peixe falha, então, na época da piracema tem que dar tempo pro peixe desovar... Então tá procurando outro meio pra sustentar o pescador (Maria Suely Ferreira, 42 anos, pescadora de Mapiraizinho).

É possível notar na fala apresentada acima, o vínculo existente entre a pescadora e seu sindicato, que não é somente uma ligação burocrática, em que organização e associadas são independentes. Há por parte da pescadora o entendimento de que a organização é o meio pelo qual os interesses, necessidades e o trabalho do pescador e da pescadora teria um caráter de formalidade, organicidade e, portanto, o caminho para o reconhecimento. É ali também que há uma articulação com o outro no sentido de compartilhar saberes e experiências que permitam a realização de um trabalho de pesca que “respeite” a natureza e o ser que dela faz parte, no sentido de entender que haverá sempre um processo de ação humana, [...] “quer no campo das especificidades de cada tipo de trabalho, quer no campo das relações sociopolíticas enquanto luta de classes” (RODRIGUES, 2012, p.56).

Ainda sobre essa relação, Fischer e Tiriba (2009, p. 01) apresentam o conceito de saberes do trabalho associado que são:

[...] saberes produzidos pelos trabalhadores e trabalhadoras nos processos de trabalho que se caracterizam, entre outros, pela apropriação coletiva dos meios de produção, pela distribuição igualitária dos frutos do trabalho e pela gestão democrática das decisões quanto à utilização dos excedentes (sobras) e aos rumos da produção.

Os saberes que são apresentados acima ainda que estejam relacionados a modos de produção em fábricas e indústrias, conseguem representar em parte os saberes que são produzidos pelos trabalhadores e trabalhadoras da pesca artesanal. O que pode ser explicado quando Rodrigues (2012) analisa a experiência de gestão de criação de peixes no interior da organização de pescadores artesanais de Cameté, a Z-16, enquanto experiência empreendedora.

Não se trata de um processo destinado ao coletivo de pescadores, no sentido de pertencer a uma comunidade em sua totalidade, embora, no seu processo inicial de fomento, a ideia e a pratica realizadas pela Colônia eram de que a comunidade como um todo construísse os espaços de criação e socializasse a produção entre todos os envolvidos da localidade. Atualmente, no interior de uma localidade, vários pescadores podem ter cada um seu tanque, sua

criação, estando a produção a serviço de suas necessidades. Acaba-se partindo do pressuposto e que sucessos individuais culminarão para um somatório de sucessos que, no final das contas, resultarão em um desenvolvimento coletivo, porque diminuídas estarão as desigualdades individuais (RODRIGUES, 2012, p. 191).

Podemos afirmar, então, que a mulher pescadora é resultado da articulação dos saberes femininos na pesca e da afirmação desses saberes pela organização, quando da atribuição de outros sentidos para as experiências femininas. Pois, a experiência apresentada acima é comum entre as mulheres pescadoras de Mapiraizinho, que participaram da pesquisa. O que reforça que:

Coletivamente também se vivenciam modos de ser, produzir e de se reproduzir material, social e culturalmente. Nessas vivências, vão se criando saberes e tradições de um grupo, instituição, povo ou classe social. [...]. Compreendidas e apropriadas podem auxiliar cada trabalhador e cada coletivo de trabalhadores na construção ou modificação de seus projetos de vida ou de formação. [...]. Assim, na perspectiva de uma nova cultura do trabalho, os saberes do trabalho associado necessitam ser identificados, reconhecidos e legitimados (FISCHER e TIRIBA, 2009, p. 03).

Nesse sentido, os saberes femininos na pesca possibilitaram à mulher pescadora não somente o reconhecimento do seu trabalho, através do vínculo associativo, mas também a possibilidade de atuação política e administrativa nas organizações a que estão ligadas, em suas comunidades e em outras relações sociais. Além disso, contribuem para minimizar as desigualdades nas relações de gênero à medida que se incorporam os saberes femininos nas organizações associativas, através de sua participação.

Essa participação ainda é determinada pela condição de subordinação ao lar, em que de certa maneira interfere na atuação feminina. Mas também estratégias para essa atuação têm sido incorporadas por essas mulheres.

É, então, nessa lógica que as organizações de classe para as mulheres pescadoras se mostram importantes ao estabelecerem processos comunicativos com os outros sujeitos do coletivo. E para isso é preciso entender como a mulher pescadora tem participado das organizações e que processos de aprendizagem tem contribuído para a produção de novos saberes femininos.

3.8.1- Os saberes femininos e a participação

Os saberes femininos fortalecem a produção da pesca e conseqüentemente o papel político-social da mulher pescadora pelas várias formas de participação nas

organizações associativas. Essa participação pode ser entendida pelo crescimento associativo delas, por exemplo, na Colônia Z-16 que em 2003 contava com uma tímida participação das mulheres (FURTADO e BARRA, 2004) e em 2016 dos 14.893 associados e associadas (CARNEIRO, 2016, p.20) quase metade são mulheres, percebendo-se a influência da mudança de compreensão do trabalho feminino na pesca, segundo Maneschy (2013) através da Lei Federal nº 11.959 de 29 de junho de 2009, em que a “atividade pesqueira artesanal” passou a incluir “[...] trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca e o processamento do produto da pesca artesanal”, nos quais é grande a presença das mulheres.

Essas organizações têm contribuído de maneiras diferentes para a participação feminina e para a garantia dos direitos e deveres previdenciários e trabalhistas. Ao se associarem podem votar nas assembleias, escolher seus representantes, participar das decisões coletivas, concorrer a cargos administrativos etc., como garantido no estatuto de cada organização.

Essa participação desenvolve saberes de atuação política e social quando através das discussões coletivas em reuniões, estabelece acordos e reponsabilidades entre os pescadores e pescadoras para a execução do seu trabalho e enquanto associada. Há um processo de conscientização em que as informações se transformam em formação interferindo nas ações dos sujeitos.

Ela chama, faz reunião com a gente, aconselha deixar o peixe desovar. É pra que a gente não fique com necessidade, né. Aí é um bom trabalho até deles. Eles falam que não querem prejudicar ninguém. Só que as vezes o povo não compreende. É assim (Maria Sherly Neves, 35 anos, pescadora).

Há de se considerar que essa participação das mulheres tem influenciado em muitas das mudanças ocorridas no modo de realização das atividades de pesca na forma de pensar sua atividade e na sua própria ação sobre a natureza, já que seu trabalho está estritamente relacionado a ela.

Exemplo disso é o uso de instrumentos feitos de material reciclado, da criação de peixe e camarão em cativeiro ainda que em alguns momentos seja necessário descumprir alguns acordos como no caso de algumas famílias que segundo Maria Sherly Neves, pela demora no recebimento do seguro-defeso e a necessidade de sobrevivência precisam “mariscar um pouquinho”.

Às vezes acontece. Até inclusive aqui nesse último mês tava pra fechar a pesca começaram a andar e foi presa muitas malhadeiras. Aqui tava ajuntando janta pra jantarem de tarde foi pego umas quantas malhadeiras. Às

vezes como eu te falo. Hoje em dia tá caro, se tu não mariscar um pouquinho. Tu não consegue sobreviver. Dum jeito ou doutro tem que procurar também. (Maria Sherly Neves, 35 anos, pescadora).

Nessa perspectiva, os saberes femininos na pesca ganham visibilidade política fortalecendo o vínculo associativo através dos papéis que passam a desempenhar nas organizações associativas. São papéis que se definem pelas relações sociais e políticas dentro das comunidades.

Mesmo com esse reconhecimento a participação política das mulheres dentro dos espaços coletivos de classe, assim como no trabalho de pesca se apresentam em momentos e lugares diferentes e formas de atuação também distintas o que nos leva a refletir a “priorização” do espaço doméstico. Sobre essa participação Maria do Pilar, esclarece que antes de se aposentar só frequentava as reuniões quando precisava assinar algum documento, quando era extremamente necessária a sua presença, o que é reforçado quando diz: *“a mulher não vai quem vai é o homem”*. Nesse sentido, o homem passa ser um interlocutor em que participa das reuniões e ao chegar em casa “tem a obrigação” de repassar as informações para a mulher. É uma forma encontrada pela pescadora de fortalecer sua atuação, pois essas informações posteriormente serão repassadas para outras mulheres em conversas informais dentro da comunidade.

Portanto, as tarefas domésticas ainda estão diretamente ligadas às mulheres, contribuindo para sua subordinação ao lar e pouca frequência nos espaços públicos, justificando-se pelos aspectos culturalmente associados ao gênero masculino, como força, e insubordinação.

Nesse mesmo sentido, Gohn (2013, p.92) afirma.

Em relação, à participação da mulher em cargos na política pública, estatísticas têm demonstrado que ainda são casos isolados. Embora o simples acesso das mulheres aos cargos de representação pública não signifique mudança substantiva, se as estruturas de poder continuarem a funcionar do mesmo jeito. A mulher tem que introduzir seu modo de ser na gestão, e não desempenhar apenas um papel planejado por homens para ser ocupado também por homens.

Situação semelhante foi encontrada por Carneiro (2016) quando apresenta em sua pesquisa dados sobre a participação das mulheres pescadoras dentro das entidades representativas de classe em que das 92 coordenações de base que a Colônia Z-16 possui somente 12 são dirigidas por mulheres entre as quais estão: Muruacá, Itaúna de baixo, Corotá, Cuxipiari, Sede da Colônia Z-16, Mutuacá de baixo, Marinteua, Juruaté, Gama, Alvorada, Mará.

A forma das mulheres pescadoras para chegar a assumir uma coordenação dessas é explicada por Rodrigues (2012) que em suas análises atribui ao reconhecimento político e administrativo como habilidades consideradas importantes durante a escolha para o perfil do cargo de coordenador, ou seja, muitas dessas coordenações assumidas por mulheres são resultados de um prestígio da figura paterna ou mesmo do marido que articulados também ao envolvimento dessa mulher desde cedo com o trabalho de pesca e com a relação indireta mantida desde criança acompanhando os pais em reuniões, e nos movimentos das comunidades constitui *saberes para a atuação*.

Já no caso da pescadora Maria Suely Ferreira, revelou a forma “espontânea” de se tornar coordenadora em que conseguindo convencer um determinado número de mulheres pescadoras assumiu o cargo no SINPESCA. Os saberes para a atuação se constituíram desde que era associada ao STR e que só consegue manter-se no cargo pela cooperação das filhas nos serviços domésticos que lhe permite um tempo disponível para se dedicar as obrigações de coordenadora ou por planejar no horário da tarde os serviços da coordenação como ir de casa em casa levando avisos, ou mesmo orientar sobre determinadas situações. Essa foi uma das formas encontradas pela pescadora para conseguir desenvolver sua gestão.

Por outro lado, a figura feminina de fragilidade e inferioridade ainda tem prevalecido na escolha tanto para os cargos de coordenação como também os administrativos dentro das entidades e interferido nessa forma de atuação da mulher pescadora como procede na fala de Maria Sherly Neves

Às vezes tem umas que dão uma faladinha por lá, mas não é decidido nada, às vezes a voz do homem que tem que ser mais... que ainda tem. Fizemo várias reunião pra colocar coordenador que tem capacidade pra trabalhar, tem mulher que tem capacidade pra trabalhar mais que um homem, assim pra se expressar, pra falar, só que eles falam que mulher tem um poder mais fraco do que um homem, num tem. Ah, tá difícil. Mulher não sabe resolver nada. tem mulher que sabe. Sabe resolver muita coisa” (Maria Sherly Neves, 35 anos, pescadora).

A presença das mulheres nessas organizações não significa que na prática a valorização dos seus saberes ou de sua participação aconteça da mesma maneira que a do homem, pois segundo Maneschy (2013) “[...] as colônias de pescadores foram, desde sua criação a partir da segunda década do século passado; espaços eminentemente masculinos”. Nascimento (2015) também discute nessa mesma ótica quando afirma que as mulheres pescadoras já participam das colônias de pescadores, associações, mesmo que, muitas vezes, silenciadas pela supremacia masculina no âmbito local, estadual e

nacional. Índícios da pouca atuação feminina nas organizações em Cameté foram observados durante a pesquisa, pois, não encontramos uma mulher que se destacasse politicamente nem nas comunidades, ou por algum cargo relevante dentro da organização.

Essa participação mesmo sendo garantida em lei e amparada juridicamente, como no caso do Estatuto da Colônia, em que no “Art.5º- São direitos dos associados e associadas: quites com suas obrigações sociais: II- Participar de todas as assembleias, propondo, discutindo, votando e sendo votado”; não impede que a ação política e o silenciamento feminino aconteçam, pois o discurso masculino sobre a função biológica da mulher como quando expresso pela fala da pescadora apresentada acima demonstra indignação quanto à falta de compreensão por parte dos homens e até das próprias mulheres, pois estas acabam reproduzindo o discurso masculino, da incapacidade feminina, nos levando a entender segundo Louro (1997, p. 20) que “[...] a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender- e justificar- a desigualdade social”.

Essa situação também foi observada em reunião de coordenadores e coordenadoras na Colônia Z-16 (ver figura 25) quando havia um número expressivo de homens em relação às mulheres.



Figura 25 - Reunião de coordenadores e coordenadoras realizada na sede da Colônia Z-16/Cametá-Pa. Fotografia de Gislane Damasceno, 2015.

Por outro lado, a participação das mulheres, ainda que mínima em termos de representação, vem possibilitando a construção de um novo cenário, influenciando na superação das desigualdades pois, como no caso de Maria Suely Ferreira, que assumiu uma das coordenações no SINPESCA onde é associada, ao ser convidada, assumiu as

mesmas obrigações e responsabilidades dos coordenadores, demonstra conhecer sua função como apresentado em sua fala a seguir quando questionada sobre sua atuação enquanto coordenadora

Muitas reuniões... pra falar sobre pescador, pra dar orientação. Como fazer um cadastro, pra ver se a pessoa tá em dias, pra dizer como está o andamento do pescador, como está... tem que ver que olhar que entrar na pesca não é só pra receber dinheiro, pra entrar na pesca agora eles tão querendo tem que percurar os seus direitos tem muitos direitos. A pesca dá muitos direitos. Agora tem uns que entra só por causa do dinheiro... (Maria Suely Ferreira, 42 anos, pescadora de Mapiraizinho).



Figura 26 - Participação das mulheres em reunião setorial organizado pela Colônia Z-16 quando da discussão sobre o seguro- defeso. Fonte: Gislane Damasceno arquivo pessoal, 2014.

Para assumir o cargo de coordenação não basta somente estar associado, é levado em consideração o desempenho político, ou seja, sua atuação na comunidade. Entretanto, ainda é critério para assumir um cargo dessa natureza as responsabilidades com a família e os afazeres domésticos que estão sobre responsabilidade feminina.

Essa condição determina também a atuação enquanto associadas como afirma Maria Sherly Neves *“se as mulheres quiserem ir na reunião tudo bem, mas se não, tanto faz”* o que explica a falta de tempo disponível para frequentar as reuniões já que privilegia o trabalho doméstico.

Essas informações vão interferindo no vínculo associativo, pois acontecem de acordo com a atuação de cada organização, tendo em foco uma variedade de interesses

relacionados a direitos previdenciários e trabalhistas, bem como aqueles que interfiram na forma de produção da pesca, nas relações de gênero, enquanto relações simétricas, de valorização de homens e mulheres, na educação.

É nesse sentido, que os saberes femininos quanto aos direitos associativos influenciam no desligamento voluntário, pois, quando a pescadora Maria Raimunda Dias Barros, da comunidade de Mapiraizinho era filiada à APAMUC (Associação de Pescadores Artesanais de Cameté) não satisfeita, em receber somente o seguro-defeso decide associar-se à Colônia Z-16 que segundo a pescadora assegura “vários direitos”.

Nas reuniões, encontros, assembleias que acontecem quase que exclusivamente nas comunidades, em que a coordenação local convoca todos os pescadores e pescadoras para discutir assuntos referentes principalmente a documentação ou informações sobre o período de procriação dos peixes o que inclui o seguro-defeso, vários saberes vão sendo compartilhados como os que se referem a aspectos jurídicos, políticos, e de trabalho.

É dessa forma que as pescadoras vão aprendendo a dialogar e desenvolvem uma linguagem necessária em variadas situações como documentação, transações bancárias, benefícios no INSS, que precisam ser resolvidos na cidade ou na Capital do Estado ou na própria sede da organização. Entretanto, as informações poderiam ser bem mais esclarecedoras por parte das associações como a ajuda de assessoria para possibilitar o acesso a projetos como o descrito abaixo:

Olha uma vez que veio um projeto, mas só foi dito. Foi levantado esse negócio de tirar dinheiro foi R\$ 2.000,00, cada pescador que era pra colocar uma coisa pra trabalhar né, pra ajudar. Só que a gente não sabia como era e ninguém tirou. Fica tudo assim desinformado. A gente... não é assim pra sentar... olha pessoal tem isso daqui, não tem uma informação boa, não tem quem explique as coisas direito (Maria Sherly Barra, 35 anos, pescadora de Joroça de Cima).

O envolvimento com as problemáticas coletivas desenvolve uma tomada de consciência nessas mulheres, uma subjetividade em que reconhecem a necessidade de interferir e transformar as condições de seu dia a dia, pois, aprendem na troca de experiências a buscar, questionar e a propor soluções. Dessa forma, compreendem a importância de sua participação nas organizações, seja através do voto, ou por meio de opiniões e decisões o que permitiria que problemas específicos das mulheres, ligados ao trabalho e ao cotidiano pudessem ser colocados em evidência, incentivando sua prática e garantindo sua valorização enquanto ser social. Pois os direitos e deveres associativos são iguais, entretanto, as decisões são tomadas a partir de um olhar ou discurso

masculino, influenciados pela coordenação que na maioria é de homens, ou pela diretoria que também é composta por eles.

Tanto homem, quanto mulheres, são tratados da mesma forma. Não vem assim, ah vai ter um projeto para as mulheres. Se quiserem fazer um plantio pra fazer uma coisa uma horta. E aí ajudaria muito, né. Projeto para mulheres não tem nada. Assim às vezes eles tratam mais dos homens do que das mulheres. Se as mulheres quiserem ir na reunião tudo que bem, mas se não, tanto faz (Maria Sherly Barra, 35 anos, pescadora de Joroca de Cima).

Esse saber que como já abordamos acima é político e social, construído nas relações dos embates diários das atividades e da participação na organização. No saber político as mulheres além da participação buscam superar a identidade biológica de frágeis e incapazes para atuar dentro da entidade, problematizando diversas situações inclusive o trabalho da própria organização quanto a forma de gestão. As palavras de Maria Sherly Barra são reveladoras de como percebem o trabalho desenvolvido pela organização a que está associada

Que o presidente reunisse bastante mais com a gente. Isso é uma coisa que. Porque nós temo coordenador, mas ele só faz reunião quando ele quer a parte dele do dinheiro, às vezes a gente não é totalmente informado do que a Colônia. Às vezes a gente só tem reunião uma vez por ano. Durante nós tá, nós recebemo seguro agora só vai ter reunião quando nós for assinar de novo a partir de novembro, dezembro vai ter reunião. Mas, durante esse período. Aí parece que a Colônia não existe. Muita coisa a gente não fica informado que a Colônia tenta passar pra cá. Tem projeto bom pro pescador fazer e a gente não é informado (Maria Sherly, 35 anos, pescadora de Joroca de Cima).

Ao se falar do saber social é possível perceber alguns dos interesses da mulher pescadora que vai além de proposta relacionada à atividade que desenvolvem, ou seja além do trabalho, consideradas por elas insuficientes. As mulheres pescadoras esperam projetos que tenham significado para a sua vida. Sentem falta de informações relacionadas à saúde como revelado na fala da pescadora Maria Sherly Barra quando afirma: “A Colônia nunca, nunca fez nada[...] Ela nunca mandou equipe pra fazer palestras” e também quanto a formação escolar que precisam levar em consideração a dinâmica de tempo do trabalho e do cotidiano, pois, para Maria Suely Ferreira, sua maior dificuldade para estudar está relacionada aos “serviços de casa e as crianças que tinha muito”.

O envolvimento da mulher no processo produtivo da pesca permite a ela reivindicar acesso à melhores condições de trabalho e conseqüentemente geração de

renda, a fim de valorizar seu produto, bem como suprir a falta dele, pois o pescador e a pescadora não conseguem mais sobreviver somente do que a natureza oferece, são necessárias outras formas de produção como as já discutidas anteriormente. No sentido de valorização do que produz, a pescadora Maria Suely Ferreira sugere o que deve ser feito:

Pudia ser assim, os pescadores (referindo-se a homens e mulheres) irem tudinho ficarem com seu peixe freco lá na ponte (referindo-se a ponte da Colônia Z-16) todo mundo chegava não precisava tá subindo indo pro mercado[...] falta uma orientação pra eles, como a gente pega camarão vai daqui, sabe onde é que encontra peixe da região, peixe bom, porque esse peixe que vem de fora já tem semanas e semanas no gelo. Então, se eles colocassem lá, a venda do peixe lá no trapiche aí sabia onde encontrar o peixe da região, o peixe bom (Maria Suely Ferreira, 42 anos, pescadora de Mapiraizinho).

A organização quanto a venda do produto, possibilitaria um local adequado para os trabalhadores da pesca encostarem o seu transporte e descarregarem seu produto, facilitaria a compra do gelo fabricado pela cooperativa da Colônia Z-16 para garantir a durabilidade do produto e os consumidores saberiam exatamente onde comprar a produção vinda das comunidades ribeirinhas, além de haver uma negociação no valor de venda. Nesse sentido reforça-se o sentido da organização enquanto espaço de aprendizagens que desenvolve saberes relacionados ao trabalho e a gestão o que segundo Fischer e Tiriba (2013) [...] nas experiências de produzir a vida associativamente, as classes trabalhadoras ensaiam a autogestão, visando à autonomia e autodeterminação no trabalho e em todas as instâncias das relações sociais”.

O que podemos perceber é que o amadurecimento político e social da mulher pescadora se desequilibra em muitos momentos, pois, ainda estão submetidas pelas contradições de classe, de pobreza, de ser mulher.

Quando as mulheres pescadoras conseguem se inserir em algum programa, benefício ou projeto como o bolsa família ou o seguro defeso, resultado de políticas sociais encontram dificuldades de acesso a eles, devido a burocracia ou a falta de planejamento, atrelados à péssima estrutura das agências bancárias. Para receberem qualquer um dos dois, passam horas na fila com suas crianças, pois não podem deixá-las em casa (ver figura 27). Há portanto, a violação dos direitos da criança e da mulher como também a falta de políticas públicas por creches, por exemplo. É evidente o despreparo das agências bancárias, que não suportam o quantitativo de pessoas para receberem qualquer um dos benefícios, já que atendem a demanda dos outros municípios da região do baixo Tocantins.



Figura 27 - Pescadores e pescadoras com crianças de colo enfrentando filas para ter acesso ao seguro defeso. Fotografia de Gislane Damasceno, 2016.

A falta de conhecimento sobre esses direitos que são violados, como a exposição desde a madrugada das mulheres pescadoras juntamente com suas crianças nas filas, ao sol ou a chuva (ver figura 28), é um entrave para que recorram aos órgãos competentes para reivindicá-los por falta de conhecimentos burocráticos e acabam se submetendo a essas condições. Falta portanto, um diálogo mais efetivo com as organizações associativas para resolver esse problema.



Figura 28- Mulheres pescadoras em frente à casa lotérica para receber o seguro defeso. Fotografia de Gislane Damasceno, 2016.

É isso que possibilita não ignorar, [...] o caráter educativo dos movimentos, seu papel na cena pública relativo ao tema da inclusão social, a cultura política e suas manifestações na área da educação – formal e não formal (GOHN, 2013). O que leva a destacar que vários cursos têm sido oferecidos pelas organizações para os associados e associadas enfatizando o caráter educativo de educação não formal.

Entre esses cursos alguns foram citados pelas pescadoras como a I oficina: Mulheres e relações de Gênero, organizado pela APAMUC (ver figura 29), e outros organizados pela Z-16 como de inclusão digital, cursinho popular, gestão compartilhada, uso de recurso pesqueiro e cooperativismo.

REALIZAÇÃO:
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
Pré-Reitoria de Extensão
Campus Avançado
PROJETO PARA LEITURA VAL-QUEM-QUER
Prof. Mc. Izilda Nazaré de A. Cordero
EIXO DE PESQUISA E EXTENSÃO EM ED. SEXUAL
Prof. Esp. Gabriela Costa Favali

EQUIPE ORGANIZADORA:
Gabriela Costa Favali
Coordenadora Pedagógica
Taymara Lisboa Silva
Coord. Docente
Andres Barroso
Docente
Paloma Mendes
Docente

CONTATOS:
Gabriela Favali
gafavali@gmail.com
(91) 99207-6193
Taymara Lisboa
taymaralisboa14@gmail.com
(91)98127-7516

REALIZAÇÃO:
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
PRÉ-REITORIA DE EXTENSÃO
CAMPUS AVANÇADO 2016
PROJETO PARA LEITURA VAL-QUEM-QUER
EIXO DE PESQUISA E EXTENSÃO EM
EDUCAÇÃO SEXUAL - ESEX

**I OFICINA:
MULHERES E RELAÇÕES
DE GÊNERO**

**"Sexualidade e Gênero: diálogos
feministas, direitos da mulher
e empoderamento feminino"**

De 22 a 26 de agosto
Local: Auditório da APAMUC

**"Se é meu silêncio
que te faz forte,
então, devo aprender
a gritar".**

INSCRIÇÕES:
Grupo Compromisso Social Mulher
Joiceleily Sousa (APAMUC)
Secretaria Municipal de Educação - SEMED
Prof. Ana Cristina Pereira Teles
Sind. das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais
Pres. Valdirene Gonçalves
INSCRIÇÕES ON-LINE:
Encaminhar Ficha digital para: serepenae@gmail.com

APOIO:
CAMEIJA, APAMUC, SEMED, SINDICATO

APRESENTAÇÃO
A relação de poder entre mulheres e homens ainda é muito vivível na sociedade. Isso se deve a um passado patriarcal, onde os homens lideravam a família e exerciam uma relação de poder para com suas esposas. São contra essas perspectivas que o feminismo vem lutando, para a igualdade, uma sociedade onde a mulher tenha o seus direitos assegurados e seu corpo respeitado, para que a divisão sexual de trabalho seja extinta.
A posição da mulher ao longo da história vem sofrendo mudanças, as mulheres vem se empoderando e ganhando força para travar uma árdua batalha contra os abusos, a discriminação, a violência e para fazer valer, efetivamente, os direitos garantidos pela lei a igualdade e liberdade.
O Eixo de Educação Sexual - EDUSEX é parte integrante do Projeto Para Leitura Val-Quem-Quer (PLVQQ) e vem, ao longo de quatro anos, desenvolvendo atividades em comunidades rurais-ribeirinhas da região de Belém e, mais recentemente, no Distrito Rural de Cametá, relacionadas à sexualidade humana e à Educação Sexual, com o objetivo propiciar melhor entendimento das relações de gênero, lutas e direitos, conquistados pelas mulheres, assim como, também, fortalecer o vínculo entre elas de forma a gerar a quebra do silêncio e da aceitação, vigentes em muitos casos.
É preciso combater a cultura machista instituída na sociedade e isso não significa inferiorizar ou dominar os homens, mas desconstruí-los desse patriarcado instituído socialmente, aprimorar o acesso das mulheres a postos de trabalho e cargos elegíveis, promover melhores salários, efetivar o direito da mulher sobre o seu próprio corpo e sobre a sua liberdade individual, além pressionar os órgãos de proteção à mulher, para que suas ações sejam do aspecto burocrático e alambicadas, real e eficientemente, as vítimas as quais se destinam.

"Ser feminista continua sendo defender a maioria silenciosa das mulheres, ajudá-las a libertar-se e adquirir seus direitos"
(Isabel Allende)

PROGRAMAÇÃO
08h00 - Abertura
Prof. Mc. Roble Tenório (SEMED)
Sr. Jeremias Mendes (APAMUC)
Ver. Cleidinho Teles (Comprom. Social)
Prof. Mc. Izilda Cordero (PLVQQ)
Prof. Esp. Gabriela Favali (EDUSEX)
• 22/08 (Segunda) - Manhã
08h50 - Dinâmica: Bexiga dos sonhos
09h10 - Apresentação da temática
09h20 - Roda de conversa:
"Ser feminista ou não ser?"
10h20 - Vídeo:
"Precisamos falar sobre machismo"
Caixa de segredos
• 23/08 (Terça) - Manhã
08h30 - Linha histórica das lutas pelos direitos da mulher
09h10 - Debate
10h10 - Construção de cartazes
10h50 - Caixa de Segredos
• 24/08 (Quarta) - Manhã
08h30 - Projetando o Amanhã
09h30 - Apresentação dos projetos
10h10 - Dinâmica e vídeo "Retratos da real beleza"
10h50 - Caixa de Segredos
• 25/08 (Quinta) - Manhã
08h00 - Apresentação de Slides: Violência contra mulher.
08h40 - Roda de conversa.
09h10 - "2 minutos para entender a Cultura do Estupro".
10h10 - Dinâmica "#Meu Primeiro Assédio"
10h30 - Caixa de Segredos
• 26/08 (Sexta) - Manhã
08h00 - Construção de Manifesto
"Se meu silêncio te faz forte, então, devo aprender a gritar"
09h30 - A Arte do Empoderamento
10h40 - Caixa de Segredos
• 26/08 (Sexta) - Tarde
16h00 - Ato Público
Exposição de trabalhos e debates
Local: Praça da Justiça - Centro
18h00 - Encerramento

Figura 29- folder de encontro realizado pela APAMUC. Fonte: Internet, 2016.

Segundo as mulheres pescadoras, os cursos atendem suas necessidades em parte, pois, quando se trata de adequá-los à participação, na maioria das vezes a inconveniência de local, horários e datas não são compatíveis com a possibilidade de se fazerem presentes. Para esclarecer essa situação Gohn (2011, p. 112) afirma ser preciso "[...] atentar para as questões das metodologias e modos de funcionamento, por serem um dos aspectos mais relevantes do processo de aprendizagem".

Diante disso, o tempo da mulher não é levado em consideração, haja vista, que precisa de toda uma logística, como se deslocar até a cidade onde os cursos na maioria das vezes são realizados, ou então, conseguir alguém que assuma a responsabilidade e

cuidados com os filhos especialmente com as crianças menores, caso contrário são “obrigadas” a levá-los aos cursos.

Para Silva (2016, p. 43) ao analisar o reconhecimento e valorização do trabalho das pescadoras afirma que “a participação feminina na Z-16, ainda que apresente números bastantes significativos, carecem de mais espaço e voz nessa organização, fazendo com que as pescadoras sintam a necessidade de ações que possam atender suas demandas e especificidades”.

Assim, ainda que as organizações associativas estejam realizando cursos, encontros, reuniões, só conseguem atingir comunidades específicas, então, a questão a ser pensada precisa considerar as dificuldades de participação das mulheres, a dinâmica geográfica do município, bem como a importância e necessidade dos cursos que são oferecidos articulados aos saberes femininos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se propôs a analisar as práticas e saberes das mulheres na atividade de pesca que se processam no interior de comunidades ribeirinhas. Joroca de Cima e Mapiraizinho foram os contextos que ajudaram a descrever as práticas das mulheres relacionadas à pesca bem como interpretar os saberes femininos que possuem dessa atividade possibilitando a elas falarem e expressarem o pensamento sobre o que fazem.

Uma das primeiras considerações a respeito dos saberes femininos de pesca está ligada a uma especificidade que vai sendo construída no decorrer da vida das mulheres ainda na infância. Aprender com os pais os saberes de pesca envolve outras categorias como espaço e tempo, pois na realização da atividade há uma demarcação do de onde a mulher vai exercer suas práticas e a definição do que deve aprender. Há uma dupla aprendizagem para a mulher, pois aprende os trabalhos de pesca relacionados à captura e aqueles que se realizam no espaço doméstico.

Esse espaço da mulher na pesca representa relações sociais em decorrência de funções, e como nos afirma Milton Santos (2008) “O espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual”. Ou seja, esse espaço de realização da pesca pelas mulheres acaba por definir os saberes que precisam aprender e não o contrário. Isso quer dizer que para a mulher os saberes relacionados a pesca nos igarapés ou rios próximos ao lar é o necessário, assim como, aqueles de pré e pós captura realizados dentro de casa.

Nesse sentido, as mulheres ao realizarem atividades de pesca antes, durante e após a captura dependente das responsabilidades domésticas limita também o tempo que se define pelos cuidados com o lar, filhos e marido. Assim, as atividades relacionadas ao lar limitam e definem onde, quando e como elas irão realizar as atividades de pesca.

Embora a captura não seja tão frequente para as mulheres quanto é para os homens, isso não significa que elas não dominem os conhecimentos necessários à atividade como o conhecimento da maré ou o domínio dos instrumentos, por exemplo, entretanto, ao realizar a atividade configura-se uma especificidade, na forma diferenciada de fazê-la e em decorrência do espaço e do tipo de produção que precisa.

De maneira geral, há uma necessidade da compreensão do próprio processo de pesca, das etapas de realização da atividade que possam garantir o reconhecimento dos

saberes femininos levando em conta as particularidades que as mulheres desenvolvem com os saberes de pesca.

Reconhecer essa especificidade com que a mulher pescadora realiza seu trabalho é fundamental para a afirmação dos saberes femininos, pois subsidiarão a participação nas entidades representativas, orientarão as demandas específicas para a qualificação do trabalho da mulher.

A prática das mulheres ajuda a identificar os saberes femininos e como vão se afirmando. Diante disso, a pesca do camarão, e a utilização dos instrumentos para sua captura ou posteriormente para sua preparação indicam saberes femininos, pois faz parte da definição de papéis que as mulheres vão aprendendo durante sua formação.

Através do cotidiano as mulheres passam a definir esse espaço de atuação na pesca, pois é nele que as tarefas domésticas de sua responsabilidade estão organizadas. Portanto, contribuindo com a maneira diferenciada com que trabalham na pesca.

Os saberes femininos de pesca por se articularem com as tarefas do lar e se definirem em função destas revela que há uma hierarquia de saberes e de práticas em que os minimizam em relação ao masculino.

A pesquisa revelou que a luta das mulheres pescadoras visível ou não, é diária, algumas não tem consciência disso, mas travam embates constantemente através dos trabalhos que realizam, pois, aprenderam ao longo da vida, a dar conta de muitas tarefas que se dividem entre o espaço doméstico e o espaço público. Suas práticas revelam que seus saberes não se restringem a um determinado espaço. Ao contrário, avançam, superam, extrapolam limites, sempre prontas para compartilhar saberes, melhorar sua atividade na pesca e adaptá-la à sua maneira e condições para realização. Nesse sentido é que nos levou a escolha do título desta dissertação: “No lar, nas águas, na vida: Práticas e saberes das mulheres pescadoras nas comunidades ribeirinhas em Cameté-Pa”. Visto que, os saberes da mulher pescadora são resultados das relações que se travam no cotidiano e no trabalho de pesca, portanto, apresentando-se como importantes para a atividade produtiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACYPRESTE, Izadora Pereira. **Mulheres pescadoras**: As tramas e os dramas do trabalho feminino na pesca. Revista Intercâmbio- vol. VI-2015.

ANDRÉ, Marli Eliza D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

_____. Estudo de caso em Pesquisa e Avaliação educacional. Brasília: Liber livro, 2005.

ALVAREZ, Sonia A. **Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia**. In: STEFAN, Alfred (Org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.315-380.

BARRA, José Domingos Fernandes. **A Relação Trabalho e Educação no contexto dos acordos de pesca em Cametá-PA**: Uma alternativa econômica ou uma prática de resistência? Belém, 2013.115 p. Tese (Mestrado em Educação). Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará.

BRAZ, Marcelo, NETTO, José Paulo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviços social; v.1)

CARNEIRO, Luana Rodrigues Carneiro. **As Pescadoras Artesanais da Colônia Z-16 de Cametá-Pa**: Cultura e saberes do trabalho na pesca em comunidade ribeirinha. Cametá/Pa. 2016.FAED.

COELHO, Anny Letícia Pereira. **Tecnologia Social de incubação de empreendimentos solidários e de autogestão**: análise da organização do trabalho da associação de reciclagem e proteção ambiental (Arpa/Manaus-Am). Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Manaus, 2011.

COSTA, Gilson da Silva. Desenvolvimento Rural Sustentável com Base no paradigma da agroecologia: Estudo sobre a região das ilhas em Cametá, Pará-Brasil. Dissertação de mestrado defendida no Planejamento do Desenvolvimento-Plades. Belém, 2003.

DIAS, Maria Odila Leite Dias. **Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FASSARELA, Simone Simões. **O trabalho Feminino no contexto da pesca artesanal**: percepções a partir do olhar feminino.Ser Social, Brasília, v.10,n.23,p.171-194, jul.2008.

FISCHER, Maria Clara Bueno. TIRIBA, Lia. **Aprender e ensinar a autogestão**: espaços/tempo do trabalho de produzir a vida associativamente. Perspectiva, Florianópolis, v. 31 n. 2, 527-551, maio/ago. 2013.

_____. Saberes do trabalho associado.

FISCHER, Maria Clara Bueno. FRANZOI, Naira Lisboa. Saberes do Trabalho: Situando o tema no campo do trabalho-educação. Trabalho Necessário-www.uff.br/trabalhonecessario; Ano 13, Nº 20/2015.

FURTADO, Gislane D.; Barra, José D. F. **Pescadores Artesanais de Cametá: Formação histórica, movimentos e construção de novos sujeitos.** Cametá, PA: Novo tempo, 2004. (Coleção Novo Tempo Cabano; 5).

FURTADO, Lourdes; LEITÃO, Wilma; MELLO, Alex Fiúza (Orgs.). **Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

GARCIA, Narjara Mendes. **Educação nas famílias de pescadores artesanais: transmissão geracional e processos de resiliência .** Rio Grande do Sul. RS. 2007.

GARCIA, Regina Leite Garcia (org.) **Aprendendo com os movimentos sociais.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

Sindicato: um lugar de aprendizagem. Sônia Latgé Milward de Azevedo

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilização no Brasil contemporâneo.** Petrópolis. Vozes, 2013.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós- modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro -11ª ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HIRATA, Helena e SEGNINI, Liliana. **Organização, trabalho e gênero** (organizadoras). São Paulo: editora Senac São Paulo, 2007. – (Série Trabalho e Sociedade)

Inserção das mulheres no mercado de trabalho na América Latina: uma força de trabalho secundária? Laís Abramo. Trad. Olga Cafalchio. Flexibilidade, trabalho e gênero. Helena Hirata

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade, educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1988.

MANESCHY, M. C. **Da casa ao Mar: papéis das mulheres na construção da pesca responsável.** Proposta Nº84/85 Março/Agosto de 2000.

_____ **Mulheres na pesca artesanal: Trajetórias, identidades e papéis em um porto pesqueiro no litoral do estado do Pará.** Editora da UFPA 2001

Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos / Delma Pessanha Neves, Leonilde Servolo de Medeiros (Organizadoras). – Niterói : Alternativa, 2013. 431 p. ; 23 cm. ISBN 978-85-63749-07-9

MARTINS, Egidio. **Trabalho, educação e movimentos sociais: um estudo sobre o saber e a atuação política dos pescadores da Colônia Z-16, no município de Cametá-PA.** Dissertação (Mestrado em Educação) – UFPA, 2010.

MENEZES, Ana Maria Ferreira. CAMPOS, Maria de Fátima Hanaque Campos. Saberes e Práticas da atividade produtiva das mulheres marisqueiras na comunidade do Mangue Seco em Valença (BA). FAPESB

NETO 1994,p51

PDA – Subprograma Projetos Demonstrativos. **Cametá**: as experiências nas localidades de Joroca de Baixo e Cuxipiari Carmo. Série Sistematização: comunidades construindo sua sustentabilidade. Brasília: PDA, Revista II, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. tradução Angela M|S. Corrêa. 2007.

PINSK Carla Bessanenezi e Joana Maria Pedro. **Nova História das mulheres no Brasil**. 1. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Nas Veredas da Sobrevivência**: Memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos. Belém: Paka -Tatu. 2004.

PITANGUY, Jacqueline Leila Linhares Barsted (org.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010** / – Rio de Janeiro: CEPia; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

Priori, Mary Del (org.); Carla Bessanenezi Pinsk (coord. de textos) **História das mulheres no Brasil** 10. Ed., 3ª impressão. São Paulo: Contexto, 2015.

GODINHO, T; VENTURI, G (orgs). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**: uma década de mudanças na opinião pública. Prefácio: Eleonora Menicucci.- São Paulo: Editora Fundação Abramo: Edições Sesc SP, 2013.

RODRIGUES, Doriedson. **Saberes sociais e luta de classes**: um estudo a partir da Colônia de pescadores artesanais Z-16- Cametá/Pará. Tese (doutorado em educação) – UFPA, 2012.

REVISTA NA REDE - Revista da Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá-PA. Ano 1. Ed. 1. Julho de 2014. Gráfica Alves.

SCHMITZ, Vera Regina. Comunicação e saberes em diálogo: Perspectivas Internacionais nas Organizações Cooperativas. Intercom- Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Rio de Janeiro, Rj- 4 a 7/9/15.

SILVA, Lúcia das Graças. **Mulheres Pescadoras**: Práticas, saberes, lutas e direitos no contexto da Colônia Z-16 de Cametá/ Pa (2003 a 2015). FACTHO/UFPA.Cametá/Pa. 2016.

SIQUEIRA, Deis.MANESCHY, Maria Cristina. ALVARES, Maria Luzia Miranda. **Pescadoras**: subordinação de gênero e empoderamento. Revista Estudos Feministas, Florianópolis , 20(3):384, setembro-dezembro/2012.

SISTEMATIZAÇÃO. **Cametá**: as experiências nas localidades de joroca de baixo e cuxipiari carmo.2005.PDA.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **O gênero da representação: movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990)**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, n. 17, out. 1991.

STEARNS, Peter N. **História das relações de gênero**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

VEIGA-NETO, Alfredo. **É preciso ir aos porões**. Revista Brasileira de educação.v.17 n.50 maio-ago.2012

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1.ed.-23.reimpr.- São Paulo: Atlas, 2015.

APÊNDICE A- QUESTÕES PARA ENTREVISTA COM AS MULHERES
PESCADORAS NAS COMUNIDADES DE MAPIRAIZINHO E JIROCA DE CIMA
DADOS PESSOAIS

Nome: _____

Apelido: _____

Naturalidade: _____

Sexo: () M () F Idade: _____

Estado civil: _____

Número de filhos: _____

Número de dependentes: _____

Atividade(s) principal(is) de renda _____

Atividade secundária: _____

Tempo de realização: _____

() permanente () sazonal.

Importância da atividade: _____

A que se destina cada uma das rendas:

Escolaridade: _____

Cursos ? Quais? Quantos?

Tipo de moradia:

() alvenaria () madeira

Moradia:

() própria () alugada () outros _____

DIMENSÃO SOCIAL

Ligado à entidade representativa de classe? () Sim () Não

Qual a entidade? _____

Há quanto tempo? _____

Tipo de vínculo? _____

Qual a frequência de participação na entidade representativa de classe?

Que benefícios são garantidos a você enquanto trabalhadora da pesca e associada à entidade representativa de classe?

Tem assistência à saúde (pública/particular) _____

Tem carteira de trabalho assinada? () sim () não

() outros _____

DADOS DA EMBARCAÇÃO

Possui embarcação: () sim () não

Tipo: _____

PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA ATIVIDADE DE PESCA

Como se dá sua participação na produção da pesca?

O que pesca?

Com quem pesca? Por que?

Com o que pescam? São comprados ou você os produz?

Onde pescam?

Com que frequência?

Tempo de realização do trabalho? Existe um horário definido?

Finalidade

Verão/inverno

Como são definidos esses lugares? Você escolhe? São específicos?

Duração do seu trabalho na pesca

Produção (quantidade)

Conservação do pescado?

Existe processamento do pescado? Qual? Agrega valor ao produto?

Pesca preferida? Qual a razão?

Principais dificuldades em relação ao seu trabalho na pesca enquanto mulher?

Que mudanças seriam necessárias para melhorar a situação das mulheres na pesca?

Quais seriam os principais desafios e perspectivas em relação a atividade de processamento de pescado?

Já exerceu outra profissão? Qual?

SABERES FEMININOS PRESENTES NA PESCA

Com quem aprendeu a pescar?

Há quanto tempo você pesca?

Que tarefas são realizadas tanto por você quanto por seu companheiro, ou em cooperação?

Os tarefas de pesca realizadas em terra como: beneficiamento, comercialização, reparo de rede ou uma atividade produtiva não relacionada à pesca) são compartilhadas com seu companheiro?

Existem tarefas na pesca que só são realizadas por você ou por seu companheiro? Quais são essas tarefas? Por que existe essa definição?

Principais dificuldades em relação ao seu trabalho na pesca enquanto mulher?

Que mudanças seriam necessárias para melhorar a situação das mulheres na pesca?

Quais seriam os principais desafios e perspectivas em relação a atividade de processamento de pescado?

Já exerceu outra profissão? Qual?

RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DOS SABERES FEMININOS NA PESCA E NAS ASSOCIAÇÕES REPRESENTATIVAS DE CLASSE

Você se sente valorizada pelos trabalhos que realiza na pesca? Como você percebe isso?

APÊNDICE B - Quadro Identitário Das Entrevistadas**1- Maria Cleonice Rodrigues**

Profissão: Pescadora

Localidade: Mapiraizinho

Idade: 40 anos

Organização associativa: APADIC

Vínculo- associada

Tempo de entrevista gravada:

Escolaridade: Ensino Fundamental incompleto

2- Maria Suely Ferreira

Profissão: Pescadora

Localidade: Mapiraizinho

Idade: 43 anos

Organização associativa: SINPESCA

Vínculo- associada e coordenadora

Tempo de entrevista gravada:

Escolaridade: Ensino fundamental completo

3- Maria Francinete Rodrigues Xavier

Profissão: Pescadora

Localidade: Mapiraizinho

Idade: 33 anos

Organização associativa: Colônia Z-16

Vínculo- associada

Tempo de entrevista gravada:

Escolaridade: Ensino fundamental incompleto

4- Maria Raimunda Dias Barros

Profissão: Pescadora

Localidade: Mapiraizinho

Idade: 35 anos

Organização associativa: Colônia Z-16
Vínculo- associada
Tempo de entrevista gravada:
Escolaridade: Ensino fundamental completo

5- Fernanda Barra Sanches

Profissão: Pescadora
Localidade: Jorooca de Cima
Idade: 28 anos
Organização associativa: Colônia Z-16
Vínculo- associada
Tempo de entrevista gravada:
Escolaridade: Ensino médio incompleto

6- Maria Sherly Barra

Profissão: Pescadora
Localidade: Jorooca de Cima
Idade: 30 anos
Organização associativa: Colônia Z-16
Vínculo- associada
Tempo de entrevista gravada:
Escolaridade: Ensino médio

7- Maria do Pilar Neves Barra

Profissão: Pescadora aposentada
Localidade: Jorooca de Cima
Idade: 59 anos
Organização associativa: Colônia Z-16
Vínculo- ex-associada
Tempo de entrevista gravada:
Escolaridade: Ensino médio

8- Ana Maria Barra Neves

Profissão: Pescadora aposentada

Localidade: Joroça de Cima

Idade: 60 anos

Organização associativa: Colônia Z-16

Vínculo- ex-associada

Tempo de entrevista gravada:

Escolaridade: Ensino médio

APÊNDICE C - TERMO DE AUTORIZAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA

TERMO INDIVIDUAL DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAR COMO ENTREVISTADO DE PESQUISA

Título da pesquisa: Práticas de Ensino e Saberes das Mulheres em comunidades de pescadores artesanais no município de Cametá-Pa

Pesquisador(a): GISLANE DAMASCENO FURTADO

Orientador(a): Prof.^ª Dr.^ª Benedita Celeste de Moraes Pinto

Você está sendo convidado (a) para participar como entrevistado (a) da pesquisa **Práticas de Ensino e Saberes das Mulheres em comunidades de pescadores artesanais no município de Cametá-Pa**. É importante que você entenda o significado deste trabalho para decidir se você deseja ou não participar. A referida pesquisa tem como **objetivo analisar como as práticas e saberes femininos corroboram em seus processos de organização e participação política no seio da entidade representativa de classe**. Você foi informado/leu, teve suas dúvidas esclarecidas. Se você aceitou este convite: concorda/autoriza divulgar sua entrevista ou trechos dela em todas as etapas da pesquisa, inclusive no produto final da mesma? Da mesma forma, permite a divulgação de sua imagem (fotografia) e de seus familiares no trabalho? Caso positivo, por favor, assine abaixo. Caso você esteja, por algum motivo, impossibilitado de assinar este acordo e/ou autorização, mas deseja participar, duas testemunhas firmarão (assinarão) a rogo (a seu pedido e/ ou consentimento).

Data: 25/01/2017 Local: Napiraizinho

Assinatura: Mario Francinete R Xavier

Assinatura de Testemunhas a rogo:

Testemunha 1: _____ Testemunha 2: _____

Motivos de não assinatura:

- () Problemas provisório de visão
 () Cegueira definitiva
 () Não tateia no mundo da leitura e da escrita



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA

TERMO INDIVIDUAL DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA
 PARTICIPAR COMO ENTREVISTADO DE PESQUISA

Título da pesquisa: Práticas de Ensino e Saberes das Mulheres em comunidades de pescadores artesanais no município de Cametá-Pa

Pesquisador(a): GISLANE DAMASCENO FURTADO

Orientador(a): Prof^ª. Dr^ª. Benedita Celeste de Moraes Pinto

Você está sendo convidado (a) para participar como entrevistado (a) da pesquisa **Práticas de Ensino e Saberes das Mulheres em comunidades de pescadores artesanais no município de Cametá-Pa**. É importante que você entenda o significado deste trabalho para decidir se você deseja ou não participar. A referida pesquisa tem como **objetivo analisar como as práticas e saberes femininos corroboram em seus processos de organização e participação política no seio da entidade representativa de classe**. Você foi informado/leu, teve suas dúvidas esclarecidas. Se você aceitou este convite: concorda/autoriza divulgar sua entrevista ou trechos dela em todas as etapas da pesquisa, inclusive no produto final da mesma? Da mesma forma, permite a divulgação de sua imagem (fotografia) e de seus familiares no trabalho? Caso positivo, por favor, assine abaixo. Caso você esteja, por algum motivo, impossibilitado de assinar este acordo e/ou autorização, mas deseja participar, duas testemunhas firmarão (assinarão) a rogo (a seu pedido e/ou consentimento).

Data: 25/01/2011 Local: Mapiaizinho

Assinatura: María Cláudia Rodrigues

Assinatura de Testemunhas a rogo:

Testemunha 1: _____ Testemunha 2: _____

Motivos de não assinatura:

- () Problemas provisório de visão
 () Cegueira definitiva
 () Não tateia no mundo da leitura e da escrita



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA

TERMO INDIVIDUAL DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA
 PARTICIPAR COMO ENTREVISTADO DE PESQUISA

Título da pesquisa: Práticas de Ensino e Saberes das Mulheres em comunidades de pescadores artesanais no município de Cametá-Pa

Pesquisador(a): GISLANE DAMASCENO FURTADO

Orientador(a): Profª. Drª. Benedita Celeste de Moraes Pinto

Você está sendo convidado (a) para participar como entrevistado (a) da pesquisa **Práticas de Ensino e Saberes das Mulheres em comunidades de pescadores artesanais no município de Cametá-Pa**. É importante que você entenda o significado deste trabalho para decidir se você deseja ou não participar. A referida pesquisa tem como **objetivo analisar como as práticas e saberes femininos corroboram em seus processos de organização e participação política no seio da entidade representativa de classe**. Você foi informado/leu, teve suas dúvidas esclarecidas. Se você aceitou este convite: concorda/autoriza divulgar sua entrevista ou trechos dela em todas as etapas da pesquisa, inclusive no produto final da mesma? Da mesma forma, permite a divulgação de sua imagem (fotografia) e de seus familiares no trabalho? Caso positivo, por favor, assine abaixo. Caso você esteja, por algum motivo, impossibilitado de assinar este acordo e/ou autorização, mas deseja participar, duas testemunhas firmarão (assinarão) a rogo (a seu pedido e/ou consentimento).

Data: 25/01/2017 Local: Mapiraizinho

Assinatura: Maria Raimunda Dias Barros

Assinatura de Testemunhas a rogo:

Testemunha 1: _____ Testemunha 2: _____

Motivos de não assinatura:

- () Problemas provisório de visão
- () Cegueira definitiva
- () Não tateia no mundo da leitura e da escrita



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA

TERMO INDIVIDUAL DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA
 PARTICIPAR COMO ENTREVISTADO DE PESQUISA

Título da pesquisa: Práticas de Ensino e Saberes das Mulheres em comunidades de pescadores artesanais no município de Cametá-Pa

Pesquisador(a): GISLANE DAMASCENO FURTADO

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Benedita Celeste de Moraes Pinto

Você está sendo convidado (a) para participar como entrevistado (a) da pesquisa **Práticas de Ensino e Saberes das Mulheres em comunidades de pescadores artesanais no município de Cametá-Pa**. É importante que você entenda o significado deste trabalho para decidir se você deseja ou não participar. A referida pesquisa tem como **objetivo analisar como as práticas e saberes femininos corroboram em seus processos de organização e participação política no seio da entidade representativa de classe**. Você foi informado/leu, teve suas dúvidas esclarecidas. Se você aceitou este convite: concorda/autoriza divulgar sua entrevista ou trechos dela em todas as etapas da pesquisa, inclusive no produto final da mesma? Da mesma forma, permite a divulgação de sua imagem (fotografia) e de seus familiares no trabalho? Caso positivo, por favor, assinhe abaixo. Caso você esteja, por algum motivo, impossibilitado de assinar este acordo e/ou autorização, mas deseja participar, duas testemunhas firmarão (assinarão) a rogo (a seu pedido e/ ou consentimento).

Data: 25/01/2017 Local: Mapiaizinho
 Assinatura: * Maria Suelly Ferreira
 Assinatura de Testemunhas a rogo:

Testemunha 1: _____ Testemunha 2: _____

Motivos de não assinatura:

- Problemas provisório de visão
 Cegueira definitiva
 Não tateia no mundo da leitura e da escrita

APÊNDICE D- TERMO DE ENCAMINHAMENTO




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA
FACULDADE DE HISTÓRIA DO TOCANTINS

TERMO DE ENCAMINHAMENTO DE PESQUISA

Cametá, 07 de janeiro de 2016.

Via: Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura
Prof.^ª Dr.^ª Benedita Celeste de Moraes Pinto

Colônia de Pescadores 2-16

Encaminhamos a GISLANE DAMASCENO FURTADO, aluna regularmente matriculada no **Curso de Mestrado Educação e Cultura**, do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura da UPPA/Campus Universitário do Tocantins - Cametá, para executar atividades da pesquisa EDUCAÇÃO, GÊNERO E PESCA: **PRÁTICAS DE ENSINO E SABERES DAS MULHERES NAS COMUNIDADES DE PESCADORES ARTESANAIS/ CAMETÁ-PA**, no período de 08 de janeiro de 2016 a 30 de janeiro 2017. A referida pesquisa tem como objetivo analisar, os saberes sociais, as identidades, as vivências e as formas de trabalho construídos e/ou resignificadas no interior das organizações das mulheres pescadoras na própria Colônia de Pescadores, estando sob a orientação do Prof.^ª Dr.^ª Benedita Celeste de Moraes Pinto, professora/Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em educação e Cultura do Campus Universitário do Tocantins/UPPA-Cametá.

Atenciosamente,

Benedita Celeste de Moraes Pinto
Prof.^ª Dr.^ª Benedita Celeste de Moraes Pinto
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura do Campus Universitário do Tocantins/UPPA- Cametá
Port. Nº 3807/2014-REITORIA

Trav. Padre Antônio Franco, 2617 – Matinha,
Cametá - Pará – CEP: 68400-000 – Fone: 3781-1182/1158
Site: <http://www.posgraduacao.ufpa.br/ppgeduc>
e-mail: ppgeduc@ufpa.br

COLÔNIA DE PESCADORES 2-16
PROTOCOLO
EM. 02 / 02 / 2016
[Assinatura]

APÊNDICE E**Pesquisadora nas comunidades de Joroça de Cima e Mapiraizinho**



ANEXO A

ESTATUTO DA COLÔNIA DE PESCADORES ARTESANAIS DE CAMETÁ

0800 888 2373

ESTATUTO SOCIAL DA COLÔNIA DE PESCADORES Z - 16 DE CAMETÁ, REFORMADO NO DIA 26 DE JULHO DE 2009, ADEQUADO AO NOVO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO, INSTUÍDO ATRAVÉS DA LEI 10.406 DE 10 DE JANEIRO DE 2002.

R.F. S. P. I.
CAMETÁ - PA
27 NOV 2009

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, FINALIDADE, SEDE, JURISDIÇÃO, COMPETÊNCIA E PRAZO DE DURAÇÃO.

Art. 1º - A Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá, CNPJ nº 34.625780/0001-87 é uma pessoa jurídica de direito, com fins não econômicos, de caráter organizativo, que congrega pessoas que fazem da pesca sua profissão ou meio principal de vida, com sede na cidade de Cametá, sito à Trav. Porto Pedro Teixeira nº 165, Bairro de Brasília, tem foro na Comarca do município de Cametá, Estado do Pará e tempo indeterminado de duração.

§ 1º - A Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá tem como finalidade a representação e a defesa dos direitos e interesses de seus associados e associadas.

§ 2º - A área de atuação da Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá abrange todo território do Município de Cametá.

Art. 2º - Compete a Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá:

- I. Representar os associados e associadas junto aos órgãos público e privados e as autoridades em geral;
- II. Defender os direitos e interesses dos (as) associados (as), judicial e extrajudicialmente, ativa e passivamente;
- III. Buscar novas formas de aumentar a produção pesqueira e melhorar o padrão de vida de seus associados e associadas;
- IV. Combater qualquer ataque ao meio ambiente, especialmente a poluição aquática e a pesca predatória, podendo propor ação civil pública em defesa do meio ambiente;
- V. Prestar apoio institucional profissional aos seus associados(as) e as organizações de base comunitária;
- VI. Credenciar-se junto aos órgãos de ATER e instituições financeiras visando viabilizar crédito para atendimento de projetos específicos demandados pelos seus associados(as);
- VII. Trabalhar projetos de apoio as melhorias habitacionais e de saneamento básico para população ribeirinha
- VIII. Implantar projetos de infraestrutura de apoio a produção, beneficiamento e comercialização de produtos da cadeia produtiva do pescado.
- IX. Apoiar a implantação de projetos de diversificação produtiva visando dar condições de diminuição do esforço de pesca sobre os estoques naturais primando por ações de conservação;
- X. Fortalecer os acordos de pesca nas comunidades ribeirinhas;
- XI. Trabalhar pela regularização das propriedades e dos produtos dos pescadores artesanais através da elaboração de processos de Cadastro Ambiental Rural;
- XII. Trabalhar encaminhamentos de benefícios sociais dos pescadores e pescadoras como o auxílio doença, auxílio maternidade, pensão, auxílio reclusão, seguro-defeso, aposentadoria e outros.
- XIII. Desenvolver ações que reforce as relações de Gênero e envolva a juventude para a promoção do desenvolvimento.
- XIV. Participar dos conselhos municipais, propondo melhoria nas políticas públicas.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para o desenvolvimento de suas competências a Colônia de Pescadores poderá firmar contratos, convênios e acordos de colaboração com instituições públicas e privadas nacionais e internacionais.

em que sentido?

Com Zilvados de maveria muito parcial

em que sentido?

certifico que a presente Xerox contém o original. Dou fé.

União, Pará, 26 de Novembro de 2013

Maria Rosária D. Mendes

WALLER MOED

Substituto

CAPITULO II
DOS ASSOCIADOS

R. N. D. P. J.
G. Z. T. A. S. J.
27 NOV 2009

Art. 4º - Poderão associar-se à Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá somente as pessoas que pescam individualmente ou em regime de economia familiar e fazem da pesca sua profissão ou meio principal de vida, ou os pescadores e pescadoras ser maior de 18 anos e residir há mais de um ano na área de jurisdição da Colônia.

Art. 5º - São direitos dos associados e das associadas: quites com suas obrigações sociais:

- I. Gozar de todos os benefícios e prerrogativas que são atribuídas por Lei aos pescadores e pescadoras profissionais artesanais;
- II. Participar de todas as Assembléias, propondo, discutindo, votando e sendo votado;
- III. Representar contra os atos da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- IV. Ter amplo acesso, para exame de todos os livros e documentos que tenham implicação direta ou indireta com o patrimônio da Colônia;
- V. Convocar a assembléia geral, desde que o interesse na realização da mesma seja de pelo menos 1/5 (um quinto) dos (as) associados (as) em pleno gozo de seus direitos sociais.

Art. 6º - são deveres dos associados e associadas:

- I. Cumprir e zelar pelo cumprimento dos dispositivos deste estatuto;
- II. Comparecer regularmente à Sede da Colônia e estar sempre em diálogo com seu coordenador ou coordenadora, bem como de suas assembléias;
- III. Pagar regularmente à Colônia suas mensalidades e contribuições aprovadas em assembléias gerais;
- IV. Manter sempre atualizada a sua documentação.
- V. Participar de todos os atos, manifestações e eventos promovidos pela Colônia, em sua sede ou fora dela

Art. 7º - A inscrição do associado ou associada poderá ser cancelada por decisão da Diretoria, com anuência da coordenação, quando o associado ou associada:

- I. Deixar exercer a profissão por mais de um ano sem justificativa, será desligado automaticamente;
- II. Dilapidar o patrimônio da Colônia, devendo ser apurada mediante processo regular, garantido o direito de defesa;
- III. Não pagar sua contribuição por mais de seis meses, sem motivo justificado, será desligado automaticamente;
- IV. Desrespeitar o período de defeso do pescador.
- V. Associar-se a outra entidade que tenha a mesma competência da Colônia de Pescadores de Cametá e por ela submeter processos de benefícios sociais, particularmente os citados no inciso VIII do artigo 2.

§ 1º. Da decisão da diretoria que cancelar a inscrição de associado ou associada, caberá recursos, com efeito suspensivo, para Assembléia Geral, no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 2º. O associado ou associada excluído poderá ser admitido no quadro social, decorrido de um ano, desde que esteja exercendo a atividade de pescador ou pescadora e seja declarado pela coordenação, se não for reincidente ou estiver cumprindo pena.

§ 3º. Os associados e associadas não respondem, nem subsidiariamente, pelas obrigações sociais da Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá.



Confere com o Original. Dou fé.

Cametá, Pará 08/03/2013

Maria Amélia B. Moubel
Maria Amélia B. Moubel

CAPÍTULO III DO PATRIMÔNIO

R.T.D.P.A.
CAMETÁ-PA
27 NOV 2009

Art. 8º - Constitui-se patrimônio da Colônia:

- I. Os bens móveis e imóveis adquiridos pela Colônia ou regularmente e ela doados;
- II. O acervo resultante das contribuições dos associados e associadas e de taxas cobradas;
- III. Doações de terceiros;
- IV. Rendimentos de seus investimentos;
- V. Contribuições de órgãos públicos e particulares.

Art. 9º - Os bens imóveis da colônia não poderão ser alienados ou onerados sem aprovação da Assembléia Geral.

§ 1º. Os Bens móveis e imóveis da Colônia serão arrolados em inventário, em livro próprio, atualizado a cada passagem de mandato da Diretoria.

§ 2º. A administração patrimonial da Colônia é de competência da Diretoria.

Art. 10 - A Colônia não poderá contrair empréstimos, afiançar contratos ou assumir qualquer compromisso que possa vir a comprometer seu patrimônio, sem prévia e expressa autorização da Assembléia Geral.

Parágrafo Único - A prática de qualquer dos atos previstos neste artigo, sem a devida autorização da Assembléia Geral, responsabilizará pessoalmente o diretor que praticar o ato.

CAPÍTULO IV DAS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS

SEÇÃO I DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 11 - A Colônia administrativa por:

- I. Assembléia Geral, órgão deliberativo;
- II. Diretoria, órgão administrativo;
- III. Conselho Fiscal, órgão Fiscalizador;
- IV. Coordenação de Base, órgão mobilizador.

Certifico que a presente Xerox
Confere com o Original. Dou fé.

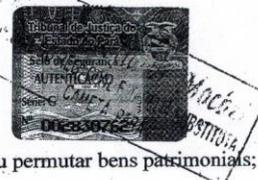
Cametá, Pará 08 / 03 / 2013

Maria Amélia B. Mochel
Maria Amélia B. Mochel
Tercia Substituta

SEÇÃO II DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 12 - Compete exclusivamente à Assembléia geral:

- I. Eleger e destituir a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- II. Decidir sobre reformas do Estatuto;
- III. Decidir sobre a convivência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- IV. Aprovar o regimento interno;
- V. Aprovar a programação anual da Colônia, submetida pela Diretoria;
- VI. Apreciar o relatório anual da Diretoria, bem como apreciar o plano de ações a ser executado;
- VII. Discutir e aprovar as contas e o balancete apreciados pelo Conselho Fiscal;
- VIII. Deliberar a respeito de benefícios a serem apreciados pelo Conselho Fiscal;
- IX. Fixar mensalidades e taxas a serem pagas pelos Associados e associadas;
- X. Dissolução da Colônia Z-16.



§ 1º. Para destituição dos membros da Diretoria e Conselho fiscal, reforma do Estatuto e extinção desta Colônia de Pescadores será necessário o voto concorde de 50% mais um presentes a Assembléia em primeira convocação, especialmente convoca para esse fim, não atingindo maioria absoluta se faz uma segunda convocação 30 minutos após a primeira, com o qualquer numero de associados presentes.

§ 2º. Os itens I; II; e VII de que trata este artigo serão realizados em Assembléia Geral convocada exclusivamente para tal finalidade.

Art. 13 – As Assembléias Gerais poderão ser ordinárias ou extraordinárias e serão normalmente convocadas pelo Presidente da Colônia ou por 1/5 (um quinto) de seus Associados e associadas, em solicitação dirigida ao Presidente da Colônia. Caso este não proceda a convocação dentro de 15 (quinze) dias, os associados e associadas solicitantes poderão convocar a Assembléia a ser presidida por associado ou associada efetivo escolhido entre os solicitantes.

§ 1º. As convocações serão feitas sempre por editais afixados na sede da Colônia, nos locais de concentração dos pescadores (as) e coordenadores (as) e outros meios de divulgação quando necessário.

§ 2º. Os editais de convocação especificarão a ordem do dia da Assembléia, incluindo-se na mesma, obrigatoriamente, os assuntos a serem discutidos e votados, e o item, o que ocorrer.

Art. 14 – As Assembléias Gerais deliberarão validamente:

- a) Em primeira convocação, feita com até 15 (quinze) dias de antecedência e com presença de qualquer número de associados presentes, exceto se deliberar sobre assuntos previstos no § 1º do Art. 12 deste Estatuto.
- b) Em segunda convocação, uma vez verificada a falta de “quorum”, uma hora após com dos Associados, exceto se deliberar sobre assuntos previstos no § 1º do Art. 12 deste Estatuto.

Art. 15 – Quinze dias antes da Assembléia Geral, a Diretoria colocará à disposição dos associados e associadas na Sede da Colônia cópias do balancete financeiro e da prestação de contas acompanhadas de parecer do Conselho Fiscal.

§ 1º. O associado ou associada não poderá votar em deliberação que diretamente a ele se refira, exceto em Assembléia Geral Eleitoral.

§ 2º. O processo de votação será determinado pela Mesa, com prévia consulta a Assembléia, exceto em Assembléia Geral Eleitoral;

§ 3º. Nas eleições para cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal, o voto será secreto.

§ 4º. Os associados ou associadas admitidos menos de sessenta dias antes da data de convocação para a Assembléia geral não poderão votar nessa Assembléia.

§ 5º. Os Associados ou associadas não poderão se fazer representar nas assembléias por procuração e nem sob outras formas de representação.

Art. 16 – será lavrada Ata circunstanciada das ocorrências havidas nas assembléias gerais, assinada pelos diretores presentes, pelos membros da Mesa e pelos associados e associadas que desejarem fazê-la.

Certifico que a presente Xerox
Confere com o Original. Dou fé.
Cametá, Pará 08/03/2013

Maria Amélia B. Moutel
12.000.000.000.000



SEÇÃO III DA DIRETORIA

Art. 17 – Comporão a Diretoria:

- I- Um Presidente e um vice-presidente;
- II- Um 1º Secretário e um 2º Secretário;
- III- Um 1º Tesoureiro e um 2º tesoureiro.

R.T.D.P. - J.
CÂMERA
27 NOV 2009

Certifico que a presente Xerox
Confere com o Original. Dou fe
Cametá, Pará 08/03/2013

Art. 18 – Compete a Diretoria:

- I. Elaborar o regimento interno a ser aprovado pela Assembléia Geral;
- II. Cumprir e zelar pelo cumprimento deste estatuto e do regime interno;
- III. Organizar o programa anual de trabalho da colônia;
- IV. Admitir e demitir funcionários da colônia;
- V. Planificar os serviços da colônia;
- VI. Promover e coordenar festividades ao ensaio do dia 29 de junho, dia do pescador e outras festividades;
- VII. Encaminhar para cumprimento, as decisões da assembleia geral;
- VIII. Nomear e destituir os coordenadores da base;
- IX. De modo geral, praticar todos os atos de gestão da colônia.

Maria Amélia B. Mochel
Também Substituta



Art. 19 – Compete ao Diretor Presidente:

- I. Representar a Colônia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, podendo delegar poderes;
- II. Convocar ordinariamente ou extraordinariamente as assembleias gerais e coordená-las;
- III. Supervisionar os serviços da colônia;
- IV. Despachar e assinar o expediente e autorizar despesas;
- V. Abrir, rubricar e encerrar os livros da colônia;
- VI. Verificar mensalmente, com os tesoureiros, a exatidão do saldo do caixa;
- VII. Assinar, com o tesoureiro, os cheques e instrumentos de procuração e contrato;
- VIII. Apresentar anualmente o relatório da diretoria.

PARÁGRAFO ÚNICO: compete ao vice-presidente auxiliar o presidente e substituí-lo em seus impedimentos legais.

Art. 21 – Compete ao 1º Tesoureiro:

- I. Organizar e redigir a contabilidade da Colônia;
- II. Manter sob sua guarda os haveres, títulos e documentos da colônia que representarem valores;
- III. Organizar e redigir todos os serviços da tesouraria;
- IV. Abrir, conjuntamente com o presidente, contas em bancos da escolha da diretoria em nome da colônia;
- V. Assinar, com o presidente, os cheques para movimentação, das contas bancárias da colônia.
- VI. Efetuar pagamentos e recebimentos;
- VII. Apresentar a diretoria, balancetes mensais do movimento financeiro da colônia;
- VIII. Preparar balancete financeiro anual e apresentá-lo a assembleia geral.

PARÁGRAFO ÚNICO: Compete ao 2º tesoureiro auxiliar o 1º tesoureiro e substituí-lo em seus impedimentos legais.

Art. 22 – A diretoria poderá requisitar assessoria técnica e jurídica para o exercício de suas funções específicas.

Art. 23 – Em caso de impedimento que não ultrapasse a 120 (cento e vinte) dias, o presidente será substituído pelo vice-presidente, o 1º secretário pelo 2º secretário e o 1º tesoureiro pelo 2º tesoureiro.

§ 1º. Se o impedimento for superior a 120 (cento e vinte) dias ou ocorrer vaga, a substituição será feita em caráter definitivo, exceto em caso de doença.

Assinatura

§ 2º. Se ao mesmo tempo ficarem vagos os seis cargos da diretoria, o conselho fiscal convocará uma eleição para a escolha de uma nova diretoria.

Art. 24-. O diretor ao se licenciar deverá oficializar aos seus superiores o período e os motivos da licença.

Art. 25 - A diretoria reunir-se-á ordinariamente, sempre que conveniente, por proposta de qualquer um dos membros,

PARÁGRAFO ÚNICO: Serão lavradas em livro próprio, atas das reuniões da diretoria.

Art. 26 - os diretores responderão pelos prejuízos que ocasionarem à colônia na prática de seus atos de gestão, desde que hajam procedido com dolo ou culpa ou que importem em violação deste estatuto ou de disposição regimental.

SEÇÃO V DO CONSELHO FISCAL

Art. 27 - Comporão o conselho fiscal:

- I. Presidente e suplente;
- II. 1º conselheiro e suplente;
- III. 2º conselheiro e suplente.

PARÁGRAFO ÚNICO: O conselho fiscal será eleito junto com a diretoria.

Art. 28 - Ao conselho fiscal compete:

- a) Manter constante fiscalização sobre o patrimônio e o movimento financeiro da colônia;
- b) Emitir pareceres para a assembléia geral;
- c) Zelar pela regularidade do programa anual de trabalho e sua execução.

Art. 29 - O preenchimento de vaga e impedimentos de membros do conselho fiscal será feito de forma disposta no Art. 23.

Art. 30 - O conselho fiscal se reunirá por convocação de seu presidente ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente sempre que qualquer de seus membros solicitar.

Art. 31 - Nas reuniões do conselho fiscal serão lavradas Atas em livro próprio, funcionando como secretário o conselheiro para tanto escolhido no ato.

Art. 32 - Para o cumprimento de suas funções, o conselho fiscal terá amplo acesso para exame a todos os livros e documentos que tenham aplicações diretas ou indiretas com o patrimônio e o movimento financeiro da colônia.

Art. 33 - No caso expressamente previsto neste estatuto e sempre que isso se fizer necessário ou que for solicitado pela Assembléia Geral, o conselho fiscal emitirá parecer sobre qualquer ato ou transação sob sua esfera de competência.

SEÇÃO VI DAS COORDENAÇÕES DE BASE

Art. 34 - A coordenação de base é formada por 01 (um) coordenador, eleito em assembléia pelos associados e associadas na localidade de abrangência da coordenação.

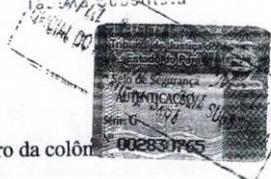
Art. 35 - São direitos dos coordenadores e coordenadoras de base:

- I. Associar os pescadores e pescadoras de suas localidades;
- II. Declarar para a diretoria os pescadores e pescadoras aptas a encaminharem benefícios;
- III. A 20% da arrecadação da mensalidade dos associados e das associadas de sua coordenação;
- IV. Receber uma carteira de identificação da colônia;
- V. Ser nomeados pela direção da colônia.

CONFIRMAÇÃO
08/03/2013

Confere com o Original. Dou fé.
Cametá, Pará 08 / 03 / 2013

Maria Amélia B. Mougel



R.T.D.P.A.
CASA Nº 111
23 NOV 2009

Art. 36 - são deveres dos coordenadores e coordenadoras da base:

- I. Declarar e associar perante a colônia somente pessoas que exerçam atividades de pesca;
- II. Repassar a prestação de contas mensalmente para o tesoureiro da colônia;
- III. Participar e mobilizar os associados para participarem dos eventos como: Assembleias, reuniões, encontros, seminários, cursos e outros;
- IV. Informar a diretoria da colônia quando o associado deixar de exercer a atividade da pesca;
- V. Cumprir as decisões da assembleia geral e determinações da diretoria.
- VI. Apoiar e incentivar as iniciativas econômicas e de conservação ambiental delineadas no município.

§ 1º. Para que seja eleito como coordenador ou coordenadora de base, será necessária a realização de uma assembleia na localidade, e ser aprovado por 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos associados e associadas da localidade, **está no quadro social da colônia, está quite com suas mensalidades.**

§ 2º. O mandato do coordenador ou coordenadora de base será de 04 (Quatro) anos podendo ser reeleito ou reeleita apenas por igual período.

§ 3º. As reuniões das coordenações de base serão realizadas em locais públicos, exceto na localidade onde não as tiverem.

§ 4º. As coordenações de base poderão constituir um conselho auxiliar, formado por até 03 (três) representantes Xerox. sócio da colônia, para tomadas de decisões coletivas. Confere com o Original. Dou te

Art. 37 - O coordenador ou coordenadora de base poderá ser afastado (a) do cargo até 03 (três) meses. Para 08/03/2013

- I. Declarar aqueles que não são pescadores ou pescadoras;
- II. Deixar de prestar contas por mais de 03 (três) meses, sem justificativa.
- III. Desrespeitar as decisões das assembleias gerais e determinações da diretoria.
- IV. For eleito para cargo administrativo da colônia
- V. Deixar de exercer a atividade de pesca;
- VI. Deixar de residir na localidade da coordenação;
- VII. For comprovado desvio de função e de atividade devidamente registrada junto a Diretoria da Colônia

apurada em processo administrativo garantindo amplo direito de defesa.

Maria Amélia B. Moubet
Tal. Substituta



CAPÍTULO IV

DAS FONTES DE RECURSOS PARA MANUTENÇÃO DA COLÔNIA Z-16

Art. 38 - Os recursos financeiros necessários à manutenção da colônia de pescadores Z-16 de Cameté poderão ser obtidos por:

- I. Termos de parcerias, convênios e contratos firmados com o poder público para financiamento de projetos na sua área de atuação;
- II. Contrato de acordo firmado com empresas e agências nacionais e internacionais;
- III. Doação, legados e heranças;
- IV. Contribuição dos associados e associadas;
- V. Rendimento de direitos autorais etc.

PARÁGRAFO ÚNICO: A contribuição dos associados e associadas a que se refere o inciso V terá valor definido por deliberação em assembleia geral e será cobrada mensalmente.

CAPÍTULO VI

DAS ELEIÇÕES

Art. 39 - A eleição dos membros da diretoria e do conselho fiscal e seus suplentes será feita pela assembleia geral ordinária convocada com expressão menção dessa finalidade.

[Handwritten signature]

§ 1º. Ao se inscrever como candidato ou candidata a cargo eletivo, o associado ou associada terá que ser sócio ou sócia da colônia a mais de 180 (cento e oitenta) dias e estar quite.

§ 2º. Sem prejuízo de outras normas estatutárias, o edital de convocação da assembleia geral a que atende este artigo será dado à publicidade com um mínimo de sessenta dias de antecedência, inclusive, com afixação nos locais de concentração de associados e associadas.

§ 3º. A votação será feita por chapa devidamente registrada na colônia até 30 (trinta) dias de antecedência da data da assembleia.

§ 4º. As seções funcionarão nas coordenações, podendo ser agregadas às coordenações próximas.

§ 5º. Não serão admitidas candidaturas isoladas, nem voto em candidatos isolados da chapa que compõe.

§ 6º. A eleição será feita por votação secreta, colocada a cédula rubricada pelo Presidente e por um mesário previamente escolhido, em urna.

§ 7º. A votação será realizada em cada Coordenação de Base da Colônia.

§ 8º. Cada chapa terá direito a indicar um associado para funcionar como fiscal de eleição e apuração.

§ 9º. O direito de votar pressupõe quitação com a colônia e será exercitado, mediante apresentação da carteira de matrícula e talão de quitação.

§ 10º. No ato de votar, o associado assinará o livro de votação, a tanto destinado; caso não saiba ou esteja impossibilitado de assinar, o votante aporá no referido livro, sua impressão digital do polegar da mão direita ou esquerda.

§ 11º. Os trabalhos de votação serão iniciados às 08:00 horas e encerrado às 15:00 horas, momento em que serão distribuídas pela última vez senhas aos votantes.

§ 12º. Para validade de eleição será indispensável número mínimo de votante equivalente a 20% (vinte por cento) dos associados. Não obtido este número na primeira convocação, será feita outra convocação para 15 (quinze) dias depois da primeira, sendo válida a votação com qualquer número de associados votantes.

§ 13º. A chapa para ser considerada eleita deverá obter número equivalente a cinquenta por cento mais dos votos válidos dos votantes na Assembleia.

§ 14º. A apuração da votação será feita, imediatamente após a votação por comissão para tanto escolhida no ato, proclamando-se em seguida o resultado.

§ 15º. A posse dos novos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal será realizada até 30 (trinta) dias após as eleições.

§ 16º. O mandato da Diretoria do Conselho Fiscal será de 04 (quatro) anos, permitida uma reeleição. Bens móveis e imóveis da Colônia serão arrolados em inventário, em livro próprio atualizado a cada passagem da diretoria.

CAPÍTULO VII DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 40 – As normas de prestação de contas a serem observadas pela entidade são:

- I. A observância dos princípios fundamentais de Contabilidade e das Normas brasileiras de Contabilidade;
- II. Dar publicidade, por qualquer meio eficaz, o encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, e das condições negativas de

Confere com o Original. Dou fé.
MATTIA Amélia B. Mocbel



débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-se a disposição para exame de qualquer cidadão ou entidade pública ou privada;

III. Prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pela Colônia e será feita conforme determina o Art. 70 da Constituição Brasileira.

27 NOV 2009

**CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 41 – Aprovado este Estatuto caberá à Diretoria da Colônia apresentar, se for necessário, proposta de Regimento Interno para a provação pela Assembléia Geral.

Art. 42 – Este Estatuto poderá ser reformado a qualquer tempo e de acordo com o § 1º do Artigo 12 deste Estatuto.

Art. 43 – A dissolução da Colônia Z-16 de Cametá, somente se dará por deliberação da Assembléia Geral, convocada especialmente para esse fim, observado o disposto neste estatuto.

Art. 44 – Em caso de dissolução da Colônia Z-16, após o pagamento de todas as dívidas e da restituição das contribuições dos associados e associadas, em valores atualizados, o seu patrimônio remanescente será doado a outra Colônia de Pescadores ou a uma entidade com fins não econômicos escolhida pelos (as) associados (as) reunidos em Assembléia Geral.

Art. 45 – As dúvidas e controvérsias na interpretação deste Estatuto, bem como os casos omissos serão resolvidos pela Assembléia Geral, e havendo urgência, pela Diretoria, devendo ser em ambos os casos referendados pela Assembléia Geral.

Art. 46 – Este estatuto entrará em vigor na data de seu registro no Cartório de Registro de Pessoa Jurídica da Comarca de Cametá-Pa.

Cametá-PA, 20 de Julho de 2009.

Jose Fernandes Barra
JOSE FERNANDES BARRA
Presidente da Colônia Z-16

VISTO:
Raimundo Waldemar
Advogado em exercício
Cametá-PA, 22-11-2009
Confere com o original.
Cametá, Pará 08/03/2013
Empaia Amélia B. Barcel
Maria Amélia B. Barcel
Téc. Substituto

2.º CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua São João Batista, 398 - Fone: 781-1480
Apresentado hoje para Registro e aprovado sob o n.º de ordem 1255 de Livro A n.º — do Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
Cametá-PA, em 22-11-2009

Marinice Machado
CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO
COMARCA DE CAMETÁ-PA
Marinice Machado Cunha
ESC. JURAMENTADA



ANEXO B

FICHA DE FILIAÇÃO COLÔNIA Z-16 DE CAMETÁ


COLÔNIA DE PESCADORES Z-16 DE CAMETÁ
 CNPJ: 34.625.780/0001-87

FICHA DE FILIAÇÃO

Nome: MARIA DILMA CORREIA ALVES
 Filiação: Pai: LUIS ALVES
 Mãe: ANTONIA CORREIA ALVES
 Endereço: PARQUE DE CIMA
 Data de Nascimento: 03/12/1975 Nº do PIS: B.09007260207
 Estado Civil: SEPARADO Conjuge: _____
 Identidade nº 4315279 órgão emissor POLICIA CIVIL
 Título de Eleitor nº 03419123130 Seção: 040 Zona: 0049
 CPF nº 668372102-93 CTPS nº 347481 Série: 002-0 45-
 Atividade Pesqueira: Individual () Familiar ()
 Escolaridade: 4º SEME
 Nº de Telefone: _____
 Que tipo de apetrecho de pesca utiliza para pescar?
MALHA DE CIMA MATAPI PARA SUCOL
PARA CIMA
 Cametá/Pará, 11 de JULHO de 2014.

Maria Dilma Corrêa Alves
 Assinatura do (a) Pescador (a)

Luís Correia Alves
 Assinatura do (a) Coordenador (a) Local

Rua Pedro Teixeira nº166, Bairro Brasília – CEP: 68.400-000 / Cametá – Pará
 Fone/Fax: (91) 3781-1327 – E-mail: pescadorescameta@bol.com.br

ANEXO C

FICHA DE MATRÍCULA

FICHA DE MATRÍCULA

Confederação Nacional dos Pescadores - CNP
FEDERAÇÃO DOS PESCADORES DO PARÁ - FEPA
Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá




Nome: IVALDA MONTIeiro DUARTE Mat. Nº 15.777

Filiação: Pai: _____ Mãe: _____

Endereço: JOROCA GRANDE Naturalidade: _____ U.F. _____

Data Nascimento: _____ / _____ / _____ Cônjuge: _____

Estado Civil: _____ Órgão emissor: _____ CPF nº: _____

Cart. Identidade nº: _____ Série: _____

Carteira de Trabalho nº: _____ Secção: _____ Zona: _____ PIS/CEF: _____

Título de Eleitor: _____

Atividade Pesqueira Artesanal: Individual () Familiar ()

Grau de Instrução: _____ Quantos Filhos: _____

INSS-DCT/CI: _____ INSS-NIT: _____

Carteira SEAP nº RGP _____ Data _____ / _____ / _____ CIR/Marinha: _____

Data/Matrícula/Colônia: 08 / 05 / 09 Apelido: _____

Coordenação de: JOROCA GRANDE

Assinatura do Presidente

Controle de Pagamento de Contribuição Confederativa

MESES/ANO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Janeiro	54933	83920	110159	123914	152458	159196	30887	57043	70088
Fevereiro	54933	83920	110159	123914	152458	159196	30887	57043	70088
Março	54933	83920	110159	123914	152458	159196	30887	57043	70088
Abril	54933	83920	110159	123914	152458	159196	30887	57043	70088
Maio	54968	83920	110159	123914	152458	159196	30887	57043	70088
Junho	54968	085145	110159	138053	152458	159196	30887	57043	70088
Julho	60331	085145	110200	138053	152458	176006	30887	62003	
Agosto	60331	085145	110200	138053	152458	176006	30887	62003	
Setembro	60331	085145	110200	138053	152458	176006	30887	62003	
Outubro	60331	085145	110200	138053	152458	176006	30887	62003	
Novembro	60331	8868 /	110200	138053	152458	176006	30887	62003	
Dezembro	60331	8868 /	110200	138053	152458	176006	30887	62003	

Termo de Matrícula / Filiação

Declaro para todos os fins de direito, que ao matricular-me na Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá, comprometo-me ao cumprimento dos seus Estatutos e Normas Gerais da pesca.

Data 10 / Abril / 2002

TESTEMUNHAS:

Orisvaldo Gaia Assunção Assinatura do COORDENADOR

Waldemir Rodrigues Assunção Assinatura do ASSOCIADO(A)

ANEXO D

FREQÜÊNCIA DE REUNIÃO NA COLÔNIA DE PESCADORES Z-16 DE CAMETÁ

ASSINATURAS DOS PARTICIPANTES EM REUNIÃO EM 02/07/2016 DA COLÔNIA DE PESCADORES Z-16 DE CAMETÁ, COM OS REPRESENTANTES E REPRESENTADORAS DE BASE REALIZADO NA INSTITUIÇÃO FEDERAL VAGNER TELES ALVES DA MESA SOCIAL DA INSTITUIÇÃO EM 12/12/2015 AS 8 HORAS PARA ADEMAR A PROGRAMAÇÃO DA ASSINATURA DO SEGUNDO DEFENSO NAS CONDIÇÕES DE BASE DO ANO DE 2016/2018

Nº	ASSINATURA	LOCALIDADE
01	Padre Roberto Filho	Castro
02	Manoel Patrício	Mapuca
03	João do Santo	Mapuca
04	Casimiro	Mapuca
05	Maria Sandoz	Mapuca
06	Manoel	Mapuca
07	Paulo Rodrigues da Silva	Mapuca
08	João	Mapuca
09	Leão	Mapuca
10	Leão	Mapuca
11	Leão	Mapuca
12	Leão	Mapuca
13	Leão	Mapuca
14	Leão	Mapuca
15	Leão	Mapuca
16	Leão	Mapuca
17	Leão	Mapuca
18	Leão	Mapuca
19	Leão	Mapuca
20	Leão	Mapuca
21	Leão	Mapuca
22	Leão	Mapuca
23	Leão	Mapuca
24	Leão	Mapuca
25	Leão	Mapuca
26	Leão	Mapuca
27	Leão	Mapuca
28	Leão	Mapuca
29	Leão	Mapuca
30	Leão	Mapuca

